

Dalton Barreto

**MORADIAS ESTUDANTIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
DO SUL DO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE
GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Administração Universitária.
Orientadora: Prof.^a Alessandra de Linhares Jacobsen, Dr.^a

Florianópolis
2014

B273p Barreto, Dalton

Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil: reflexões sobre as políticas de gestão universitária / Dalton Barreto; orientador, Alessandra de Linhares Jacobsen. - Florianópolis, SC, 2014. 167 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Administração Universitária.

Inclui referências

1. Universidade. 2. Assistência estudantil. 3. Moradia estudantil. I. Jacobsen, Alessandra de Linhares. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

CDU 35

Dalton Barreto

**MORADIAS ESTUDANTIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
DO SUL DO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE
GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração Universitária (área de concentração em Gestão Universitária) e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 17 de março de 2014.

Prof. Dr. Pedro Antonio de Melo
Coordenador do PPGAU

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:

Prof.^a Dr.^a Alessandra de Linhares Jacobsen
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. Claudio José Amante
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. Alexandre Marino Costa
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Dr. Rudimar Antunes da Rocha
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

A DEUS

Pelo sentido que dá a minha vida e a
minha história

A Eliane

Minha esposa, companheira e
confidente, por fazer parte da minha
vida e de meus sonhos

A Priscila e o Victor

Meus filhos, pelo aprendizado na
construção da família.

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Dr^ª. Alessandra de Linhares Jacobsen, pela orientação, pela paciência, pelo atendimento, pelo acolhimento e acima de tudo pelo profissionalismo, competência e dedicação;

Ao Prof. Dr. Rudimar Antunes da Rocha, pelo apoio, pela orientação e pela aceitação do trabalho em seu início;

Ao Prof. Dr. Cláudio José Amante, pelo apoio, pela orientação, pelas sugestões e pela amizade;

À Prof^ª. Dr^ª. Maria José Baldessar, pelo apoio em todos estes anos, pela orientação, pelas sugestões e pela amizade;

Ao Prof. Dr. Luis Carlos Cancellier de Olivo, Diretor do Centro de Ciências Jurídicas/CCJ pelo apoio;

À Prof^ª. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher, Diretora do Centro de Ciências Econômicas/CSE pelo apoio;

À Prof^ª. Dr^ª. Viviane Maria Heberle, pelo apoio;

Ao Prof. Dr. Alexandre Marino Costa pelo apoio e amizade;

Aos servidores das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis da Universidade de Santa Maria, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Santa Catarina pelo atendimento;

Aos alunos das Moradias Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Santa Catarina pelo atendimento;

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária e a Universidade Federal de Santa Catarina pela oportunidade em propiciar crescimento, amadurecimento e capacitação profissional.

Aos colegas de turma pelo apoio e amizade.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar o tipo de gestão realizado nas moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil. Para o alcance de tal objetivo, optou-se pela pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo e aplicada. O critério de escolha das unidades de análise, além da localização, foram as similitudes e as políticas desenvolvidas nas moradias pesquisadas, mais precisamente aquelas presentes nas universidades federais (IFES) do sul do Brasil (UFSC, FURG, UFPel, UFRGS e UFSM). Para a coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas com responsáveis pela gestão das moradias estudantis indicados pelas IFES e pelos órgãos representativos vinculados à moradia e representante do Diretório Central dos Estudantes. Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo. As moradias estudantis federais cumprem papel fundamental, abrigando estudantes universitários que vivem sob condições socioeconômicas desfavoráveis, e vêm de outras cidades, onde deixam suas famílias. Tais estudantes investem na escolarização como uma forma transformar e transmutar para outra classe social, e buscar uma carreira, tendo, para isso, de deixar seu lugar de origem, para morar com outras pessoas em condições semelhantes. Conclui-se, portanto, que, com base na concepção de Coradini (2009) e na realidade investigada, o tipo de gestão que prevalece nas moradias em foco é a democracia representativa, com algumas diferenças entre elas, sobretudo em relação à forma como a sua gestão é operacionalizada.

Palavras-chave: Universidades Federais. Política e Gestão Universitária. Assistência Estudantil. Moradia Estudantil.

ABSTRACT

The general objective of this work is to analyze the type of management conducted in student housing at the federal universities in southern Brazil. To reach this goal, it was considered the applied, qualitative, descriptive and interpretive research. The criteria for choosing the analyze units, besides the location, were the similarities and policies developed in the surveyed student housings, specifically those found in the federal universities (IFES) placed in southern Brazil (UFSC, FURG, UFPel, UFRGS and UFSM). To obtain the data, it was considered the documental and bibliographic researchs and it was performed semi-structured interviews with the student housing managers listed by the studied IFES, the representative body of the student housings and with the a student representation. The collected data were analyzed using content analysis. Federal student housings play a critical role, because they accommodate the university students that live under unfavorable socioeconomic conditions, and come from other cities, from where they leave their families. Such students invest in schooling as a way to transform and transmute into another social class, and pursue a career, and for that, they have to leave their homeland, to live with others in similar circumstances. Therefore, it is concluded that, based on the Coradini (2009) conception and on the performed investigation, the type of management that prevails in the focused houses is the representative democracy, with some differences between them, specially related to how the management is performed.

Keywords: Federal Universities. Policy and Management University. Student assistance. Student Housing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos de Moradias Estudantis.....	40
Figura 2 - Estrutura e Gestão Universitária	45
Figura 3 - Estrutura e gestão das moradias estudantis	49
Figura 4 - Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa	56
Figura 5 - Localização das Universidades pesquisadas.....	59
Figura 6 - Moradia Estudantil da UFSM – Centro	80
Figura 7 - Moradia Estudantil da UFSM – Campus Universitário.....	81
Figura 8 - Moradia Estudantil da UFSM – Campus Universitário.....	81
Figura 9 - Moradia Estudantil da UFPel.....	94
Figura 10 - Moradia Estudantil da UFPel.....	94
Figura 11 - Moradia Estudantil da FURG – Campus Universitário	105
Figura 12 - Moradia Estudantil da FURG	106
Figura 13 - Moradia Estudantil da UFRGS	117
Figura 14 - Moradia Estudantil da UFSC.....	127
Figura 15 - Moradia Estudantil da UFSC.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
DAE – Departamento de Assistência Estudantil
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PET – Programa de Educação Tutorial
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais
SENCE – Secretaria Nacional de Casas de Estudantes
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UNE – União Nacional dos Estudantes
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	22
1.2 OBJETIVOS	24
1.2.1 Objetivo geral	24
1.2.2 Objetivos específicos	24
1.3 JUSTIFICATIVAS	24
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
2.1 HISTÓRIA DAS MORADIAS ESTUDANTIS NO MUNDO	27
2.1.1 História da Assistência Estudantil no Brasil	30
2.1.2 Razões da Assistência Estudantil	31
2.1.3 Bases Legais	32
2.1.4 Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	34
2.1.5 Moradias Estudantis	36
2.1.6 O Ingresso nas Moradias	37
2.1.7 Ações de Políticas Estudantis	38
2.1.8 Tipos de Casas de Estudante	40
2.2 MODELOS E PRECEITOS BÁSICOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA	41
2.2.1 Gestão Universitária	41
2.2.2 Estrutura e Gestão Universitária	44
2.2.3 Democratização da Gestão Universitária	47
2.2.4 Gestão das Moradias Estudantis	49
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
3.1 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA	52
3.1.1 Técnica de Coleta de Dados	53
3.1.2 Análise Documental	54
3.1.3 Entrevista	54
3.1.4 Análise de Dados	55
3.1.5 Limitações da pesquisa	55
3.1.6 Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa	56
3.2 PERGUNTAS DA PESQUISA	57
4 HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO DE MORADIA ESTUDANTIL DAS IFES ESTUDADAS	59
4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA/UFSC	59
4.2 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/FURG	63

4.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/UFPeI	67
4.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/UFRGS	69
4.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/UFSM	74
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	79
5.1 UFSM.....	79
5.1.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes	82
5.1.2 Critérios de seleção	85
5.1.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar.....	87
5.1.4 Fatores que afetam a gestão das moradias.....	87
5.1.5 Diretrizes de gestão de moradias das IFES.....	90
5.2 UFPeI	93
5.2.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes	95
5.2.2 Critérios de seleção	99
5.2.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar.....	100
5.2.4 Fatores que afetam a gestão das moradias.....	101
5.2.5 Diretrizes para a gestão das moradias das IFES	102
5.3 FURG.....	104
5.3.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes	106
5.3.2 Critérios de seleção	109
5.3.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar.....	110
5.3.4 Fatores que afetam a gestão das moradias.....	111
5.3.5 Diretrizes para a gestão de moradias das IFES.....	113
5.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	115
5.4.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes	118
5.4.2 Critérios de seleção	121
5.4.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar.....	121
5.4.4 Fatores que afetam a gestão das moradias.....	122
5.4.5 Diretrizes de gestão de moradias das IFES.....	124
5.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	126
5.5.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes	128
5.5.2 Critérios de seleção	130

5.5.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar	131
5.5.4 Fatores que afetam a gestão das moradias.....	132
5.5.5 Diretrizes para o atual modelo de gestão.....	135
5.6 SÍNTESE DOS RESULTADOS	137
5.7 QUADRO DESCRITIVO DAS MORADIAS ESTUDANTIS DO SUL DO BRASIL	141
6 CONCLUSÃO	145
6.1 SUGESTÕES	149
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista de Coordenadores / Responsáveis pela Gestão das Moradias	165
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista de Representantes Estudantis Indicados pelos Órgãos Representativos Vinculados à Moradia	167

1 INTRODUÇÃO

As moradias estudantis tem sido um dos principais entraves econômicos da gestão universitária pública. Elas também são caracterizadas pelo desafio ímpar dos seus gestores no sentido de aprimorar, ampliar e manter os serviços de qualidade. Além disso, atender as necessidades dos estudantes requer uma mescla de gestão, que passa por programas de hotelaria, alimentação, segurança e serviços gerais. Tais desafios se aglutinam, ao fato do território nacional ser amplo e utilizado pela crescente demanda e mobilidade estudantil. Sendo assim, é indispensável que os gestores, das universidades federais, que se arquitete ou defina modelos e políticas administrativas condizentes a realidade deste novo milênio.

Dentre as políticas de assistência estudantil, supõe-se que os programas de moradia estudantil se constituem em um dos maiores desafios, ou seja, possibilitam uma moradia de qualidade aos estudantes com dificuldades socioeconômicas, proporcionando um espaço de convivência, discussão e reflexão, quer pelos custos envolvidos, quer pela demanda historicamente reprimida e não equacionada plenamente. Diversos decretos têm alicerçado as moradias estudantis. Atualmente, o suporte, bem como outros programas de manutenção estudantil, representa para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) não apenas a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010/PNAES), assim como uma forma de melhoria para a desenvoltura dessas Instituições (BRASIL, 2010a).

A educação, na legislação brasileira, é concebida como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social (Lei nº 9.394/96 – LDB). A Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania. Todavia, o contexto sociocultural no Brasil tem demonstrado, que a educação, apesar das intenções preconizadas, não tem sido um direito exercido por todos os brasileiros. Pode-se entender que, para as Instituições Federais de Ensino (IFES), os principais indicadores sociais de sobrevivência são moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho (FONAPRACE, 1996).

Na política de educação, a assistência estudantil exerce o papel fundamental de mobilizar recursos de forma a garantir a permanência e o percurso dos estudantes socialmente desfavorecidos no processo de

formação profissional. Compreender a assistência estudantil, como parte da política educacional, significa assegurar um componente mobilizador da educação, contribuindo para a formação de uma sociedade bem escolarizada. As moradias estudantis quando aliadas a outros programas de assistência estudantil são poderosas ferramentas de combate à evasão. O Governo Federal nos últimos cinco anos, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) reforçou a relevância à assistência estudantil. Desde então, mais recursos são aplicados na manutenção de programas que possam garantir o sucesso do aluno no seu curso de graduação, tais como restaurantes universitários de qualidade que atendam os alunos de forma adequada, com alimentação balanceada e controlada, bolsas permanências ou de estudos para alunos com carência socioeconômica e que atendam com um valor que minimize os gastos do aluno no seu dia-a-dia, auxílio creche para alunas mães, auxílio moradia aos alunos que não conseguem vaga na moradia, reforço nas disciplinas de português e matemática, língua estrangeira e apoio a eventos científicos.

Uma política integrada de permanência no ensino superior, vai além da gratuidade, pois requer um olhar administrativo que seja condizente com as exigências de mercado e de cidadania. Desta forma, com estas conjecturas, viu-se por bem estabelecer o seguinte problema de pesquisa que permita respostas que contribuam para a melhoria da gestão destes tipos de moradias.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Para Marconi e Lakatos (2007), o problema antes de ser considerado apropriado, deve ser analisado sob o aspecto de sua valoração: a) viabilidade; b) relevância; c) novidade; d) exequibilidade; e, e) oportunidade. Este tema é viável em virtude de sua importância acadêmica e institucional, sendo as moradias estudantis no Brasil motivo de discussão e lutas constantes pelo movimento estudantil nacional em busca de vagas com qualidade. A viabilidade reforça-se à medida que o estudo foi desenvolvido pelo próprio mestrando, pois teve acesso aos contatos nas IFES que foram estudadas, bem como levantou informações preliminares que indicam a relevância deste estudo. Há relevância do tema, haja vista que as moradias estudantis universitárias brasileiras merecem um olhar científico que colabore na elucidação de problemas inerentes à gestão destes tipos unidades de apoio. O estudo tornou-se exequível pela sua natureza, podendo oferecer conclusão válida à gestão da complexidade universitária. Diante do exposto, o

tema é oportuno porque as universidades estão passando por uma reestruturação, bem como o Governo Federal vem ampliando o número de campi e criando várias universidades pelo país, que nem sempre tem a estrutura municipal adequada para as demandas dos estudantes.

Um dos problemas enfrentados pelas IFES com relação às moradias estudantis é sua gestão, quer pelo número reduzido de vagas, quer pela política de inclusão de moradores adotada pelas Instituições, quer pela política adotada pelo movimento estudantil em relação à moradia. Desta maneira, esta pesquisa focou-se na reflexão das políticas de gestão universitária direcionadas para as moradias estudantis públicas, através de uma análise comparada das moradias das universidades federais do sul do Brasil, quais sejam: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Já, as universidades federais da Fronteira Sul (UFFS); do Paraná (UFPR); Tecnológica do Paraná (UTFPR), de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); e, do Pampa (UNIPAMPA) não possuem moradias estudantis públicas, portanto foram excluídas desta averiguação. Diante do exposto, buscou-se respostas ao seguinte problema de pesquisa:

***Qual o tipo de gestão realizado nas moradias estudantis das Universidades Federais do Sul do Brasil?*¹**

Como forma de estruturação e respostas condizentes a supramencionada interrogação definiram-se os seguintes objetivos.

¹ Cabe ressaltar que o presente estudo foi desenvolvido exclusivamente na Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Rio Grande, sendo necessário excluir as universidades: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Universidade Federal do Pampa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o tipo de gestão realizado nas moradias estudantis das universidades federais do Sul do Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Realizar um levantamento da disponibilidade de vagas e as políticas de manutenção das moradias estudantis das IFES selecionadas;
- b) Identificar os critérios de seleção dos moradores;
- c) Apontar um panorama geral da posição destas mesmas instituições em relação às políticas de manutenção escolar;
- d) Descrever fatores que influenciam a gestão destas moradias estudantis; e,
- e) Propor diretrizes para o atual modelo de gestão de moradias das IFES.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A literatura especializada adverte que se considerem três tópicos indispensáveis as averiguações científicas, quais sejam: a) importância, b) oportunidade, e c) viabilidade, (ROESCH; BECKER; MELLO, 1999). Ao longo do tempo, o Brasil tem apresentado uma política nacional que vem contribuindo para a desigualdade socioeconômica. Destas desigualdades, o impacto na educação tem se refletido de forma negativa nas políticas de assistência estudantil. Os programas de assistência estudantil têm como objetivo garantir essa distribuição igualitária do saber, provendo ao estudante condições para participar da vida acadêmica e de fato, estudar e completar o seu curso.

Através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010a), da Presidência da República, que dispõe sobre o PNAES, Governo Federal disponibilizou recursos para as IFES atenderem demandas estudantis com a finalidade de ampliar as “condições de permanência e conclusão de curso de jovens na educação superior pública federal”. O referido decreto objetiva: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas

de retenção e evasão; e, IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Já, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 1996) aponta as dificuldades socioeconômicas de parcela do segmento estudantil, como uma das causas externas de evasão e retenção, e que as universidades que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes, constataram que seu rendimento escolar médio foi igual, estatisticamente, ao dos alunos provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Isto comprova que é compensador investir na melhoria das condições e da qualidade de vida dos estudantes universitários carentes, assim, chega-se à constatação que o oferecimento de possibilidades concretas deste tipo de auxílio pode reduzir efetivamente o abandono no ensino superior.

Segundo o Fonaprace (1996), o local de moradia é o fator mais importante, pois grande parte dos estudantes das IFES saem de suas cidades natais para buscar educação em uma cidade maior. Eles deslocam-se de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. Torna-se necessário criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à moradia dos alunos de baixa renda, como forma de garantir a permanência do estudante no campus, dando-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica, contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral (FONAPRACE, 1996).

Assim, esta pesquisa, balizada pelo estudo da gestão das moradias estudantis das IFES do Sul do Brasil, apresenta resultados práticos e teóricos que possam auxiliar e contribuir na gestão deste tipo de moradias. Neste sentido, a sua importância está fundamentada na identificação de fatores que afetam a gestão das moradias. Pressupõe-se que possa assim subsidiar futuros estudos na área que poderão servir de suporte para as instituições nas políticas de assistência estudantil, voltadas para os programas de moradia estudantil, colaborando com as informações que foram coletadas e apresentadas como resultado da pesquisa. Foram privilegiados os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pelas similaridades das IFES em porte e dispersão geográfica. Sob o ponto de vista da academia, o estudo encontra respaldo em diversos estudiosos das organizações, em especial, SOUSA (2005), CHAÚÍ (2003), ANDRÉS (2011), CHAMPION (1979), SOUZA (2009), COLOSSI e PINTO (2004), CORADINI (2009) e cristalizando a ideia das relevâncias enumeradas anteriormente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo foi reservado para descrever os principais tópicos que alicerçarão a pesquisa proposta no capítulo 1. Ele foi estruturado em tópicos, quais sejam:

História das Moradias Estudantis no Mundo; História da Assistência Estudantil; Razões da Assistência Estudantil; Bases Legais; Plano Nacional de Assistência Estudantil/PNAES; Moradias Estudantis; O ingresso nas moradias; Ações de políticas estudantis; Tipos de casas de estudantes; Modelos e Preceitos Básicos da Gestão Universitária; Gestão Universitária; Estrutura e Gestão Universitária; Democratização da Gestão Universitária; e, Gestão das moradias estudantis.

2.1 HISTÓRIA DAS MORADIAS ESTUDANTIS NO MUNDO

Traçar o que se chamaria de uma *história das moradias estudantis* é uma tarefa árdua, afinal, cada cultura desenvolveu métodos específicos de ensino e de assistência a alunos em geral. A definição dada pela Secretaria Nacional de Casas de Estudante (2011) a esse tipo de serviço – “todo o espaço destinado à moradia de estudantes” – é abrangente o bastante para cobrir não apenas as várias modalidades de residências, como os alojamentos, repúblicas ou moradias, mas também outras estruturas que não se assemelham ao sistema brasileiro.

Embora cada país ou instituição tenha métodos próprios de lidar com a relação entre evasão universitária e habitação (seja através de casas mantidas diretamente pelo estado, pela universidade, pelo aluno, financiamento, entre outros), focando-se esta discussão no surgimento ocidental de uma ideia que se transformaria nas moradias estudantis modernas: espaços geralmente mantidos ou ligados a uma instituição de ensino como forma de auxiliar na formação de pessoas que deixaram seus locais de origem para estudar e morar com outras pessoas em condições semelhantes (SOUSA; SOUSA, 2009).

Como explica Le Goff (apud SOUZA, 2005, p. 10), os estudantes deixam suas cidades para estudar e habitar espaços como as moradias desde o surgimento das universidades, na Europa do século XIII. Neste período, as instituições de ensino consolidam-se como polos de concentração e difusão de saberes essencialmente urbanos, diferentemente das escolas monacais, por exemplo, que mantinham pouco contato com o mundo exterior e eram intimamente ligadas à Igreja (OLIVEIRA, 2007).

As cidades que possibilitaram o desenvolvimento de universidades de grande porte em tal momento – em especial em Paris e Bolonha, ainda no século XIV – tornaram-se os maiores focos intelectuais do Ocidente durante a Idade Média. A Universidade de Bolonha, fundada entre os séculos XI e XII e considerada por alguns autores como a mais antiga do mundo, foi também a primeira a organizar um sistema de moradia e bolsa para estudantes:

Colégios com lugares de residência para estudantes existiram em Bolonha desde muito cedo, mas só no século XIV é que possuíam alguma organização; o humilde *domus*, como era conhecido, foi a princípio reservado exclusivamente para estudantes pobres, não residentes em Bolonha. [...] Cada escolar deveria receber 24 libras bolonhesas anuais, pelo espaço de cinco anos, (LOUREIRO, 1986, p. 45).

De qualquer maneira, esta era uma exceção e o número de alunos que uma instituição poderia auxiliar eram reduzidos. Na Renascença italiana, a formação acadêmica era um privilégio de quem pudesse pagar tanto pelos estudos quanto por todos os outros gastos com materiais, alimentação e moradia em geral (GRENDLER, 2002), principalmente filhos de nobres e famílias proeminentes, de profissionais já estabelecidos, como médicos ou advogados, ou estrangeiros ricos.

Algumas pessoas se envolviam em planos de crédito complicados na esperança de conquistar um prestígio social, e as faculdades que ofereciam algum tipo de moradia a alunos tinham pouco interesse em atrair pessoas com pouca renda. O Colégio Borromeu, uma escola-residência preparatória para cerca de 30 a 40 alunos, fundada em Parva, em 1561, tornou-se uma referência nas imediações de Milão (IT) e mantinha um público rigorosamente selecionado. "Não era uma faculdade grátis; [...] Como os alunos tinham que provar que possuíam patrimônios familiares para serem admitidos, a maioria vinha das camadas superiores da sociedade milanesa" (GRENDLER, 2002, p. 171).

É com a fundação de universidades, na França do Século XIX, após a Revolução Francesa, que se inicia um processo de relação mais próxima entre Estado e o ensino superior na Europa: se por um lado era de interesse do governo napoleônico formar profissionais em áreas como engenharia ou medicina, a ideologia do novo governo era

transmitida diretamente, através das escolas que, agora, estavam sob o comando estatal (SILVA, 2007, p. 102). Embora atrelasse a academia a seus interesses políticos, Napoleão Bonaparte exacerbou a importância da educação gratuita e o apoio estatal aos estudantes, e os princípios da revolução tornaram-se um norte para as instituições de ensino públicas, inclusive no Brasil: em busca do ensino de qualidade, acessível a todos os cidadãos e apoio governamental em diversas instâncias, até fora da sala de aula.

Os pressupostos defendidos dentro das faculdades do governo napoleônico guiaram a ideologia das universidades no que diz respeito à responsabilidade social das instituições. “Todos os outros países da Europa – Polônia, Dinamarca, países balcânicos, dentre outros, sofreram o influxo das ideias liberais e seguiram em suas Universidades, de um modo geral, a linha de conduta iniciada quer na França, quer na Alemanha” (LOUREIRO, 1986, p. 408). No Brasil este processo acontece na segunda metade do século XX, quando se criam ou se institucionalizam uma série de universidades federais e, com elas, políticas de permanência estudantil entram em discussão com mais força (MENDONÇA, 2000).

A partir da década de 1970, após o declínio da União Soviética em 1990, a ideologia neoliberalista torna-se um norte para grande parte dos países ocidentais, o que inclui a América Latina e se reflete nas universidades. Baseada no aumento da “produtividade” dentro um modelo de mercado, esta mudança cria uma instituição mais voltada à produção quantitativa do que qualitativa – ou o que Chauí (2003, p. 7) chama de “universidade operacional”, mais concentrada na diminuição de gastos com políticas estudantis em geral.

Esta é uma tendência que se reflete em diversas instâncias dentro do espaço universitário, que vão do aumento do número de alunos sem um aumento de infraestrutura à diminuição do incentivo financeiro à pesquisa acadêmica em favor de um maior número de pesquisadores. Marrach (1996) elenca algumas propostas neoliberais às universidades federais:

- a) parte dos gastos com educação arcados pelos próprios estudantes;
- b) novos contratos de trabalho, que priorizam os professores em tempo parcial e terceirizações; e,
- c) busca por recursos no mercado, e não mais no Estado.

As alterações podem ser sentidas não apenas em países emergentes, mas na Europa com a implementação do Processo de Bolonha (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008), alvo de duras críticas por sucatear o ensino público e atrelar o espaço acadêmico à lógica de mercado. As políticas propostas pelo Processo envolvem, entre outras coisas, a redução do gasto com apoio a estudantes carentes em universidades públicas.

Embora estas mudanças sejam graduais e já estejam acontecendo há décadas, “as tentativas de depreciação do ensino público, bem como dos profissionais da educação, realizadas pelo Estado, quase sempre foram acompanhadas de muita resistência, tanto pelos educadores, como pelas próprias classes média e alta e, pela população, esta em menor grau” (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

2.1.1 História da Assistência Estudantil no Brasil

Assistência pode ser entendida como a possibilidade de proteção social, através de subsídios, apoio, orientação, referência. Esta relação de proteção social ocorre tanto nas relações informais de famílias e de parentesco, quanto de uma legislação social que garanta direitos e exija que o Estado arque com um conjunto de serviços e benefícios. A Assistência Social é tida como política pública que se ocupa do provimento de atenções para enfrentar as fragilidades de determinados segmentos sociais, superar exclusões sociais e defender e vigiar os direitos mínimos de cidadania e dignidade (SPOSATI, 1997).

A política de assistência estudantil no Brasil é reconhecida pelo Estado desde a década de 30. A Reforma Francisco Campos, em 1931, cujo instrumento foi o decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, a chamada Lei Orgânica do Ensino Superior, constitui-se na primeira tentativa de regulamentação da política de assistência estudantil no Brasil (BRASIL, 1931).

Na Constituição de 1946, a assistência estudantil torna-se obrigatória para todos os sistemas de ensino. O Artigo nº 172 afirmava que "cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946).

Até então, o Estado considerava a Política de Assistência Estudantil uma medida de ajuda aos estudantes carentes. Porém, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases - Lei 4.024/61 (BRASIL, 1961) considera a assistência estudantil como sendo também parte do direito à educação. O Governo Federal em 1970 criou, vinculado ao MEC, o

Departamento de Assistência ao Estudante - DAE. Consistia no setor de âmbito ministerial que tinha como objetivo manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional, priorizando os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico. O DAE foi extinto nos governos subsequentes (FONAPRACE, 1996).

Em 1985, o Ministro da Educação constituiu a "Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira" que propôs "uma Nova Política para a Educação Superior". Ele ainda recomendou a realocação de recursos suficientes para o custeio de um plano nacional de recuperação e conservação de prédios de refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em IES públicas que ainda não os possuísem. Essa recomendação não pôde ser concretizada porque todos os programas de assistência ao estudante universitário vêm sendo mantidos precariamente com recursos de cada Instituição. Assim, as universidades têm priorizado o programa de moradia estudantil porque este é o responsável pelo atendimento da parcela mais carente dos estudantes.

2.1.2 Razões da Assistência Estudantil

O Brasil é um país marcado pela desigualdade social, no campo da educação, as políticas de assistência estudantil inserem na sociedade a possibilidade de equidade na distribuição do conhecimento. Os programas de assistência estudantil têm como objetivo garantir essa distribuição igualitária do saber, provendo ao estudante condições para participar da vida acadêmica e de fato, estudar e completar o seu curso.

Em 1996, o Ministério da Educação (MEC), preocupado com a evasão de estudantes de nível superior, criou a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Os resultados desse estudo apontaram que cerca de 40% dos alunos ingressantes nas universidades, abandonavam o seu curso antes da sua conclusão. O sistema ineficiente e caro tornou-se visível. Segundo a Comissão (BRASIL, 1996a, p. 136), os fatores que influenciam na evasão e retenção do estudante são, em primeiro lugar, aqueles que se relacionam ao próprio estudante; em segundo, os relacionados ao curso e à instituição; e em terceiro, os fatores socioculturais e econômicos externos. Ainda, de acordo com a Comissão, dentro dos fatores socioculturais e econômicos, destacam-se: relativos ao mercado de trabalho; relacionados ao reconhecimento social da carreira escolhida; relacionados à desvalorização da profissão; vinculados a dificuldades financeiras do estudante; relacionados às dificuldades de atualizar-se a

universidade frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade; relacionadas às ausências de políticas governamentais consistentes e continuadas, voltado ao ensino de graduação (BRASIL, 1996a, p. 137).

As ações assistenciais que vão ao encontro dessas questões são fundamentais para a permanência do estudante e o seu desenvolvimento acadêmico pleno, segundo a comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras (FONAPRACE, 2011a).

Já, a Lei nº 8.742, de 1993, que instituiu a Lei Orgânica da Assistência Social, defende a assistência social como sendo “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Por outro lado, a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE)² argumenta que a assistência estudantil surgiu com o movimento na educação em prol dos benefícios educacionais, pois só a gratuidade não garante a assistência.

2.1.3 Bases Legais

No Brasil, ao longo do último século, foram criados vários dispositivos legais que tratam da garantia de educação aos cidadãos. O primeiro documento legal a reconhecer a autonomia a estabelecimentos de ensino superior antecede a própria criação de universidades no Brasil. Segundo a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, baixada pelo Decreto-Lei nº 8.659, de 05 de abril de 1911, produto da chamada “Reforma Rivadávia” que, em contraste com a rígida tutela estatal exercida sobre o ensino desde a época colonial, visou ao conceder autonomia às escolas superiores, a melhoria geral do nível de ensino no país (RANIERI, 1994).

² A Secretaria Nacional de Casas de Estudantes é um movimento social autônomo, independente e apartidário (...) que se organiza de forma horizontal (sem direções centralizadas) através de colegiado. Formada nos encontros nacionais, composta pelas(os) coordenadoras(es) eleitas(os) no encontro regional, sendo 05 representantes de cada região (disponível em: http://sencebrasil.blogspot.com/2009_08_01_archive.html).

A Constituição Federal de 1988 trata a educação como sendo dever do Estado e da família (Art. nº 205, *caput*) e tem como princípios (Art. nº 206):

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; e,
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, 1988).

Já, a LDB, Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, deu suporte legal amparando a assistência estudantil e favorecendo a implementação da política educacional do Brasil, dentre os dispositivos criados, destacam-se:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]. (BRASIL, 1996C).

A LDB estabelece ainda que a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Cabe destacar que, em 2002, a União Nacional dos Estudantes (UNE) conseguiu introduzir a assistência estudantil na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), garantindo o avanço dos projetos voltados aos estudantes.

Por sua vez, a Lei nº 10.861, de 2004, que lança o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) afirma que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, seus cursos, seus programas, seus projetos e seus setores,

considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, e de forma obrigatória, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos (BRASIL, 2004).

O Decreto-Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, afirma que o programa tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior. E que, entre outras, o programa terá as seguintes diretrizes: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil (BRASIL, 2007).

Nas moradias estudantis públicas, o ingresso não é obrigatório para os alunos que possuem o cadastro socioeconômico aprovado pela Coordenadoria de Serviço Social das IFEs, mas o estudante pode optar pelo recebimento da bolsa auxílio-moradia, nas instituições em que é oferecido.

2.1.4 Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

O PNAES teve a sua primeira versão publicada em 1998 e foi desenvolvida pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), partindo das discussões entre os participantes do Fórum e tendo como base o conhecimento do perfil socioeconômico do estudante de Universidades Federais, resultado da pesquisa realizada em 1997. Ele tem a finalidade de ampliar as “condições de permanência e conclusão de curso de jovens na educação superior pública federal”, tendo como objetivos: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e, IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010a).

O PNAES foi sendo aperfeiçoado pelo FONAPRACE constantemente, especialmente após a pesquisa de 2004, quando se buscou tornar o plano aplicável em todas as Universidades Federais. Em agosto de 2007, o PNAES foi adotado e lançado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Em dezembro de 2007, o Ministério da Educação instituiu o PNAES no âmbito da Secretaria de Ensino Superior (SESU). O PNAES foi implementado a partir de 2008 e colocado em prática, como política de governo.

De acordo com o PNAES, prioritariamente são atendidos: “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio”. As ações de Assistência estudantil envolvem: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e, X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento de altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010a).

Sobre este aspecto, Andrés (2011) observa que o PNAES tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Observe-se, portanto, que o MEC, por meio do PNAES, tem preferido repassar às universidades, faculdades e institutos mantidos pelo poder público federal, recursos que são administrados localmente, seja para custear por bolsas próprias tais itens de assistência ao estudante, seja para ajudar no custeio dos restaurantes universitários e moradias estudantis das próprias instituições, que operam com regras próprias. A referida autora salienta que, entretanto, é preciso ressaltar que o PNAES destina-se tão somente, a alunos das instituições públicas federais, as quais constituem apenas 4% do conjunto das IES existentes, com o agravante de que estes programas afirmativos de inclusão só atendem a uma diminuta parcela de alunos destas universidades e faculdades federais, cujo alunado, como se sabe, majoritariamente provém principalmente das famílias mais abastadas de nosso país (ANDRÉS, 2011).

Em julho de 2011, a ANDIFES apresentou os resultados de um relatório encomendado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que teve o objetivo de mapear o perfil social, econômico e cultural dos estudantes. A pesquisa foi realizada entre outubro e dezembro 2010. O FONAPRACE realizou, anteriormente, duas pesquisas, uma em 1996/7 e a outra em 2003/4, para buscar o perfil dos estudantes das Universidades.

Alguns dados do perfil do estudante das IFES estão sintetizados na seqüência (FONAPRACE, 2011b):

- a) Transporte: mais da metade dos estudantes dependem de transporte coletivo (57%);
- b) Moradia: a maioria dos estudantes mora com os pais (55,28%), apenas 2,5% moram em

- residências universitárias, em sua grande maioria das classes C, D e E (83%); e,
- c) Participação em programas de assistência estudantil: estudantes das classes C, D e E são os mais beneficiados.

Neste sentido, a assistência estudantil contempla as moradias estudantis. No item a seguir, descrevem-se os preceitos inerentes às moradias estudantis.

2.1.5 Moradias Estudantis

Para se entender o contexto em que estão inseridas as moradias estudantis federais, deve-se primeiro compreender o cenário de diferentes desigualdades econômicas e sociais, característico de grande parte das sociedades modernas. Isso torna a questão da inclusão das populações carentes uma prioridade para as políticas públicas. Existe a necessidade de prover condições não apenas para que haja inclusão de indivíduos em universidades de qualidade, mas também instrumentos de consolidação da sua permanência nessas instituições. É sob essa perspectiva que entram ações de apoio estudantil e expansão da democratização do acesso ao ensino superior. As moradias estudantis federais cumprem papel fundamental, abrigando estudantes universitários que vivem em condições socioeconômicas desfavoráveis, e vêm de outras cidades, onde deixam suas famílias. Os estudantes investem na escolarização como uma forma de transformar e transmutar para outra classe social, e buscar uma carreira, tendo, para isso, de deixar seu lugar de origem, para morar com outras pessoas em condições semelhantes.

Juntamente com os restaurantes universitários, auxílios-permanência, bolsas de pesquisa e extensão e outras ferramentas utilizadas para a manutenção dos alunos nas universidades, a Moradia Estudantil e o Restaurante Universitário têm potencial de contribuir substancialmente com a redução dos índices de evasão escolar. Dados do Censo da Educação Superior de 2007 (BRASIL, 2009) mostram que 72,6% dos alunos ingressantes nas IFES concluíram a graduação. Em instituições particulares esta taxa é ainda menor, chegando a 55,4%. A média nacional de evasão no ensino superior ficou em 58,1% (O GLOBO, 2009 apud CONTEE, 2009).

Do ponto de vista da evasão escolar, há o impacto positivo de um programa eficaz de moradia estudantil. Nem todos os estudantes

conseguem participar e aproveitar ao máximo o ambiente universitário. Desfrutar de uma universidade requer disponibilidade de tempo e de meios. Muitos dos estudantes precisam trabalhar para se manter, tendo que dedicar menos tempo à faculdade. Outros, não conseguem emprego ou renda e acabam por enfrentar dificuldades financeiras de manutenção acadêmica. A renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência na universidade pública e término do curso, sendo fadados, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão (ANDRÉS, 2011).

Atualmente, de acordo com o MEC, grande parte das universidades federais dispõe de residências estudantis. As residências são gratuitas para o aluno, e este que consegue uma vaga, não tem custos com aluguel, condomínio, água, energia elétrica e gás. Algumas universidades optam por oferecer o auxílio moradia, compreendendo que o número de vagas oferecidas em casas de estudantes gratuitas é inferior à demanda. Assim, alunos com baixa renda e que não têm a oportunidade de se alojar em casas estudantis têm a possibilidade de alugar uma moradia próxima ao campus em que estude, contando com um pequeno auxílio financeiro para tal. Na acepção da UNE, as residências das universidades federais têm problemas de infraestrutura, mas como são gratuitas, têm grande procura pelos estudantes e, conseqüentemente, o número de vagas é insuficiente para atender à demanda (FONAPRACE, 2012).

O processo de expansão universitária do Governo Federal que vem ocorrendo neste início de milênio tem se concretizado pela criação de novas universidades. Com o número de vagas maior, é também maior a procura por políticas de permanência estudantil. Desencadear políticas que contribuam para a ampliação da oferta de oportunidades é o atual desafio das Universidades Públicas, no sentido de permitir que os estudantes tenham a necessária qualidade de vida para que possam desenvolver, cada vez mais e melhor, as suas atividades no campo do ensino, pesquisa e extensão.

No item a seguir, descreve-se como os estudantes podem se inscrever e conseguir uma vaga em uma moradia estudantil.

2.1.6 O Ingresso nas Moradias

Para conseguir uma vaga em uma moradia estudantil, o estudante precisa atender alguns requisitos. Casas estudantis de universidades federais dão preferência a atender alunos vindos de cidades diferentes das da universidade, e com renda desfavorável, para que estes consigam

ter condições de permanecer na faculdade. Algumas instituições possuem alojamentos próprios para os universitários, em forma de prédios com pequenos apartamentos. No entanto, a maioria das residências estudantis funciona em casas ou em antigos casarões, cada uma com as suas especificidades. As residências estudantis das universidades públicas são destinadas aos estudantes de graduação devidamente matriculados, submetidos a um processo seletivo realizado pela própria instituição a cada semestre do ano letivo. Essa seleção, em geral, é publicada em edital, assim como o seu resultado.

A seleção do candidato precisa ter requisitos básicos, uma família comprovadamente de baixa renda, e morar fora do município onde se situa a residência. Algumas universidades, como a UFSC, por exemplo, reservam vagas para estudantes de outros estados ou países (em média, 10% do total de vagas). Existem universidades que aceitam alunos dos cursos de pós-graduação em suas residências, desde que haja vagas ociosas e que não tenha nenhum estudante de graduação na lista de espera. Na avaliação do estado de carência de cada candidato são considerados a declaração do imposto de renda do pai ou responsável, contracheques e os atestados de autoridades públicas. Em universidades com alta demanda por moradia estudantil, os funcionários visitam as casas dos candidatos para comprovar as informações. Nos casos de dois estudantes apresentarem o mesmo perfil, leva vantagem quem possui uma família com o maior número de dependentes (COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL, 2012). As ações de políticas estudantis tornam-se necessárias para diminuir as desigualdades entre os estudantes. Na sequência, são descritas as ações endereçadas à política estudantil.

2.1.7 Ações de Políticas Estudantis

O resgate histórico de programas e ações no campo da assistência estudantil, assim como o conhecimento de leis e pesquisas realizadas nessa área, é imprescindível na criação e implementação de novos programas. Assim, faz-se necessário a análise criteriosa da realidade social, econômica e cultural em que o estudante está inserido. O sucesso desses programas traz um vislumbre de um ideal utópico onde todos podem acessar a educação de forma plena e igualitária. A implementação de políticas públicas que facilitam o acesso do estudante ao sistema federal de ensino superior – adotadas em boa parte das IFES, tais como uso da nota do Enem, estabelecimento de cotas para os oriundos de escola pública, afrodescendentes e indígenas, só terá

sucesso se vierem acompanhadas de outras que possibilitem a permanência desse aluno no sistema (FONAPRACE, 2011b).

Pressupõe-se que são necessárias políticas que privilegiem o atendimento de demandas básicas dessa população, como acesso à alimentação saudável e de qualidade – que pode ser ofertada pelos restaurantes universitários e seus associados - moradia estudantil – com infraestrutura própria da IFES ou em sistema de colaboração com o mercado imobiliário, através das facilidades de locação e, finalmente, reforço acadêmico em disciplinas consideradas fundamentais, tais como matemática, português, entre outras. Outras ações podem ser inseridas como o ensino de uma segunda língua – exigência do mercado de trabalho, cursos de capacitação e atualização em informática e banco de dados, facilidades no acesso ao transporte (vale-transporte), atendimento em serviços de saúde – médico-odontológico e, mesmo, oferecimento de remuneração – em forma de bolsa de estudo, que possibilitem a essa população o acesso a outros itens fundamentais do convívio social e formação profissional.

Assim, uma política integrada de permanência a uma população historicamente alijada do ensino superior, vai além da gratuidade. Alicerça-se no oferecimento de condições para o efetivo exercício da cidadania. A missão da universidade se cumpre na medida em que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária. A universidade é uma expressão da própria sociedade brasileira, abrigando as contradições nela existentes (FONAPRACE, 2011).

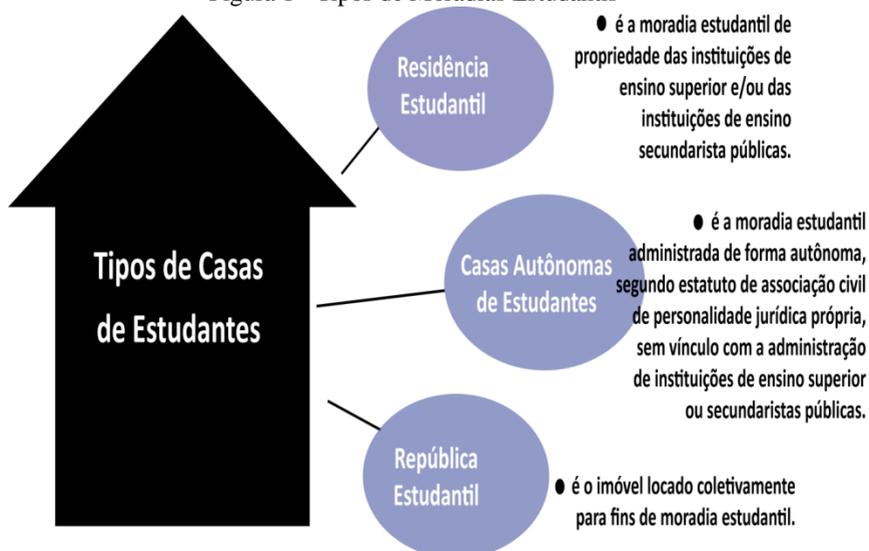
A ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz que esses estudantes, muitas vezes, desistam de seus cursos, ou mesmo, retardem sua conclusão. Para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições. A assistência estudantil deve ser colocada como política da instituição e não como ação. Tem-se como determinantes a assistência estudantil sintonizada às políticas de gestão das IFES.

2.1.8 Tipos de Casas de Estudante

A Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE), assim, define o conceito de ‘casa do estudante’ (SENCE, 2011):

[...] **Casa de Estudante** é todo o espaço destinado à moradia de estudantes, podendo receber as seguintes denominações: alojamento estudantil, residência estudantil, casa de estudante (universitária, secundária, pós-graduação, autônoma, estadual, municipal), repúblicas e outras, independente da renda dos(as) moradores(as). [...] Existem três tipos básicos de Moradia Estudantil: **Residência Estudantil, Casa Autônoma de Estudantes e República Estudantil.**

Figura 1 - Tipos de Moradias Estudantis



Fonte: adaptado de SENCE (2011)

2.2 MODELOS E PRECEITOS BÁSICOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Para ter-se uma melhor contextualização sobre o tema gestão universitária, construiu-se uma breve abordagem da gestão, introduzindo-as nas organizações. Passou-se para a gestão democrática com práticas participativas. A seguir, a estrutura universitária com foco nas moradias estudantis; e, finalmente, a democratização da gestão universitária relacionada com a democratização do ensino, com os dois tipos de democracia: democracia representativa e democracia participativa.

2.2.1 Gestão Universitária

A Gestão Universitária, enquanto área de estudo preocupa-se com a estrutura, o funcionamento e o comportamento de pessoas e grupos que atuam nas organizações universitárias. A análise da estrutura e do funcionamento organizacional focaliza fatores tais como missão e objetivos, tamanho, sistemas hierárquico e de comunicações, métodos e procedimentos em organizações universitárias (COLOSSI; PINTO, 2004). Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. É inquestionável o papel da gestão no contexto da educação brasileira. Na atualidade, tem-se observado atenção à gestão na educação, pois se supõe que o sucesso de uma instituição de ensino depende de como é conduzida a sua forma de organização. Por esta razão, o termo gestão é uma expressão que vem ganhando muita atenção nos espaços educacionais, caracterizando-se, principalmente, pela participação das pessoas na tomada de decisões que dizem respeito à educação. Todos os envolvidos nesses espaços educacionais são considerados gestores da instituição. Dessa forma, todos tem responsabilidades e compromissos com a melhoria da gestão, pois melhorando a gestão, está se agregando valor de extrema importância às pessoas e à instituição de ensino (CORADINI, 2009). A organização universitária, como uma instituição social a servir a sociedade onde se insere, está sujeita às mudanças e às explosões que caracterizam o mundo organizacional contemporâneo e, portanto, caracteriza-se, também, pela necessidade de mudanças para sua sobrevivência nesta era de explosões radicais (COLOSSI; PINTO, 2004).

Para Souza (2009), as universidades são formadas, basicamente, por um conjunto de pessoas, onde as relações sociais e interpessoais

extrapolam as estruturas prescritas no modelo racional burocrático. Assim, as instituições universitárias são consideradas organizações complexas, não só pela sua condição de instituição especializada, mas, principalmente, pelo fato de executar tarefas múltiplas. Cada atividade, embora interdependente em relação a outras, possui características sui-generis que a diferem de outras organizações. Na concepção de Beloto, Rivero e Gonsalves (1999), a organização do ensino tem obedecido a modelos de gestão que predominam estruturas hierarquizadas, através da qual a maioria das decisões é tomada no topo da instituição e que apesar de apresentar tradicionalmente uma estrutura fortemente burocratizada, distingue-se na sua natureza de uma organização empresarial, apresentando-se como uma instituição relativamente autônoma, no entanto, complexa e contraditória, assim como é a sociedade na qual ela está inserida.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996c) da Educação Nacional, os processos de gestão democrática e participativa ganharam mais visibilidade. O seu artigo 56 determina que “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.” Já, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no seu artigo 3º. cita que “a avaliação das instituições de educação superior objetiva identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, considerando as diferentes dimensões institucionais, como organização e gestão da instituição e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.” O SINAES surge para adequar o processo de avaliação de forma globalizante, articulando auto-avaliação à avaliação interna e à externa, buscando, assim, atender as questões pertinentes à avaliação de toda a instituição, incluindo um tópico específico sobre a avaliação da gestão universitária. O que, até então, era tarefa quase que exclusiva dos pesquisadores da área, respondendo pelo princípio de gestão democrática garantido pela Constituição Federal de 1988, tornar-se preocupação também do Ministério (ELPO, 2004).

No entendimento de Ferreira (apud CORADINI, 2009), gestão significa participar na tomada de decisões, na organização e na direção de um espaço. A gestão está relacionada com o envolvimento que os sujeitos têm dentro de uma organização para que sejam atingidos os objetivos do grupo. Para isso, tais sujeitos devem cumprir seus compromissos e desempenhar seu papel nessa organização. A gestão

compreende a administração; administração pode ser compreendida como o estudo e a implantação dos métodos de trabalho, juntamente com o seu controle, por meio dos quais se verifica a eficiência/eficácia da execução. Para a autora, a democratização na educação surgiu para acabar com as práticas autoritárias e burocráticas, que, por muitos anos, restringiram a autonomia nas instituições de ensino, não permitindo que ocorresse sua auto-organização; anulando, por conta disso, as reais necessidades da instituição, impedindo que se organizasse uma gestão democrática e participativa, e sacrificando, dessa forma, que se construísse uma gestão de qualidade. A participação efetiva na gestão universitária proporciona aos segmentos que a compõem um melhor conhecimento do assunto que dizem respeito a ela e sobre seu funcionamento. Essa articulação mostra-se como uma condição indispensável para sustentar a ação da universidade e para que as atividades sejam coletivamente estudadas e planejadas em todos os seus processos administrativos, financeiros e pedagógicos. Faz-se necessário repensar as políticas públicas no contexto das demandas sociais em sua realidade concreta.

Alunos, professores e servidores técnicos-administrativos, como também a comunidade em geral, envolvem-se na questão da gestão em organizações universitárias, cujo relevante papel de construir e disseminar o saber, a ciência e a tecnologia são essenciais à vida humana associada. A organização universitária está exposta às mudanças que ocorrem em seu macro ambiente e, naturalmente é influenciada e tende a refletir em seu interior o ambiente externo. Por esta razão, espera-se seu efetivo envolvimento na busca de soluções ou equacionamento de problemas societários, realizando sua vocação científica e tecnológica em congruência com os anseios da sociedade, sem o qual ela corre o risco de afastar-se, cada vez mais, de sua missão original como uma instituição social, cujos valores fundamentais emanam e volta-se à sociedade a que serve (COLOSSI; PINTO, 2004). Para que se desenvolvam práticas que contemplem várias habilidades e que formem cidadãos críticos e responsáveis, que tenham uma visão transformadora, as ações desenvolvidas devem ser coletivas nas universidades. Nesse sentido, parte-se do pressuposto que o sucesso, nessas instituições, depende de pessoas trabalhando juntas, organizadas, em prol da realização dos mesmos objetivos educacionais.

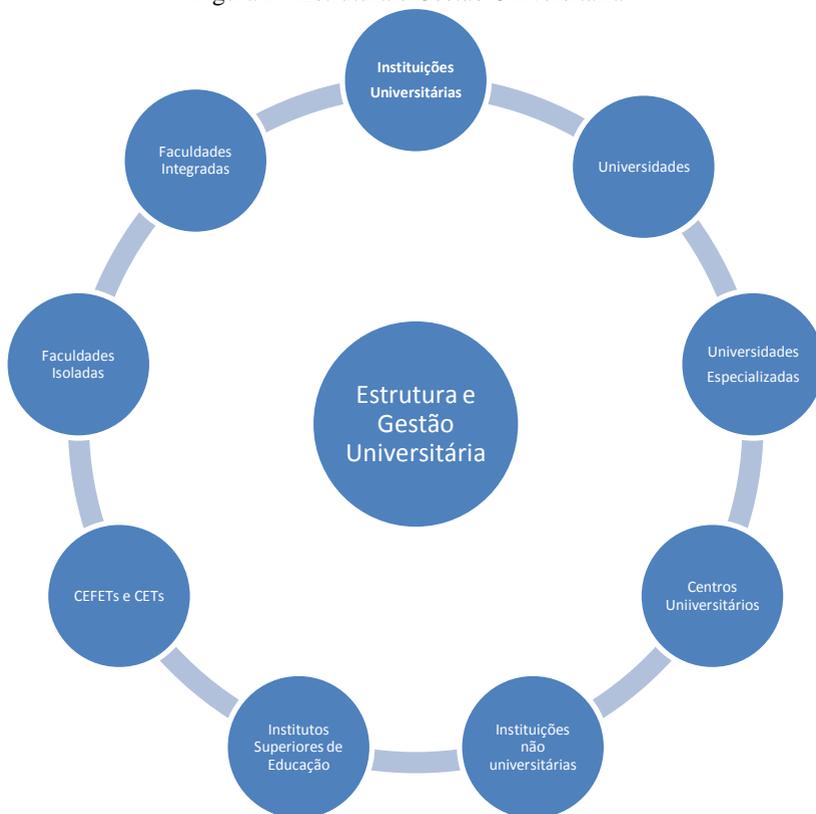
A gestão democrática nas universidades é amparada legalmente, num âmbito macro, pelas políticas públicas educacionais; e no atual governo, pelo SINAES. As universidades públicas, com sua missão, visão e valores bem definidos e com seus objetivos e metas, estão

buscando hoje um modelo de gestão mais democrática e participativa. Sabe-se que uma gestão moderna, com práticas participativas, hoje é fundamental na gestão das universidades, para que se tenha êxito nos seus resultados de seus objetivos e metas traçados (CORADINI, 2009). Em uma sociedade de que se democratiza e que constantemente se transforma, a gestão nos espaços educacionais precisa estar voltada sobre os dinamismos das pessoas, sua competência para o diálogo e para o debate, num trabalho coletivo, como condição para a melhoria do ensino. A gestão precisa ser participativa e esta participação exige a convivência e encontro entre pessoas que pensam e agem de modo diferente, mas que precisam e devem contribuir, cada uma com suas especificidades e seu conhecimento, sempre na busca de objetivos e metas comuns propostos para a instituição de ensino. Portanto, gestão na educação refere-se às ações administrativas e pedagógicas onde os envolvidos no processo educacional estão todos engajados com seus atos e ações, na busca de resultados mais positivos e significativos para a instituição de ensino.

2.2.2 Estrutura e Gestão Universitária

De acordo com Neves (apud. SOUZA, 2009), as universidades federais integram o sistema federal de ensino superior, que é regido pela LDBN (Lei nº 9.394/1996) e pelo Decreto nº 2.306/1997, sendo coordenado pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC). O referido sistema apresenta a seguinte organização (figura 2):

Figura 2 - Estrutura e Gestão Universitária



Fonte: Adaptado: (NEVES, 2002 apud SOUZA, 2009).

As universidades têm como objetivo desenvolver e disseminar o conhecimento, e são instituições públicas supervisionadas pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu). Para sua manutenção e expansão, as mesmas recebem recursos do governo federal, para despesas de pessoal, custeio e capital. Desse modo, a universidade realiza suas funções por meio de suas atividades básicas, que são: o ensino, a pesquisa e a extensão (SOUZA, 2009).

A gestão das universidades deverá orientar-se pelas seguintes dimensões: administrativa, acadêmica, humana, política e social. A dimensão administrativa refere-se à organização geral da universidade, suas estratégias, os sistemas de informações, a filosofia de gestão e o desenvolvimento de uma cultura de avaliação para as IFES. A dimensão

acadêmica trata da organização das unidades e subunidades acadêmicas, o planejamento acadêmico, os sistemas acadêmicos, a filosofia de gestão acadêmica e a avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A dimensão humana observa o desenvolvimento e à valorização dos docentes, dos técnicos e dos estudantes para a garantia da dedicação, do dinamismo e da responsabilidade compatíveis com a dignidade acadêmica. E a dimensão política e social refere-se ao relacionamento e a aprendizagem com a sociedade/comunidade, o relacionamento com o governo, sindicatos e entidades estudantis e fundações de apoio e relacionamentos com outros organismos e instituições nacionais e internacionais (SOUZA, 2009).

Souza (2009) complementa seu raciocínio advogando que é fundamental a preocupação permanente com a qualidade do corpo docente e do corpo técnico, e a qualidade de todas as demais atividades universitárias. Da mesma forma, deve-se incentivar a criatividade e a inovação.

Esta questão encontra subsídios na organização formal descrita como sendo um arranjo de indivíduos, cujas tarefas inter-relacionadas e especializações permitem que o agregado total atinja metas. As universidades, em suas gestões administrativas, atuam nas várias áreas de pessoal, acadêmica, administrativa, orçamentária e política institucional (CHAMPION, 1979). Na concepção de Schwartzman (1988, p. 1), “as universidades possuem autonomia didático-científica, autonomia administrativa e autonomia de gestão financeira e patrimonial”, o supramencionado estudioso, classifica estas ações em:

- a) autonomia didático-científica contempla liberdade de definir currículos, abrir e fechar cursos, definir linhas prioritárias e mecanismos de financiamento de pesquisa;
- b) autonomia administrativa supõe que as universidades poderão se organizar internamente, aprovando seus estatutos e adotando ou não o sistema departamental, o regime de créditos, a estrutura de câmaras, entre outros;
- c) autonomia de gestão financeira e patrimonial propõe o da dotação orçamentária global, com plena liberdade para remanejamento de recursos nos itens de pessoal, custeio e capital; e,

- d) autonomia patrimonial significa que as universidades devem constituir patrimônio próprio, ter liberdade para obter rendas de vários tipos e utilizar destes recursos.

A partir dessas considerações, é que decidiu-se pela realização de multicasos para elucidar o problema de pesquisa já mencionado, sendo as IFES selecionadas: UFSC, FURG, UFPel, UFRGS, e, UFSM.

2.2.3 Democratização da Gestão Universitária

Para Neves (apud MARQUES, 2008, p. 57), sem a universalidade da cidadania, ou seja, sem a inclusão dos indivíduos e grupos no sistema jurídico-político, as diferenças étnicas e culturais degeneram-se em processos destrutivos entre os grupos. O universalismo da justiça como igualdade, que pressupõe o universalismo da cidadania como inclusão generalizada no sistema jurídico-político, apresenta-se como um universalismo relativo, que exige respeito recíproco às diferenças. Desse modo, a justiça como igualdade exige uma ordem jurídico-política que tem como base e exigência o respeito recíproco às diferenças de grupos e indivíduos. Entende-se que a construção de uma universidade democrática, passa necessariamente, pela inclusão dos três segmentos que compõem a comunidade universitária, nos processos de tomada de decisões. Acredita-se, que oportunizando espaços de participação, onde todos os elementos envolvidos no processo educativo possam ter as mesmas chances de debaterem e manifestarem seus pontos de vista, sua forma de ver a realidade da instituição, seja a forma mais inteligente e democrática de se enfrentar as dificuldades presentes no dia-a-dia.

A gestão educacional está relacionada com a democratização do ensino; na distribuição de funções e atribuições; da participação de todos nos processos decisórios; na distribuição do poder (CORADINI, 2009). Neste sentido, a prática da democracia é um processo desafiador, que se constrói a cada dia, envolvendo direta ou indiretamente as pessoas em suas relações no ambiente de trabalho ou fora dele. Assim, é de fundamental importância que se coloque em prática a democracia; que se façam debates, encontros, reuniões entre as pessoas, para que elas possam ter voz e vez nas decisões e soluções de problemas que dizem respeito à organização da instituição ou do grupo social a que pertencem. A Constituição brasileira de 1988 menciona representação e participação direta, como se observa no art. 1º, parágrafo único, quando afirma que “todo poder emana do povo”, que o exerce por meio de

representantes eleitos (democracia representativa), ou diretamente (democracia participativa) (BRASIL, 1988).

Na concepção de Bobbio (apud CORADINI, 2009, p. 28), a democracia representativa refere-se à participação de pessoas eleitas para representar um grupo social ou uma categoria nos processos decisórios e deliberativos sobre as questões que dizem respeito à coletividade. Quando há um representante que defende os interesses gerais, não se faz necessária a participação direta de todos os membros da comunidade e/ou categoria profissional; por outro lado, os representantes podem ir se constituindo, pouco a pouco, em uma nova categoria. Já, a democracia participativa, também chamada democracia direta, caracteriza-se por ser aquela em que as pessoas encontram-se de uma forma harmoniosa e arranjada para juntas participarem das decisões e deliberações que lhes dizem respeito, não havendo necessidade que intermediários decidam por elas. O coletivo, de uma forma organizada, é quem decide efetivamente.

A prática da participação, para Marques (apud CORADINI, 2009, p. 30), aprofunda e intensifica a democratização do processo democrático, tornando-o mais inclusivo e legítimo, envolvendo todas as pessoas para reivindicar a participação direta nas instituições, as quais se virão desafiadas a buscar formas alternativas e complementares entre a democracia representativa e a democracia participativa. A partir de uma gestão participativa, o trabalho desenvolvido nas universidades poderá ser bem mais qualificado, pois as pessoas sentir-se-ão mais motivadas e comprometidas com o trabalho. Nesse sentido, é importantíssima a participação das pessoas nos processos de tomada de decisão e solução de problemas. Na concepção de uma gestão participativa, há uma pretensão em romper com as práticas individualistas e envolver alunos, professores e técnicos-administrativos, num trabalho coletivo e solidário. Coradini (2009), assevera que a gestão precisa ser participativa e esta participação exige a convivência e o encontro entre pessoas que pensam e agem de modo diferente, mas que precisam e devem contribuir, cada uma com as suas especificidades e seu conhecimento, sempre na busca de objetivos e metas comuns propostos para a instituição de ensino.

2.2.4 Gestão das Moradias Estudantis

Foi percebida a necessidade de se construir um modelo de moradia estudantil. Por intermédio da revisão bibliográfica será proposto a seguinte estrutura:

Figura 3 - Estrutura e gestão das moradias estudantis



Fonte: Adaptado pelo autor (2013).

As IFES do sul do Brasil que possuem moradias estudantis mantidas pela instituição devem atender os residentes no seu primeiro item, hotelaria, que se refere à hospedagem do aluno na moradia; como segundo item tem-se os programas que atendem os serviços gerais que contemplam: limpeza, jardinagem, portaria, lavanderia, refeitório, segurança e manutenção predial e de bibliotecas, laboratórios e afins; no terceiro e último item, tem-se os programas de manutenção ou de permanência dos residentes, que englobam, bolsa permanência ou bolsa de ensino, cursos de línguas estrangeiras, reforço em disciplinas e atendimento médico, odontológico e psicológico.

Frete às descrições sobre o tema abordado, passa-se, na sequência, a relatar os procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresenta-se o método utilizado na coleta, análise e interpretação de dados. Inicialmente, foi realizado um estudo aprofundado do tema, na qual foram descritos os pilares básicos desta pesquisa: Moradia Estudantil (histórico e legislação) Políticas de Assistência Estudantil e Gestão das IFES do Sul do Brasil. Para Marconi e Lakatos (2007), o método caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade.

Este estudo foi previsto para uma pesquisa qualitativa. No entender de Triviños (1987), as características da pesquisa qualitativa são:

- a) a pesquisa qualitativa tem ambiente natural com fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave;
- b) a pesquisa qualitativa é descritiva;
- c) os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto;
- d) os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente;
- e) o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa, com apoio teórico na fenomenologia, é essencialmente descritiva.

Ainda, Oliveira (1997) afirma que a abordagem qualitativa tem as seguintes vantagens:

- a) facilita a descrição da complexidade de uma determinada hipótese;
- b) analisa a interação das variáveis;
- c) compreende e classifica processos dinâmicos experimentados por grupos sociais;
- d) apresenta contribuições no processo de mudança, criação e formação de opiniões de determinado grupo, em maior grau de profundidade;
- e) interpreta a particularidade dos comportamentos dos indivíduos.

Esta pesquisa tem ainda o caráter descritivo e interpretativo, que tem como base Estudos de Multicasos. Na ótica de Triviños (1987), sem necessidade de perseguir objetivos de natureza comparativa, o pesquisador pode ter a possibilidade de estudar dois ou mais sujeitos ou organizações. Nesse caso, o Estudo de Multicasos foi empregado na IFES selecionadas. Triviños (1987) assevera que o foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade e que têm por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade.

O caráter descritivo se dá pelo estudo e características de determinada população, onde foram estabelecidas as correlações entre as instituições, os programas de assistência focados nas moradias estudantis e sua população. Neste caso, o caráter descritivo e interpretativo é dado pela exposição das características de determinada população, ou seja, todas as instituições federais de ensino superior do sul do Brasil que possuem moradias estudantis. A Técnica da Observação também foi utilizada, e, portanto, na concepção de Marconi e Lakatos (2007), esta técnica é utilizada para obtenção de seus propósitos, correspondendo à parte prática de coleta de dados.

Trata-se ainda, de uma pesquisa aplicada porque os conhecimentos adquiridos são utilizados para aplicação prática voltados para a solução de problemas concretos e imediatos. Assim, foram identificados, nas instituições relacionadas, os fatores que serão determinantes na gestão das moradias, com seus respectivos regulamentos e/ou conselhos (nas que houverem). Ainda, na visão de Oliveira (1997), a Pesquisa Aplicada tem por objetivo pesquisar, comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos modelos teóricos e fazer a sua aplicação às diferentes necessidades humanas.

3.1 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA

O estudo foi desenvolvido e fundamentado nas Instituições Federais de Ensino Superior do Sul do Brasil, localizadas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tem seu foco nos programas de assistência estudantil com ênfase nas Moradias Estudantis. As universidades selecionadas foram: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). As universidades: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, Universidade Federal do Paraná/UFPr, Universidade Tecnológica Federal do Paraná/UTFPR, Universidade

Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre/UFCSPA e a Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA estão situadas nas regiões sul, mas não possuem moradias estudantis públicas.

A amostra é intencional e foi escolhida para apresentar de forma mais concreta e fidedigna possível para cada instituição citada. Cada instituição estudada tem seu caráter pessoal e relativo às suas regiões em que estão inseridas. Por se tratar de Universidades Federais de Ensino Superior, possuem características semelhantes que foram relatadas neste trabalho, tornando desta forma, este trabalho rico, possibilitando uma visão detalhada de cada uma delas.

Na acepção de Marconi e Lakatos (2007), o problema da amostragem é escolher uma parte (ou amostra) de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo, e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, pode inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada.

Os sujeitos desta pesquisa são compostos pelos responsáveis pela gestão das moradias estudantis indicados pelas IFES, representantes estudantis indicados pelos órgãos representativos vinculados à moradia estudantil e representante do Diretório Central dos Estudantes/DCE, indicado pelo próprio DCE.

Este estudo conta, ainda, com uma pesquisa documental, pois foram analisados todos os programas de assistência estudantil das Universidades citadas, através de seus sites oficiais, que teve como objetivo identificar primeiramente os programas assistências desenvolvidos por cada instituição, possibilitando assim, desta forma, identificar quais possuem moradias estudantis. Assim, como já foi citado anteriormente, a amostra é focada nas instituições do sul do Brasil que possuem casa de estudante mantidas pela instituição.

3.1.1 Técnica de Coleta de Dados

Por se tratar de uma pesquisa descritiva, a etapa de coleta de dados corresponde a uma fase intermediária da pesquisa. De acordo com Triviños (1987), a descrição intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Já, a coleta de dados segue um plano formal, as informações específicas que podem se tornar relevantes a um estudo de caso não são previsíveis imediatamente. Foram utilizados dois tipos de dados para execução da pesquisa: dados primários, levantados através de pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela gestão das moradias estudantis indicados pelas IFES, representantes estudantis indicados

pelos órgãos representativos vinculados à moradia estudantil e representante do Diretório Central dos Estudantes/DCE, indicado pelo próprio DCE, e dados secundários que foram obtidos através de pesquisa nos websites das instituições selecionadas e todos os documentos disponíveis nos sites oficiais dessas instituições, livros, artigos, entre outros. Roteiro em Apêndice A e Apêndice B, pág. 165 e 167.

3.1.2 Análise Documental

No entendimento de Yin (2005), devido ao seu valor global, os documentos desempenham um papel explícito em qualquer coleta de dados, ao se realizarem estudos de caso. Buscas sistemáticas por documentos relevantes são importantes em qualquer planejamento para a coleta de dados. A análise documental das instituições possibilita um maior entendimento das atividades desenvolvidas pertinentes à área de assistência estudantil, tanto quanto a oferta de programas de assistência estudantil, como o oferecimento de moradias. No caso das moradias, permite um amplo estudo de suas peculiaridades, seus regimentos, seus conselhos e suas populações.

3.1.3 Entrevista

Foi utilizada a entrevista semiestruturada com perguntas abertas (roteiro em apêndice) sendo elaborado por meio de um roteiro baseado nos objetivos que se pretendeu alcançar nesta pesquisa. Na compreensão de Triviños (1987), o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações. Assim, esta pesquisa teve caráter flexível, podendo ao longo das entrevistas novas perguntas serem formuladas.

As entrevistas foram realizadas com os responsáveis (coordenadores) pela gestão das moradias estudantis indicados (das) pelas IFES, representantes estudantis indicados pelos órgãos representativos vinculados à moradia estudantil e representante do Diretório Central dos Estudantes/DCE, indicado pelo próprio DCE. Na lógica de YIN (2005), as entrevistas constituem uma fonte essencial de evidências para os estudos de caso, já que a maioria delas trata de questões humanas. A construção e a estrutura do roteiro foram obtidas após a estruturação da Fundamentação Teórica, permitindo desta forma,

atender os objetivos específicos. As entrevistas foram realizadas em julho de 2013.

3.1.4 Análise de Dados

Posto que o trabalho é aderente à abordagem qualitativa, optou-se, para a análise dos dados, pela análise de conteúdo. Como finalidade inicial, tal método pretende “a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1985). Mas, é preciso lembrar que, segundo Bardin (1985, p.34),

a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. (...) A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Portanto, a análise de conteúdo apresentou 2 etapas: uma que se destinou à análise qualitativa do conteúdo latente e a outra à análise qualitativa do conteúdo manifesto. Para esta pesquisa, optou-se por desenvolver a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas sem a intenção de quantificar o seu conteúdo. Para tanto, fez-se uso da técnica analítica *pattern matching*, baseando-se no que propõe Yin (2005). Mediante a citada técnica, são realizadas comparações entre as evidências empíricas obtidas com quadros de referências localizados na revisão da literatura presente no trabalho.

3.1.5 Limitações da pesquisa

Segundo Vergara (1998), todo método apresenta limitações que, embora não invalidem os resultados da pesquisa, precisam ser esclarecidas para que o leitor possa compreender detalhes do escopo em que ela foi realizada. Neste contexto, há que destacar tanto o escopo temporal, como o geográfico e o técnico-prático.

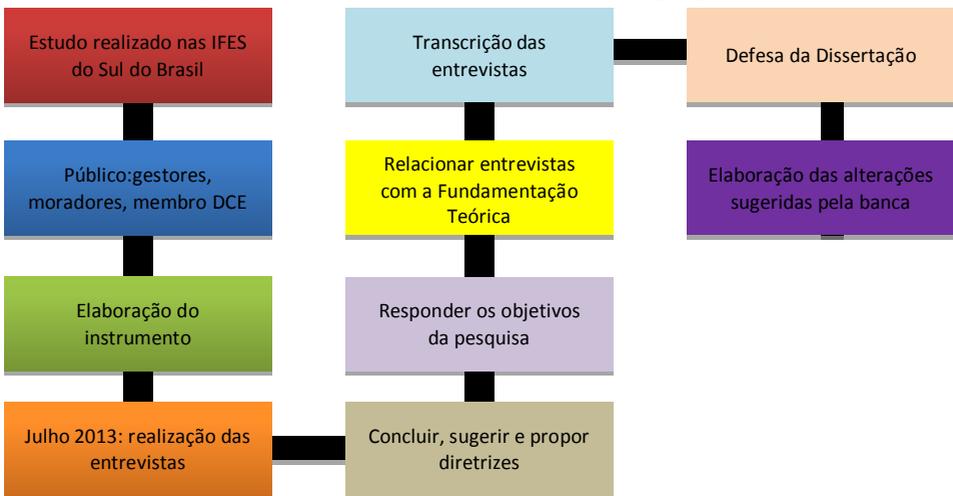
Inicialmente, no que se refere ao escopo temporal, é preciso lembrar que aqui se tem um estudo do tipo longitudinal, uma vez que se refere a um período de tempo limitado, especialmente porque a coleta de dados considera espaço de tempo que foi realizada, julho de 2013.

No âmbito geográfico, já que se trata de um estudo de multicaso, a pesquisa foi realizada nas Universidades Federais do Sul do Brasil e que possuem Moradias Estudantis públicas retratando a realidade das moradias destas universidades.

Por fim, é preciso especificar os limites técnico-práticos da aplicação do método escolhido para a efetivação do estudo vigente. Em primeiro lugar, tem-se que as categorias de análise e respectivos fatores de análise escolhidos para este trabalho foram obtidos com base na teoria tratada na Fundamentação Teórica. Por conseguinte, as análises realizadas dizem respeito unicamente a este conjunto teórico. Desse modo, foi dado ênfase a variáveis concernentes a infra-estrutura, bem como as relacionadas ao apoio institucional. Para identificação dos tipos de gestão adotados pelas moradias em estudo, considera-se a tipologia oferecida por Coradini (2009).

3.1.6 Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa

Figura 4 - Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2013)

Apresenta-se a figura 4 que ilustra a sequência de passos para o desenvolvimento da pesquisa.

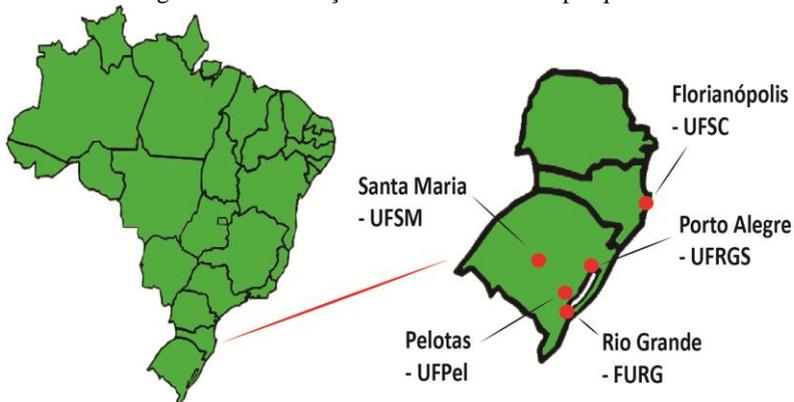
3.2 PERGUNTAS DA PESQUISA

- Quais são os critérios de seleção dos moradores para ingresso nas moradias?
- Quais são os fatores que contribuem para a gestão das moradias estudantis?
- Existem programas de apoio para os alunos que residem na moradia?

4 HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO DE MORADIA ESTUDANTIL DAS IFES ESTUDADAS

As Universidades: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) possuem moradias estudantis mantidas pelas instituições. Neste sentido, são relatadas a seguir (figura 5), em suas localizações, estruturas e casas estudantis.

Figura 5 - Localização das Universidades pesquisadas



Fonte: elaborado pelo autor (2013)

4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA/UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960 - Decreto n.º 64.824, de 15 de julho de 1969), é uma instituição de ensino superior e pesquisa, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina.

Com autonomia administrativa, didático-científica, gestão financeira e disciplinar, reger-se-á pela legislação federal que lhe for pertinente, pelo Estatuto, pelo Regimento Geral, pelos Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e das Unidades Universitárias e pelas

Resoluções de seus órgãos. A UFSC tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.

Com a reforma universitária de 1969 (Decreto nº 64.824, de 15/07/1969), as faculdades deram lugar às unidades universitárias, com a denominação de centros, os quais agregam os departamentos. Presentemente, a UFSC tem um total de onze centros: Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Ciências da Educação (CED), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro de Desportos (CDS), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro Socioeconômico (CSE), Centro Tecnológico (CTC) (BRASIL, 1969).

Em sua estrutura organizacional, a gestão central é feita via órgãos deliberativos e órgãos executivos. Os órgãos deliberativos são o Conselho Universitário, para deliberação no nível mais alto na própria Universidade, e as câmaras, com função deliberativa nas áreas acadêmicas. A função fiscalizadora é exercida pelo Conselho de Curadores, pela Auditoria Interna e pela Ouvidoria. Os órgãos executivos da UFSC, como a outra parte essencial da gestão central da Universidade, são compostos de seis pró-reitorias e três secretarias especiais, além do gabinete do reitor. As pró-reitorias são: Ensino de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Assuntos Estudantis, Desenvolvimento Humano e Social, Infraestrutura. As três secretarias especiais são: Cultura e Arte, Relações Internacionais e Institucionais, Planejamento e Finanças. A UFSC possui três campi, isto é, de Araranguá, de Curitiba e de Joinville. Cada um deles possui um diretor geral, um diretor acadêmico e um diretor administrativo. Vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE, a Coordenadoria de Serviço Social/CoSS, mantém alguns programas de assistência social para alunos com cadastro social aprovado. Entre eles:

- a) Bolsa Permanência – este programa de caráter social, visa propiciar auxílio financeiro aos alunos dos cursos de graduação presencial, classificados como em

- situação de carência socioeconômica, para sua permanência na Universidade.
- b) Auxílio moradia - consiste na concessão de bolsas para os estudantes não atendidos na disponibilidade inicial de vagas, que comprovadamente apresentam despesa com aluguel.
 - c) Auxílio creche - é um benefício concedido aos estudantes com vulnerabilidade econômica, com intuito de estimular sua permanência na Universidade.
 - d) Orientação Habitacional - esta ação consiste num Banco de Dados com opções que visam facilitar o acesso as locais de moradia para locação;
 - e) Concessão de Benefícios - consiste na concessão de auxílios, mediante avaliação social e econômica, para as necessidades de alimentação, de saúde, de apoio para a creche para os filhos dos estudantes e de material pedagógico, tais como: passagens para tratar assuntos de saúde, passes para o RU, reembolso de consultas e de exames médicos não atendidos no SUS, assistência odontológica, material escolar de alto custo, medicamentos, óculos, próteses ou similares e outros; e,
 - f) Atendimento e orientação psicológica - Projeto de Psicologia - Consulta Única e tem como objetivo investigar aspectos psicológicos e neuropsicológicos de estudantes que solicitavam medicamentos (psicotrópicos). (UFSC, 2013a).

Entre outros programas de assistência, alguns são desenvolvidos e coordenados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE, como os que seguem:

- a) Programa Viagem de Estudos – é uma atividade extra-universidade, relacionada com a formação acadêmica do corpo discente, que oportuniza o conhecimento prático em disciplina integrante do Currículo do Curso;

- b) Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos – Apresentação de Trabalho - este programa tem a finalidade de difundir os resultados da produção científica, junto aos diversos tipos de eventos científicos (congressos, seminários, jornadas científicas, palestras, (entre outros), dentro da atuação profissional de cada universitário, na sua área de formação;
- c) Passagem e Bolsa Eventos – este programa visa o pagamento de passagens (aérea/rodoviária) para estudantes participarem de eventos relacionados à sua área de formação e pagamento de bolsas destinadas aos alunos que participaram de eventos científicos para cobrir de despesas com alimentação, inscrição, hospedagem, transporte coletivo local;
- d) Restaurante Universitário - o RU é uma unidade suplementar da UFSC, vinculado a PRAE, tendo como atividade principal o fornecimento de refeições aos alunos da UFSC. Ele favorece a manutenção da saúde de seus usuários através do fornecimento de uma alimentação balanceada e diversificada, produzida dentro de um padrão de controle qualidade, preocupando-se com a heterogeneidade de hábitos alimentares presentes em nosso estado. Contribui também na promoção da qualidade de Ensino, Pesquisa e Extensão, através da abertura de campos de estágio para as mais diversas disciplinas;
- e) Moradia Estudantil – vinculada a PRAE e amparada pela Resolução nº 006/2003, de 29 de abril de 2002. Ela possui 154 vagas, tendo a missão de atender a necessidade de alunos com vulnerabilidade social do sexo masculino e feminino, regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da UFSC de outros municípios, que sem este espaço não teriam como cursar a universidade, e sobretudo se integrar a comunidade universitária através do apoio a eventos estudantis. (UFSC, 2011).

A Moradia possui 04 módulos assim distribuídos:

- a) Módulo I - 07 vagas do sexo masculino;
- b) Módulo II – 08 vagas do sexo masculino;
- c) Módulo III – 33 vagas do sexo feminino (desativado);
- d) Módulo IV – Prédio de 04 andares, com 96 vagas sendo 54 masculino e 42 feminino;
- e) Portadores de necessidades especiais - 04 vagas; alunos de intercâmbio - 06 vagas, sendo 1 do sexo masculino e 5 do sexo feminino.

A seleção para entrada de novos alunos é efetuada pela Coordenadoria de Serviço Social (CoSS) a cada semestre e o critério para o ingresso é o cadastro socioeconômico. Os moradores estrangeiros que ocupam as vagas destinadas a intercâmbio são encaminhados pela Secretaria de Relações Internacionais/SINTER, sendo 12 oriundos do MERCOSUL (6 por semestre) e 6 africanos que vêm à UFSC para cursos de verão e ocupam essas vagas nos meses de janeiro e fevereiro. A administração da Moradia Estudantil é dirigida pelo Conselho, composto pelos moradores, eleitos pelos mesmos, e por dois servidores técnico-administrativos, indicados pela PRAE (UFSC, 2013a).

4.2 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/FURG

A Universidade Federal do Rio Grande/FURG é uma entidade educacional de natureza fundacional pública, integrante da Administração Federal Indireta, destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (Estatuto, aprovado em 17/04/2008) (FURG, 2013a). A realidade do município do Rio Grande, na segunda metade do século XX, revelava a carência total de escolas de nível superior. Isso propiciava a evasão de significativo número de estudantes, os quais se dirigiam a outros centros em busca de continuidade para seus estudos. Essa força jovem, concluídos os cursos, raramente retornava à sua cidade de origem a fim de participar do seu processo histórico, cultural e socioeconômico.

A consciência dessa realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural, cuja finalidade precípua era a criação de uma Escola de Engenharia em Rio Grande, justificada pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que aqui já existia. Como a referida escola deveria ter uma entidade

mantenedora, aos moldes exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura, ou seja, através de uma Fundação de Ensino Superior, no dia 8 de julho de 1953, foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande. Em 24 de maio de 1955, pelo Decreto nº 37.378, foi autorizado o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial, reconhecida pelo Decreto nº 46.459, de 18 de julho de 1959, e federalizada pela Lei nº 3.893, de 02 de maio de 1961, como estabelecimento isolado.

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas surgiu pela Lei Municipal nº 875, de 22 de julho de 1956, e foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 43.563, de 24 de abril de 1958. Em 2 de fevereiro de 1960, pelo Decreto nº 47.738, foi autorizado o funcionamento da instituição, que recebeu o nome de Faculdade de Direito "Clóvis Beviláqua". Assim, em 1960 a primeira turma começava a cursar regularmente as aulas, até que, pelo Decreto nº 56.461, de 14 de junho de 1965, foi reconhecida a Faculdade de Direito "Clóvis Beviláqua", da Universidade Católica de Pelotas, com funcionamento em Rio Grande. O Decreto-Lei nº 774, pelo então Presidente da República Arthur da Costa e Silva, autorizou o funcionamento da Universidade do Rio Grande – URG. Surgia, assim, a 20 de agosto de 1969, no cenário cultural brasileiro, esta Universidade.

Algumas datas que fizeram sua história: 1969 - É aprovado a 21 de outubro, através do Decreto nº 65.462, o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, como entidade mantenedora da FURG. Em 1973 é modificada a estrutura da Universidade do Rio Grande, quando passam a existir cinco centros: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Letras e Artes, Centro de Ciências do Mar e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Esta estrutura obedecia aos preceitos da Lei nº 5540 da Reforma Universitária, tendo como consequências mais importantes, no tocante ao ensino de graduação, a adoção do sistema de matrícula por disciplina e o surgimento dos colegiados de coordenação didático-pedagógica dos cursos, que, na Universidade, receberam a denominação de Comissões de Curso (FURG, 2013b).

Em 1978 são inaugurados, no Campus Carreiros, os primeiros prédios da Base Oceanográfica Atlântica. Em 1987, a FURG passa à condição de Fundação Pública, com seu funcionamento custeado precipuamente por recursos da União Federal. Marca este ano, também, a definição, pelo Conselho Universitário, da Filosofia e Política para a Universidade do Rio Grande. Mediante tal definição, a Universidade assume como vocação institucional o Ecossistema Costeiro, que orientará as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituição educacional de natureza fundacional pública, gratuita, integrante da Administração Federal Indireta, dotada de autonomia didático-científica e administrativa e de gestão financeira e patrimonial, compreende em sua estrutura: I. Órgãos de Deliberação Superior – o Conselho Universitário/CONSUN e o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração/COEPEA; II. Órgão Executivo Superior – a Reitoria – ao qual estão ligadas as Pró-Reitorias, os Órgãos de Assessoramento e os Órgãos Vinculados; III. Unidades Educacionais – responsáveis pelas atividades fins, integradas por uma Direção, por uma ou mais Coordenações de Cursos e por um Conselho Deliberativo; IV. Instâncias Consultivas, representadas pela Assembleia Universitária e pelo Conselho de Integração Universidade-Sociedade (disponível em <http://www.furg.br/historia>).

Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE, Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEN), Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) e Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD).

A Fundação Universidade Federal do Rio Grande, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE e do Núcleo de Assistência Estudantil/NAE realiza avaliação e seleção socioeconômica para a inclusão de estudantes com baixos recursos socioeconômicos nos subprogramas de alimentação, transporte e moradia, bolsa permanência e auxílio Pré-Escola e isenção de taxa de vestibular. Possui os seguintes campus no município de Rio Grande: Cidade, Carreiros e Saúde. Possui, ainda, um campus em Santo Antônio da Patrulha, um campus em Santa Vitória do Palmar e um campus em São Lourenço do Sul.

Através do Programa de Apoio Institucional ao estudante da FURG, encontra os seguintes Sub-Programas:

- a) Subprograma de Monitorias e Bolsas de Trabalho;
- b) Subprograma de Alimentação do Estudante;
- c) Subprograma de Moradia Estudantil;
- d) Subprograma de Assistência à Saúde do Estudante;
- e) Subprograma de Transporte Estudantil;
- f) Subprograma de Socialização do Estudante;
- g) Subprograma de Incentivo Científico-Cultural.

Os Subprogramas de Alimentação do Estudante, de Moradia Estudantil e de Transporte Estudantil serão destinados aos estudantes carentes da FURG:

- a) Subprograma de Alimentação do Estudante - visa beneficiar estudantes, oferecendo-lhes refeições (almoço e/ou jantar) no Restaurante Universitário (RU). O RU contribui para permanência dos estudantes desta universidade, reduzindo o deslocamento e a evasão escolar, melhorando o desempenho escolar. O RU deve ser considerado não somente como essencial à assistência estudantil, mas como espaço privilegiado para integração, buscando a formação da cidadania dos estudantes.
- b) Subprograma de Transporte Estudantil - transporte estudantil subsidiado caracteriza-se por ser um incentivo que visa beneficiar os estudantes, fornecendo-lhes passagens escolares para o desempenho de suas atividades curriculares durante o período letivo conforme comprovante de matrícula, evitando a evasão escolar, favorecendo a formação de cidadania e equidade social.
- c) Subprograma de Moradia Estudantil – instituído pela Instrução Normativa 03/2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis tem por objetivo alojar estudantes através do Subprograma de Moradia Estudantil, local destinado a alojar acadêmicos oriundos de localidades distantes com comprovada insuficiência de recursos socioeconômicos. Os estudantes beneficiados com o Subprograma de Moradia Estudantil ficam alojados em 2 prédios de apartamentos alugado pela FURG, próximo à entrada do Campus Carreiros. Fundamento legal, amparada através do Plano Institucional - 2000/2006 Resolução nº 008/2000 – Consun. A Coordenação deste programa é feita pela Superintendência Estudantil/SUPEST que exerce o

acompanhamento e a supervisão da moradia juntamente com o Conselho Diretor da Associação de Moradores da Casa do Estudante da FURG. O Conselho Diretor é composto por alunos moradores, com mais de 1 ano de moradia. A moradia tem um total de 96 vagas para estudantes de graduação e 3 vagas para estudantes de pós-graduação (FURG, 2013c).

A casa do estudante da FURG foi fundada em 18 de setembro de 1958 e era nomeada Casa de Estudantes da Engenharia Industrial. A Figura 06 ilustra a casa do estudante universitário da FURG.

No Programa Voluntário de Qualificação Acadêmica/PVQA, a FURG mantém as seguintes bolsas aos estudantes: Monitoria, Trabalho, Iniciação Científica, Estágio não-obrigatório e Educação Tutorial.

A Bolsa de Trabalho remunerada contempla acadêmicos regularmente matriculados na FURG, oportunizando a ampliação da participação discente, de forma remunerada em projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão (FURG, 2013a).

4.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/UFPel

A UFPel tem por missão promover a formação integral e permanente do profissional construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida com a construção e o progresso da sociedade.

Com apenas 40 anos, a UFPel integra em sua estrutura acadêmica, unidades universitárias centenárias as quais serviram de matriz de formação para que, em 08 de agosto de 1969, pelo Decreto-Lei Nº 750, se constituísse em universidade. Sua trajetória histórica tem como gênese a fundação da *Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática*, em 1883. Quatro anos após (1887), ocorre à fundação do *Lyceu de Agronomia, Artes e Offícios* e, em 1889, denominada de *Lyceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária*, passa efetivamente a curso superior. A partir de 1967, passou a se chamar Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. No ano de 1969, em 16 de dezembro, além das unidades do núcleo formador, foram integradas à Universidade as seguintes unidades acadêmicas: Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Química e Geociências, Instituto de Física e Matemática e Instituto de Artes. Também foram

acrescidas à Universidade as seguintes instituições de ensino superior existentes na cidade: Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões, Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado e Conservatório de Música de Pelotas. Integram a Universidade, como órgãos suplementares, a Estação Experimental de Piratini; o Centro de Treinamento e Informação do Sul; a Imprensa Universitária; a Biblioteca Central; o Museu e a Casa para Estudante e, como órgãos complementares, o Colégio Agrícola Visconde da Graça e o Colégio de Economia Doméstica Rural. A trajetória de 40 anos, a UFPel constituiu 23 Unidades Acadêmicas, distribuídas entre seus Centros (Centro de Artes, Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, Centro de Desenvolvimento Tecnológico, Centro de Educação Aberta e a Distância, Centro de Engenharias), suas Faculdades (Faculdade de Educação, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Administração e Turismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Direito, Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, Centro de Letras e Comunicação, Faculdade de Medicina, Faculdade de Meteorologia, Faculdade de Nutrição, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Veterinária, seus Institutos (Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Física e Matemática e Instituto de Sociologia e Política), além da Escola Superior de Educação Física, desenvolvendo atividades socialmente relevantes nas áreas de pesquisa, extensão e prestação de serviços.

A expansão quantitativa de cursos de graduação fez com que dos 47 cursos oferecidos em 2006, para os atuais 90 cursos, já disponibilizados por ocasião do último processo seletivo de acesso a UFPel. Esta instituição também se caracteriza por sua atuação em programas de pós-graduação, oferecendo hoje 15 cursos de doutorado, 34 de cursos de mestrado, 21 cursos de especialização, 9 cursos de tutorias a distância e 12 programas de residências médicas. A administração superior da UFPel é composta pelos seguintes órgãos: Conselho Diretor da Fundação, Conselho Universitário/CONSUN, Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa, e da Extensão/COCEPE, Reitor, Vice-Reitor, Chefe do Gabinete, Pró-Reitor de Graduação/PRG, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPG, Pró-Reitor de Extensão e Cultura/PREC, Pró-Reitor Administrativo/PRA, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento/PRPD, Pró-Reitoria de Gestão de Recursos Humanos/PRGRH, Pró-Reitoria de Infraestrutura/PRIE, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil/PRAE, Procuradoria Federal, Procuradoria Institucional, Auditoria Interna, Coordenador de Comunicação Social/CCS, dentre outros.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE da UFPel mantém programas de assistência estudantil para alunos da graduação em situação de vulnerabilidade sócioeconômica. A Coordenadoria de Benefícios através do Núcleo de Gestão de Programas/NGP foi criado para administrar a utilização dos programas de assistência estudantil. São eles: Programa Auxílio Alimentação, Programa Auxílio Transporte, Programa Auxílio Pré-Escolar, Programa Instrumental Odontológico, Programa Auxílio Moradia e Programa Moradia Estudantil.

O Programa Moradia Estudantil visa garantir aos alunos da graduação desta Universidade, desprovidos de recursos socioeconômicos, alojamento diferenciado para ambos os sexos, com o intuito de reduzir os índices de evasão e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico (Res. 011, de 22 de julho de 2010/COCEPE – aprova Regulamento Moradia Estudantil). A Coordenadoria de Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é o órgão responsável da UFPel para execução do Programa. A Moradia Estudantil é uma das ferramentas de política de assistência estudantil adotada pela UFPel, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e é mantida pela Instituição há mais de trinta anos. O alojamento estudantil da UFPel, conhecido como Casa do Estudante, está localizado no centro da cidade de Pelotas e conta com cinquenta quartos, sendo quarenta e sete quartos, com capacidade para quatro alunos e três quartos, com capacidade para cinco alunos. Disponibiliza, aos universitários, uma sala de estudo por andar, serviço de lavanderia, uma sala de TV, um laboratório de informática com serviços de impressão e internet.

Atendendo reivindicação dos alunos, o número total de vagas da moradia diminuiu de 203 moradores para 140, no intuito de diminuir o número de alunos por quarto. O preenchimento das vagas é de responsabilidade da Coordenadoria de Benefícios da PRAE, através da equipe técnica, após seleção dos beneficiados (UFPEL, 2013).

4.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com sede em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, instituída pelo Decreto Estadual nº 5.758, de 28 de novembro de 1934 e federalizada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, é uma autarquia dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. É uma instituição centenária, reconhecida nacional e internacionalmente. Ministra cursos em todas as

áreas do conhecimento e em todos os níveis, desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação.

A qualificação do seu corpo docente, composto em sua maioria por mestres e doutores, a atualização permanente da infraestrutura dos laboratórios e bibliotecas, o incremento à assistência estudantil, bem como a priorização de sua inserção nacional e internacional são políticas em constante desenvolvimento. A história da UFRGS começa com a fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895 e, em seguida, da Escola de Engenharia. Assim, iniciava também a educação superior no Rio Grande do Sul. Ainda no século XIX, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito que, em 1900, marcou o início dos cursos humanísticos no Estado. Mas, somente em 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, integrada inicialmente pelas Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes (UFRGS, 2013b).

O terceiro grande momento de transformação dessa Universidade foi, em 1947, quando passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul, a UFRGS, incorporando as Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Posteriormente, essas unidades foram desincorporadas da UFRGS, com a criação, da Universidade de Pelotas e da Universidade Federal de Santa Maria. Em dezembro de 1950, a Universidade foi federalizada, passando à esfera administrativa da União. Desde então, a UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul passou a ocupar posição de destaque no cenário nacional como um dos maiores orçamentos do Estado do Rio Grande do Sul e como a primeira em publicações e a segunda em produção científica, entre as federais, considerando o número de professores, 2.570 docentes (2.334 permanentes e 136 substitutos) (UFRGS, 2013a).

Algumas datas históricas da UFRGS: 1934 - A Universidade de Porto Alegre foi criada pelo Decreto Estadual 5.758 de 28 de novembro de 1934, assinado pelo Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul e visava a “dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer eficientemente para aperfeiçoar a educação do indivíduo e da sociedade”. 1943/1945 - É lançada a pedra fundamental do Hospital de Clínicas de Porto Alegre cujas obras

tiveram início apenas no ano de 1947. 1947 - A Universidade de Porto Alegre passa a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul, a fim de poderem nela ser integrados institutos do interior do Estado. O princípio básico que regia era a formação de institutos centrais e a departamentalização. 1996 - O Conselho Universitário aprova a criação do Instituto de Ciências Básicas da Saúde. 2009 - A Universidade Federal do Rio Grande do Sul completa 75 anos. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul teve seu Estatuto aprovado pelo Conselho Universitário em sessão de 23 de setembro de 1994 (Decisão nº 148/94) e publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 1995. Seu Regimento Geral Aprovado pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa em sessão de 22 de dezembro de 1995 (Decisão nº 183/95 e Resolução nº 42/95) e publicado no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 1996.

A sua estrutura administrativa prevê: I - Órgãos da Administração Superior; II - Hospital Universitário; III - Unidades Universitárias, compreendendo os Institutos Centrais e as Faculdades ou Escolas, com seus Órgãos Auxiliares; IV - Institutos Especializados; e, V - Centros de Estudos Interdisciplinares. A sua administração superior prevê: I - Conselho Universitário/CONSUN; II - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CEPE; III - Conselho de Curadores/CONCUR; IV - Reitoria. A Reitoria é o órgão executivo que coordena e supervisiona todas as atividades universitárias. A Reitoria compreende: I - Gabinete do Reitor; II - Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/PROGESP, Pró-Reitoria de Planejamento/PROPLAN, III - Comissão Permanente de Seleção/COPERSE, IV - Secretaria de Relações Internacionais/RELINTER, V - Secretaria de Assistência Estudantil/SAE, VI - Secretaria de Comunicação Social/SECOM, VII - Secretaria de Patrimônio Histórico/SPH, VIII - Superintendência de Infraestrutura/SUINFRA, IX - Procuradoria-Geral, X - Órgãos Suplementares, e, XI - Órgãos Especiais de Apoio. Integram as Unidades Universitárias: I - Conselho da Unidade, II - Direção; III - Departamentos, IV - Comissões de Graduação, V - Comissões de Pós-Graduação, VI - Comissões de Pesquisa, VII - Comissões de Extensão, e, VIII - Órgãos Auxiliares. A UFRGS possui 30.102 (dados de 2011/2) nos cursos presenciais; a distância 1.009 (ofertados em 2010); na Pós-Graduação, no doutorado, 4.470 alunos, no mestrado acadêmico, 5.212, no mestrado profissional, 450; na especialização, 7.188 alunos (UFRGS, 2011).

A Secretaria de Assistência Estudantil/SAE da UFRGS desenvolve programas e projetos voltados a integrar a comunidade

estudantil à vida universitária, contribuindo, através de suas ações, para maior bem-estar dos estudantes e pela melhoria de seu desempenho acadêmico, com especial atenção aos de situação financeira insuficiente.

As principais atividades desenvolvidas pela SAE são:

- a) a concessão de benefícios aos estudantes carentes de recursos socioeconômicos, tais como Bolsa Permanência, Bolsa REUNI, Moradia Estudantil, Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte;
- b) a administração dos Restaurantes Universitários, das Casas de Estudantes e da Colônias de Férias de Tramandaí e Centro de Lazer de Capão Novo;
- c) o apoio financeiro a Diretórios e Centros Acadêmicos para a realização de projetos sociais e eventos desenvolvidos pelos estudantes. (UFRGS, 2013a).

Dentre os programas de Bolsas, Auxílio e Programas de Assistência estudantil tem-se: bolsa permanência, bolsa treinamento, auxílio financeiros para participação em eventos, auxílio transporte (moradores de Porto Alegre e moradores demais localidades), auxílio creche, auxílio material de ensino, programa saúde, auxílio moradia, e, Restaurante Universitário: RU1 Campus Centro; RU2 Campus da Saúde; RU3 Campus do Vale; RU4 Faculdade de Agronomia; RU5 Escola Superior de Educação Física.

A UFRGS mantém em funcionamento três Casas dos Estudantes destinadas à moradia de estudantes carentes oriundos de cidades do interior do Estado ou do país. Todas as casas dispõem de vagas masculinas e femininas, sendo que, para se candidatar a uma vaga, o aluno da UFRGS deve atender aos critérios determinados pelo processo seletivo. Cada casa tem seu regimento próprio e processo de seleção específico, cujas datas são divulgadas por meio de Edital de Seleção, são elas:

- a) CEU (Casa do Estudante Universitário)
Av. João Pessoa, 41 - Bairro Centro Histórico
- b) CEFVAV (Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária)

Av. Bento Gonçalves, 7712 - Bairro Agronomia - Porto Alegre

- c) CEUFRGS (Casa do Estudante da UFRGS)
Rua São Manoel, 573 - Bairro Santa Cecília - Porto Alegre.

CEU - Casa do Estudante Universitário

A Casa do Estudante Universitário destina-se a servir de moradia a estudantes da UFRGS, que não possuem recursos próprios. A CEU possui um Conselho Diretor que faz a coordenação da moradia formado por 3 (três) representantes da Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE) e por 3 (três) representantes da CEU, esses últimos designados dentre os Representantes de Andar, antes de cada reunião. A CEU possui 396 vagas distribuídas em quartos duplos (masculino e feminino) e 24 vagas para alunos de mobilidade estudantil. A sua estrutura administrativa prevê: I – Conselho Diretor (coordenação geral) - é formado por 3 (três) representantes da Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE) e por 3 (três) representantes da CEU, esses últimos designados dentre os Representantes de Andar, antes de cada reunião; II – Divisão de alojamento; III – Representantes de andar; IV – Assembleia Geral; VI – Comissão de Seleção (UFRGS, 2013c).

CEFAV - Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária

A CEFAV possui capacidade de abrigar 106 residentes que, através do trabalho coletivo e da convivência em atividades administrativas e lúdicas, estendem a formação acadêmica ao universo privado, tornando este um espaço resgatador da concepção totalizante do saber. Os horizontes que se cruzam no espaço da CEFAV são inter-relacionais e plurais na sua constituição cultural: são personagens do Norte, Nordeste, Sudeste do país, de outros países, das regiões do Rio Grande do Sul vindos da serra, do litoral, da campanha, da fronteira, missões e região metropolitana. Atualmente, a CEFAV é representada por uma Diretoria, eleita por voto facultativo e aberto, com gestão de um ano. A Diretoria é composta de três Coordenadores Gerais e um grupo de Coordenadores de Comissões de moradores que constituem cada departamento (Secretaria, Núcleo, Alojamento, Cultural, Correio, entre outros). O objetivo básico da Diretoria é a integração e mobilização dos moradores em torno de objetivos comuns determinados em Assembleia Geral, órgão máximo da CEFAV. A seleção de moradores é feita por uma Comissão de Seleção eleita em Assembleia Geral a cada semestre.

A cada ano é feita uma retriagem dos moradores por uma Comissão de Retriagem também eleita em Assembleia Geral. Hoje, a CEFAV constitui-se do Núcleo Residencial que contém, inclusive, a Biblioteca, a Sala de TV, a Lavanderia, um pequeno laboratório de informática, uma cozinha, além de um espaço de convivência que se localiza no edifício do RU da Agronomia.

CEUFRGS - Casa de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A CEUFRGS, fundada em 1º de agosto de 1956, com sede e foro em Porto Alegre, com finalidade de caráter beneficente, totalmente gratuita e sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa interna, destina-se a servir de moradia a alunos de situação financeira insuficiente, de ambos os sexos, estudantes de graduação da UFRGS que não tenham concluído qualquer outro curso de graduação e cujas famílias não residam no município de Porto Alegre.

A sua estrutura Administrativa Interna prevê: I – Assembleia Geral; II – Diretoria; III – Departamentos; IV – Comissão de Seleção; a Assembleia Geral é o órgão máximo da CEUFRGS, com funções decisória, normativa, deliberativa e de planejamento. A Diretoria é composta por 04 membros eleitos em Assembleia Geral de moradores efetivos (UFRGS, 2013a).

4.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei n. 3834-C, de 14 de dezembro de 1960, é uma Instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação. A Universidade goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira. Tem sua sede localizada no Bairro Camobi, na Cidade Universitária “Prof. José Mariano da Rocha Filho”, onde acontece a maior parte de suas atividades acadêmicas e administrativas. Possui três campi fora de sede, um em Frederico Westphalen, um em Palmeira das Missões e outro em Silveira Martins. A regulamentação das suas atividades está ancorada na Lei n. 9.394, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996; pelo Estatuto, aprovado pela Portaria/MEC N. 801, de 27 de abril de 2001 e pelo Regimento Geral, aprovado na 722ª Sessão do Conselho Universitário, pelo Parecer N. 031/2011, de 15 de abril de 2011. A Universidade foi federalizada pela

Lei N. 4.759, de 20 de agosto de 1965, e passou a se denominar então, UFSM (UFSM, 2013).

Destaca-se que pelo Decreto N. 62.178/68, de 25 de janeiro de 1968, os Colégios Agrícolas de Santa Maria, de Alegrete, de General Vargas e Frederico Westphalen foram transferidos para a UFSM. A UFSM tem a seguinte constituição: I - Administração Superior; II - oito Unidades Universitárias: Centro de Ciências Naturais e Exatas; Centro de Ciências Rurais; Centro de Ciências da Saúde; d) Centro de Educação; Centro de Ciências Sociais e Humanas; Centro de Tecnologia; Centro de Artes e Letras; e Centro de Educação Física e Desportos. III - três Unidades de Ensino Médio e Tecnológico: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Colégio Agrícola de Santa Maria, e, Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (UFSM, 2013).

A administração e coordenação das atividades da UFSM é realizada em três níveis: Superior, Intermediário e Inferior.

- a) Superior: Reitoria, que conta com os seguintes órgãos: I - Gabinete do Reitor, II - Gabinete do Vice-Reitor, III - Pró-Reitoria de Administração/PRA, IV - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE, V - Pró-Reitoria de Extensão/PRE, VI - Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD, VII - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/PRPG, VIII - Pró-Reitoria de Planejamento/PROPLAN, IX - Pró-Reitoria de Recursos Humanos/PRRH, X - Órgãos Executivos da Administração Superior, XI - Órgãos Suplementares Centrais, e, XII - Coordenadoria de Ensino Médio e Tecnológico.

- a) Conselhos Superiores: Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e, Conselho de Curadores;
- b) Intermediários: Unidades e Órgãos Suplementares. A administração de cada uma das unidades universitárias será feita através dos seguintes órgãos: I - Conselho do Centro; II - Direção do Centro, III - Colegiado Departamental, e, IV - Chefia dos Departamentos.
- c) Inferior: Departamentos didáticos. (UFSM, 2013).

No ensino presencial, a Universidade oferece 102 cursos/habilitações de graduação e 72 Cursos de Pós-Graduação permanentes, sendo 19 de doutorado, 38 de mestrado e 15 de

especialização (dados do 1º semestre de 2011). O quadro de pessoal conta com 4.159 servidores, incluindo docentes do ensino superior, docentes do ensino médio, técnico e tecnológico e técnico-administrativos em educação (dados de Dezembro/2010). No ano de 2010, a Instituição contava com 1.380 docentes permanentes de nível superior e 119 do ensino médio, técnico e tecnológico, além de 2.660 técnico-administrativos em educação, dos quais 1.271 atuam no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM).

A UFSM é reconhecida por possuir um dos melhores programas de Assistência Estudantil do País. A UFSM oferece os seguintes benefícios socioeconômicos/BSE: I – Bolsa Alimentação, com subsídio de oitenta por cento do custo das refeições nos restaurantes universitários; II – Bolsa Transporte, que possibilita aos alunos solicitarem, em época divulgada no calendário escolar, o subsídio de cinquenta por cento do custo das passagens escolares usadas no semestre; III – Moradia Estudantil; IV – Bolsa Permanência; V – Restaurante Universitário; e, VI – Creche.

A Coordenação do programa de Moradia ficará afeta a um Conselho de Administração que terá a seguinte composição: I – três membros da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; e, II – três membros da Comissão de Moradia de Pós-Graduação/CEU III.

A Casa do Estudante, localizada no campus da UFSM, em Camobi, possibilita moradia gratuita a estudantes de baixa renda. Além das instalações em Camobi, a UFSM também oferece aos alunos a Casa do Estudante II, localizada no centro de Santa Maria.

A União Universitária: moradia transitória e coletiva localizada em cima do restaurante Universitário. Destina-se aos alunos que não residem em Santa Maria e que estão solicitando o Programa de Benefício Socioeconômico/BSE.

A Casa do Estudante Universitário: direito do aluno que possui o Benefício Socioeconômico e que não reside em Santa Maria. CEU I localizada no centro da cidade, CEU II E III, localizadas no campus da Cidade Universitária. A CEU III destina-se a alunos da pós-graduação. Para alunos menores de 18 anos há o Bloco 34, localizado na CEU II.

A Resolução nº 006/08 institui o Programa de Moradia Estudantil, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução n. 004/06 (UFSM, 2008a). A Casa do Estudante Universitário de Pós-Graduação, localizada na Cidade Universitária usa a sigla CEU III. Existe um conselho de moradores, no entanto, o mesmo encontra-se semi-inativo no momento, necessitando de reformulação já que o mesmo não é

formado paritariamente. Mesmo sem total atividade do conselho, os moradores possuem voz nas decisões a respeito das moradias. Quanto a órgãos vinculados às moradias, pode-se citar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que controla o ingresso e a permanência no programa das moradias e a Pró-Reitoria de Infraestrutura, que cuida da maior parte da manutenção das casas. Atualmente, as diretorias das CEUs são eleitas pelos moradores através de votação e ajudam com os assuntos relacionados à sua moradia. Estas diretorias criaram, há alguns anos, estatutos. Porém, esses não são reconhecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis como oficiais. No momento, são estas diretorias que contam com uma lista das vagas disponíveis nas casas e realizam a movimentação interna dos moradores.

Moradias:

- a) CEU I - 65 apartamentos – grande maioria com lugar para 4 moradores - 230 vagas – Atualmente cerca de 140 moradores – Fica no centro da cidade;
- b) CEU II - em torno de 480 apartamentos – 1530 vagas – existem apartamentos para 2 (1 quarto), 4 (2 quartos) e 6 (3 quartos) moradores. Podem ser masculinos, femininos ou mistos. Nos blocos com apartamentos de 2 moradores, banheiro coletivo por andar em cada bloco, nos blocos com apartamentos de 6 moradores, banheiro dentro do quarto. Apartamentos com 4 vagas existem nos dois tipos de bloco;
- c) CEU III – cerca de 20 apartamentos, 3 moradores por AP – 60 vagas – localiza-se no campus próximo a CEU II. Ocupada por moradores da pós-graduação;
- d) CEU IV – Casa do estudante do Centro de Educação Superior Norte/CESNORS – 18 apartamentos de 2 pessoas - 36 vagas (alunos do campi de Palmeira da Missão e Frederico Westphalen).

Moradias provisórias: União Universitária – cerca de 200 vagas divididas em 3 salões para alunos que aguardam a definição do processo do Benefício Socioeconômico (que inclui, entre outros direitos, o direito a moradia).

Também são usados para estes fins, 2 quartos grandes da CEU I e o bloco 34 da CEU II (este é apenas para menores de idade), (UFSM, 2013b).

Frente às descrições sobre o tema abordado, passa-se, na sequência, apresentação e análise dos dados.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo corresponde à apresentação dos dados e a análise dos resultados da pesquisa, distribuídos conforme as universidades pesquisadas. Inicialmente, apresenta-se a descrição dos dados da pesquisa referente cada universidade num contexto geral.

5.1 UFSM

A Moradia Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) está distribuída em prédios, localizados no campus e também, em um prédio localizado no centro da cidade de Santa Maria (Rio Grande do Sul). É regida pelo seu Estatuto, por um Conselho e por uma Diretoria. De acordo com seu estatuto (UFSM, 2013c), a citada moradia é dirigida e administrada por uma Diretoria composta por moradores da casa, eleitos diretamente por eles, com mandato de um ano. Já o Conselho de Moradores é a instância legisladora, deliberativa e fiscalizadora da Diretoria, sendo composta por um morador por bloco e dois representantes da União Universitária. A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação, seguida pelo Conselho de Moradores, e por último, pela Diretoria. De outro modo, de acordo com Resolução 004/08 da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil que institui o Programa Gratuito de Moradia Estudantil, em seu art. 3º, tem-se que “*a coordenação do programa ficará afeta a um Conselho de Administração do qual farão parte a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), com três representantes, a Casa do Estudante Universitário (CEU) I, com três representantes e a CEU II, com três representantes, cabendo a um representante da PRAE a presidência do Conselho*” (UFSM, 2008b).

Figura 6 - Moradia Estudantil da UFSM - Centro



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2013).

A figura 6 apresenta a Moradia Estudantil da UFSM localizada no centro da cidade de Santa Maria na qual está ocupada pelos seus moradores e possui atualmente 226 vagas disponíveis, sendo bem menor do que a do campus universitário, não estando com sua capacidade total ocupada. Identificou-se, portanto, no instante da pesquisa, que há vagas disponíveis de acordo com o relato de seus moradores.

Figura 7 - Moradia Estudantil da UFSM – Campus Universitário



Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa (2013).

Figura 8 - Moradia Estudantil da UFSM – Campus Universitário



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2013).

Igualmente, as figuras 7 e 8 retratam a Moradia Estudantil localizada no campus universitário da UFSM. É uma unidade que compõe a política de assistência estudantil da UFSM e destina-se a servir de moradia aos estudantes universitários graduandos e aos estudantes dos cursos técnicos do Colégio Politécnico e Colégio Técnico Industrial. Basicamente, o pré-requisito para o estudante ocupa-la é possuir cadastro socioeconômico aprovado pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) e estar regularmente matriculado na UFSM. Nestes termos, vale destacar que a citada unidade dispõe de 1.600 vagas e de acordo com moradores pesquisados, é a mais procurada pelos estudantes por estar situada dentro do campus.

5.1.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes

Em relação à disponibilidade de vagas e os objetivos propostos pelas políticas e programas de manutenção estudantil tem-se que

atualmente, o suporte, bem como outros programas de manutenção estudantil, representa para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) não apenas a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010/PNAES), assim como uma forma de melhoria para a desenvoltura dessas Instituições. (FONAPRACE, 2011b).

Diante do que é proposto em nível nacional, pela política de permanência de jovens no ensino superior, faz-se, na sequência a análise da realidade de cada uma das instituições universitárias pesquisadas, no que tange, mais especificamente, à disponibilidade de vagas que as respectivas moradias estudantis possuem e às políticas de manutenção aos residentes praticadas por eles.

Quanto ao assunto, o entrevistado G1 afirma que a Moradia Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desenvolve políticas de manutenção para os residentes por meio dos seus programas de assistência social. A citada moradia está localizada no campus da Universidade, apresentando 1.600 vagas distribuídas em quatro prédios. Assim, a UFSM dispõe de um prédio no Centro da cidade de Santa Maria que disponibiliza mais 226 vagas. Atualmente, não existe lista de

espera para ingressar na moradia. Os quartos da moradia em estudo são mistos, isto é, destinam-se tanto ao público masculino como ao feminino, contemplando apartamentos com 6 dormitórios, 4 dormitórios e apartamentos individuais.

Ainda, de acordo com o respondente G1, a UFSM possui um alojamento denominado União Universitária, no qual os estudantes que solicitam ingresso na moradia e não possuem condições socioeconômicas, ficam alojados no período de transição, até ingressarem nela, recebendo um benefício provisório para suas refeições (café, almoço e jantar) com preços subsidiados pela UFSM.

De acordo com o entrevistado E2, a Casa de Estudante localizada no Centro de Santa Maria é bem menor que a Casa Estudantil localizada no campus universitário, possui 226 vagas, e seu prédio tem mais de 50 anos de história. São 55 apartamentos que enfrentam sérios problemas de estrutura. Esta unidade possui uma capacidade ociosa, pois atualmente, há 130 moradores lá. Em verdade, conforme E2 existe uma falta de interesse de outros estudantes em morar nesta casa, já que ela enfrenta problemas sérios de infraestrutura. Além disso, os entrevistados relatam sobre a pouca atenção dada pela UFSM para manter esta casa. Esta realidade é relatada por E2 ao dizer

“normalmente os alunos que moram no centro são alunos que tem aulas em prédios da UFSM localizados perto da moradia, criando uma característica diferente”.

Por meio da pesquisa, foi possível constatar, igualmente, que esta mesma instituição (UFSM) possui programas de atendimento aos residentes, entre eles, bolsa permanência, bolsa alimentação, bolsa transporte, moradia estudantil, restaurante universitário, creche e assistência odontológica. Destaca-se, também, que os entrevistados reconhecem que o programa Moradia Estudantil da UFSM é bom. Neste sentido, E3 relata que

“o programa moradia estudantil da UFSM, em se tratando que é uma das maiores casas do Brasil, e a forma como ele está organizado, ele é um ótimo programa, uma referência de casas de estudantes”.

Os entrevistados E1 e E2 defendem o programa da moradia estudantil e o avaliam como bom. Para eles, a moradia é primordial na sua permanência na instituição, assim como a bolsa permanência.

Nesta perspectiva, percebe-se que os serviços oferecidos pela instituição aos moradores são considerados de boa qualidade, mas na percepção dos entrevistados eles podem ser melhorados. No caso, o entrevistado E1 relata que

“tem coisas que temos que avançar, por exemplo, as alunas mães tem que ter condições de acessar a escola de educação infantil. A creche aqui é melhor do que pagar uma creche lá fora”.

Portanto, para os residentes, outros programas poderiam ser implementados visando à permanência de estudantes carentes na Instituição, entre eles, aqueles voltados a dar apoio às estudantes que são mães. Afinal, de acordo com o próprio Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as ações de assistência estudantil envolvem, além de outros itens, creche para as alunas mães. Mesmo diante dessas garantias, para E1

“a instituição garante auxílio-creche, mas é necessário o acesso dessas estudantes na escola de educação infantil da UFSM, que concorrem às vagas através de edital”.

Na sequência, o entrevistado E3 comenta sobre

“a falta um programa ou uma política de assistência à saúde dos moradores. A UFSM não possui atendimento médico para os estudantes, sendo os mesmos, quando necessário, encaminhados à rede pública”.

O quadro revelado por meio da pesquisa na UFSM permite verificar que, de fato, conforme sugere Fonaprace (1996), nesta instituição, a assistência estudantil exerce o papel fundamental de mobilizar recursos de forma a garantir a permanência e o percurso dos estudantes socialmente desfavorecidos no processo de formação profissional. Neste caso, percebe-se um esforço particular da Universidade em estudo em compreender a assistência estudantil, como

parte da política educacional, muito embora falte maior comprometimento em assegurar melhores condições na moradia do centro da cidade.

5.1.2 Critérios de seleção

Os critérios de seleção estão estabelecidos pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que serve de parâmetro para as Universidades Públicas Federais e em seu art. 5º “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010b). Nestes termos, as instituições de ensino tem autonomia para definir seus próprios critérios, podem trabalhar com outros agravantes ou indicadores sociais, tipo problemas de saúde na família, despesa com moradia (aluguel), ou seja, não necessariamente é preciso considerar somente a renda per capita. Cabe salientar, que tais agravantes, se comprovados através de documentos exigidos pela Coordenadoria de Serviço da Social da Instituição, podem fazer com que o índice socioeconômico do aluno seja menor, isto é, quanto menor o índice, maior o grau de vulnerabilidade. Este índice é gerado pelo cadastro socioeconômico. Embora, de acordo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), prioritariamente são atendidos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010a), sendo que entre as ações de Assistência Estudantil previstas por ele está a moradia estudantil.

Esta condição conduz a UFSM, através do Edital nº 20/2013 da PRAE, a estabelecer seus critérios e a abertura do processo seletivo ao Benefício socioeconômico (UFSM, 2013d), considerando alguns aspectos específicos.

Assim, no que tange ao critério de seleção para aderir à moradia estudantil na UFSM, o entrevistado G1 considera que o principal critério refere-se a informações localizadas no cadastro econômico do aluno. Neste sentido, E2 relata que

“para aprovação do cadastro socioeconômico, o critério básico é a renda familiar e não residir no município de Santa Maria”.

Neste sentido, as ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa, alinhado com os princípios do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil). Este, por seu turno, prevê o incentivo à permanência dos estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial nas Instituições Federais de Ensino Superior. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Cabe as IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço privado de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador (FONAPRACE, 2012). Nesta lógica, compreende-se que, nas políticas de redução de evasão destacam-se a ampliação de bolsas, a flexibilização dos currículos, ampliação da mobilidade entre os cursos, melhoria geral na infraestrutura de laboratórios e bibliotecas, ampliação de atividades de reforço e tutoria, ampliação dos cursos noturnos e EAD. As atividades de assistência estudantil são genericamente apresentadas contando com: reforma e ampliação de moradias estudantis, ampliação e construção de novos restaurantes universitários, distribuição de passes para transporte, ampliação na assistência à saúde dos discentes associados nas atividades de esporte e lazer e inclusão digital, com ampliação do acesso dos alunos a computadores. Destaca-se, ainda, que em todas as áreas algumas universidades optam por bolsas: Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte, Bolsa Permanência (CISLAGHI; SILVA, 2011). A Universidade Federal de Santa Maria possui programas previstos no PNAES e atende os alunos com vulnerabilidade socioeconômica através de vários programas assistenciais, entre eles, o programa de Moradia Estudantil. Neste sentido, a UFSM tem procurado atender seus residentes com programas preconizados pelo PNAES. Tem procurado também ampliar as vagas e reforma das moradias. Neste caso, existe um programa de reforma da moradia localizada no Centro da cidade de Santa Maria.

5.1.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 1996) aponta as dificuldades socioeconômicas de parcela do segmento estudantil, como uma das causas externas de evasão e retenção. Neste contexto, na visão do entrevistado E3, o programa moradia estudantil da UFSM foi fruto de uma luta estudantil, não sofrendo qualquer tipo de interferência na sua concepção, sendo uma referência para estudantes de outras instituições.

Os entrevistados da UFSM mostraram-se satisfeitos com o programa de moradia estudantil oferecido pela instituição. Porém, para E3,

“falta um corpo técnico de profissionais atuando na PRAE que consigam ter a visão do morador. Só se compreende o morador quem é morador”.

Mesmo diante de fragilidades, como esta citada anteriormente, para o entrevistado E1 a moradia é primordial para sua permanência na UFSM, já que sem a moradia, ele não teria condições de pagar aluguel em Santa Maria, nem tampouco de se formar.

A UFSM possui programas de assistência estudantil voltados para a permanência e à manutenção de seus discentes nos respectivos cursos condizentes com a atual política nacional. Cita-se, além da Moradia Estudantil, Restaurante Universitário, Bolsa Permanência, Bolsa Alimentação, Auxílio-creche, Auxílio-moradia, Assistência Odontológica e Auxílio a eventos. No relato dos entrevistados, os programas de assistência estudantil da UFSM são avaliados como bom, podendo melhorar, mas os alunos sentem-se satisfeitos e amparados por tais programas.

5.1.4 Fatores que afetam a gestão das moradias

A Gestão Universitária, enquanto área de estudo preocupa-se com a estrutura, o funcionamento e o comportamento de pessoas e grupos que atuam nas organizações universitárias. Sendo que a análise da estrutura e do funcionamento organizacional focaliza fatores tais como missão e objetivos, tamanho, sistemas hierárquico e de comunicações, métodos e procedimentos em organizações universitárias, como lembram Colossi e Pinto (2004). Diante desse entendimento, fez-se a

coleta de dados na instituição de ensino em estudo, a UFSM, buscando-se verificar quais fatores afetam a gestão das suas respectivas moradias.

Na visão do entrevistado G1 os problemas rotineiros da moradia dizem respeito à utilização de álcool, com um índice muito alto de alunos envolvidos com o alcoolismo e também ao consumo outros tipos de drogas, pois para ele,

“existem problemas de relacionamentos entre eles, mas não é o que predomina, que pode ser resolvido pela coordenação da casa, mas o consumo de álcool é bem preocupante”.

No que tange a esta questão, G1 relata ainda que

“a instituição tem enfrentado esses problemas através das assistentes sociais e com um outro setor da UFSM denominado Núcleo de Assistência ao Aluno (NAE), com atendimento através de psicólogos, e casos mais graves são encaminhados ao Hospital Universitário para atendimento psiquiátrico, os problemas, em sua maioria são resolvidos pelos próprios moradores, os mais graves são encaminhados a PRAE”.

Já, em relação ao mesmo assunto, o entrevistado E1 considera que um dos principais problemas é a convivência com os vigilantes patrimoniais na abordagem aos estudantes, dizendo que

“existe a necessidade de se avançar nesta discussão”.

De outra forma, para o entrevistado E3,

“o maior problema na casa do estudante é o acompanhamento da resolução dos conflitos da moradia”.

Os moradores se organizam internamente através do Conselho de Moradores, com uma Diretoria nomeada de Coordenação da Casa. Sendo assim, dos quatro prédios do campus da UFSM, divididos em blocos e há um estudante responsável que é chamado de conselheiro do bloco e, para cada andar dos blocos existe um Monitor de Piso, que tem

a função de colaborar com a diretoria da casa a resolver os problemas internos, sejam eles relativos às dificuldades de convivência ou estruturais. Diante da impossibilidade de resolver um problema, ele é encaminhado à PRAE. Quando questionados sobre o papel das entidades citadas, os entrevistados E1, E2 e E3 enfatizaram a necessidade de fortalecimento desses conselhos. Para E1, na gestão da moradia, é essencial a participação dos estudantes, por ele

“residir e conviver diariamente na moradia, tem mais facilidade em saber o que está acontecendo”.

No âmbito da moradia localizada no Centro da cidade de Santa Maria, os problemas mostram-se diferentes.

Por exemplo, E2 ressalta que

“a moradia do centro da cidade não possui espaço de convivência, precisando também de um espaço com isolamento para ruídos externos, já que prédio fica no centro da cidade e é rodeado por outros prédios e por um trânsito intenso”.

Na gestão da Casa, os estudantes enfrentam problemas relativos a pouca participação dos moradores para discussão dos problemas. Na visão de E2, a participação dos alunos na gestão da moradia é muito importante, mas falta a participação de mais estudantes e, normalmente os alunos acabam delegando funções para a coordenação resolver, sendo esta uma forma de não se envolver na coordenação da casa. Mesmo assim, E2 sente-se satisfeito com o tipo de convívio existente entre eles, dizendo que

“todos são amigos, sendo dita como uma grande família de moradores da casa”.

Ao se referir ao sistema de decisão adotado pela Casa, o entrevistado E3, lembra que sua Diretoria é eleita anualmente, sendo que

“tem ainda o conselho de moradores que está acima da diretoria, que tem o papel de organização das vagas”.

E3 comenta, ainda, que toda a gestão da casa é responsabilidade dessa Diretoria. Na continuidade, o tal entrevistado afirma que

“o conselho tem o papel mais político junto a PRAE, de lutar por melhores condições para a moradia”.

Nestes termos, vale lembrar que o Conselho da moradia é composto por um integrante da PRAE, como presidente e dois representantes moradores da Casa. Por tais condições, E3 ressalta a participação dos estudantes na gestão da moradia, pois, para ele, trata-se de

“é um processo muito rico para os estudantes que participam, é um processo de formação tanto para nós enquanto sujeito e moradores, enquanto estudantes em formação, assim como para o gestor que vai estar aprendendo”.

Esta sistemática confere com o que consta na Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996c) da Educação Nacional, a partir da qual os processos de gestão democrática e participativa ganharam mais visibilidade. Neste contexto, o seu artigo 56 determina que “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”.

5.1.5 Diretrizes de gestão de moradias das IFES

Diante do cenário exposto anteriormente, a respeito das características da Moradia Estudantil da UFSM, identificam-se diretrizes para o aperfeiçoamento do modelo vigente, quais sejam:

- a) É preciso fortalecer o Conselho e as entidades representativas acadêmicas ligadas à moradia. Pois de acordo com o entrevistado E3, “este é um conselho muito restrito, teria que ser um fórum mais estendido, que tivesse representante do DCE”.
- b) Há que se promover e incentivar a participação estudantil nos órgãos representativos da moradia. Quanto ao assunto, para E2 “parece que nós nos

importamos mais do que os outros moradores nos assuntos da casa, nem sempre temos assembleias representativas para socializar os problemas”.

- c) Descentralizar os órgãos representativos estudantis, dando-lhes autonomia e poder decisório. Na visão do entrevistado E1 “esta é uma das questões, pois temos que fortalecer o conselho de moradores para resolver internamente problemas”.

Como resultados da análise são verificados, ainda, os seguintes pontos fortes da Moradia em estudo:

- a) Presença do Alojamento União Universitária (alojamento destinado à alunos matriculados que aguardam o resultado para ingresso na moradia estudantil e recebem benefícios provisórios, entre eles, café, almoço e janta subsidiados);
- b) Existência de vagas superior à demanda (na Moradia do campus universitário os alunos aguardam no alojamento União Universitária. E, na Moradia Estudantil localizada no Centro da cidade de Santa Maria, há sempre disponibilidade de vagas);
- c) Oferta de Programas de assistência estudantil direcionadas às expectativas dos estudantes, em relação aos critérios adotados pela política do governo federal, estão em consonância com aqueles presentes em outras instituições;
- d) Gestão interna das moradias realizada pelos próprios moradores.

Na continuidade, são constados os Pontos Fracos a seguir:

- a) Ausência de reuniões do Conselho de moradia, o que é confirmado por G1 ao relatar que “neste ano, não houve nenhuma reunião do Conselho, mas estamos nos programando, até para resolver parte dos problemas”;
- b) Presença de estrutura física precária da moradia do Centro da cidade. Sobre este tópico, E2 relata que “enfrentamos problemas de estrutura do prédio. Este tem mais de 50 anos de história”. Constatou-se, por meio da pesquisa, que esta moradia necessita de reforma de alvenaria, hidráulica e elétrica. Ainda,

pelo relato dos entrevistados, falta também área de recreação, de convivência e melhores condições para laboratórios. A UFSM tem atendido o que é preconizado pelo PNAES, seja através da ampliação de bolsas, flexibilização dos currículos, ampliação da mobilidade entre os cursos, melhoria geral na infraestrutura de laboratórios e bibliotecas, ampliação de atividades de reforço e tutoria, ampliação dos cursos noturnos e EAD. Enquanto isso, as atividades de assistência estudantil são genericamente apresentadas contando com: reforma e ampliação de moradias estudantis, projeto de ampliação e construção de novos restaurantes universitários, distribuição de passes para transporte, ampliação na assistência à saúde dos discentes associados nas atividades de esporte e lazer e inclusão digital, com ampliação do acesso dos alunos a computadores. Destaca-se ainda, que a UFSM opta por bolsas: Bolsa Moradia (para os campi de Silveira Martins, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões), Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte, Bolsa Permanência.

- c) Inexistência de um programa específico de saúde para os residentes, o que é prejudicial, posto que segundo o entrevistado E3 “a gente tem dificuldades no atendimento em saúde, quando precisamos, temos que voltar para a nossa cidade para ter um acompanhamento mínimo, ou temos que competir com os moradores do bairro”.

Através desta pesquisa foi possível constatar que os programas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria e o programa Moradia Estudantil são bem aceitos pelos estudantes entrevistados, apesar de que, na avaliação destes, existem ainda aspectos que podem ser melhorados. Mas no geral, o aluno consegue identificar condições favoráveis à sua permanência na Instituição por meio do que lhe é oferecido em termos de programas de assistência estudantil, e, mais precisamente, quanto à moradia estudantil. Vale ressaltar, a união em defesa das moradias pelos estudantes, já que, em suas palavras, todos defenderam o programa Moradia Estudantil e ressaltaram a luta em defesa das casas estudantis. A forma como os estudantes defendem a moradia, é, portanto, um aspecto importante a ser destacado, pois, para

eles, a residência estudantil significa a extensão de suas casas, é o espaço que possuem em que vivem e convivem dentro do ambiente universitário. Este olhar pela moradia estudantil dos estudantes demonstra claramente a necessidade e a importância do governo e dos gestores das IFES em disporem cada vez mais de recursos e programas que possam atender os residentes de forma mais plena.

A seguir, à continuidade ao trabalho, passando para a análise da Universidade Federal de Pelotas.

5.2 UFPeI

A moradia estudantil da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) está localizada no Centro da cidade de Pelotas e conta com cinquenta quartos, sendo quarenta e sete quartos, com capacidade para quatro alunos cada, e três quartos, com capacidade para cinco alunos por unidade.

Atendendo reivindicação dos alunos, o número total de vagas da moradia diminuiu de 203 moradores para 140, no intuito de diminuir o número de alunos por quarto. As vagas estão distribuídas entre quartos masculinos e femininos.

Tal moradia é administrada e regida pela Resolução nº 02, de 13 de fevereiro de 2012, do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE), que aprova o Regulamento do Alojamento Estudantil (Casa do Estudante), (UFPEL, 2012).

Disponível, também, para a sua gestão, existe uma Associação dos Moradores da Casa do Estudante (AMCE) que, porém, encontra-se desativada e que, de acordo a resolução 02/12 – art. 31º - a representação dos estudantes deveria acontecer por meio da referida Associação, e ainda, de acordo com seu art. 10º - o Coordenador da Moradia será nomeado pelo Reitor, mediante indicação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Figura 9 - Moradia Estudantil da UFPel



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2013).

Figura 10 - Moradia Estudantil da UFPel



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2013).

As figuras 9 e 10 ilustram a Moradia Estudantil da Universidade Federal de Pelotas. Trata-se de um prédio de 5 andares, localizado na rua Andrade Neves, 1290, centro de Pelotas. Todos os andares são disponibilizados à moradia da Universidade em estudo. A Moradia Estudantil da UFPel é uma das ferramentas de política de assistência estudantil adotada pela UFPel, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e é mantida pela instituição a mais de 30 anos. O preenchimento das vagas é de responsabilidade da Coordenadoria de Benefícios da PRAE, após seleção dos beneficiados. Neste sentido, a Moradia Estudantil deve atender os alunos da graduação, regularmente matriculados em seus cursos, identificados por meio da análise do seu perfil socioeconômico.

5.2.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes

Na Constituição de 1946, a assistência estudantil torna-se obrigatória para todos os sistemas de ensino e, em seu Artigo nº 172, era dito que "cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946). Igualmente na visão do Fonaprace (2012), as ações assistenciais que vão ao encontro dessas questões são fundamentais para a permanência do estudante e o seu desenvolvimento acadêmico pleno, segundo a comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras.

As palavras do entrevistado E1 confirmam o esforço da UFPel em garantir este direito ao seu estudante, pois, para ele, “a moradia estudantil é de fundamental importância para os alunos desfavorecidos economicamente”.

O cenário descrito por E1 confere com a compreensão de Andrés (2011), já que, para este autor, do ponto de vista da evasão escolar, há um impacto positivo de um programa eficaz de moradia estudantil. Afinal, nem todos os estudantes conseguem participar e aproveitar ao máximo o ambiente universitário, uma vez que, desfrutar de uma universidade requer disponibilidade de tempo e de meios. Nestas condições, muitos estudantes precisam trabalhar para se manter, tendo que dedicar menos tempo à faculdade e, outros, não conseguem emprego ou renda e acabam por enfrentar dificuldades financeiras de manutenção acadêmica. A renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência na universidade pública e término do curso,

sendo fadados, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até à evasão.

Assim, no que se refere à disponibilidade de vagas e à política de manutenção de estudantes, de modo geral, praticadas pela citada Universidade, o entrevistado G1 é enfático ao afirmar que “temos um cuidado maior com os moradores da casa do estudante”. Nesse sentido, segundo G1, para ter-se melhor qualidade na casa estudantil diminuiu-se o número vagas. Neste caso, quando o entrevistado refere-se à “qualidade na casa” está se referindo ao número de moradores que residem no mesmo quarto, ou seja, diminuindo o número de moradores por quarto, aumenta-se a qualidade da moradia para os residentes especificamente no que diz respeito ao aspecto espaço físico.

Na UFPel, a moradia estudantil conta com um série de facilidades, entre elas, a de serviços de vigilância, uma portaria, uma lavanderia, além de laboratório de informática, sendo que há possibilidades de melhora. Neste aspecto, G1 lembra que “a casa do estudante está em reforma para melhorar, mas com a perspectiva da construção de uma nova casa de estudante”. Esta situação justificativa pelo fato destacado pelo entrevistado E2 segundo o qual

“a atual casa do estudante foi transformada em moradia estudantil na década de 70 e depois de quase quarenta anos a UFPEL não fez um investimento para os estudantes que moram lá”.

Ainda, o pesquisado G2 manifesta-se de forma negativa ao fazer a seguinte consideração

“a nossa casa do estudante tem uma estrutura precária, não atende adequadamente os nossos estudantes, com cinco pavimentos sem elevador e o auxílio-moradia não tem dado conta da demanda, nem no próprio valor, pois o setor imobiliário de Pelotas está muito inflacionado”.

Outra questão enfrentada pela moradia em estudo está relacionada com a origem dos seus moradores.

Nesta dimensão, G2 recorda que

“temos alunos de toda a parte do Brasil, com culturas diferentes, difícil adaptação aqui, então

nós tentamos dar todas essa cobertura para esse aluno para ele permanecer na Universidade”.

Existe ainda um aumento do número da demanda em relação ao número de vagas disponíveis da moradia. Na continuidade, na análise dos problemas vivenciados pela moradia, constata-se, ainda, que, conforme afirma E1,

“a gente não tem espaço de convivência, a gente não tem sala de estudo adequada, a rede elétrica é sobrecarregada, tudo queima, fios desencapados, falta d’água constante, queremos ir para um prédio que seja construído para ser moradia, não uma construção com ideia de alojamento”.

De outro modo, a pesquisa possibilitou verificar que a UFPel possui vários programas de assistência estudantil, como sugere G2:

“nós temos hoje oito programas, dois nós criamos este ano, temos alimentação parcial e integral, transporte, auxílio-moradia, moradia estudantil, pré-escolar para alunos com filhos até 6 anos, auxílio-instrumental odontológico, auxílio-deslocamento, bolsa permanência”.

A UFPel possui, ainda, de acordo com G2, o acompanhamento psicopedagógico de alunos com dificuldades no aprendizado através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico. Neste quesito, G2 faz o seguinte relato:

“temos esse núcleo que atende esses alunos com falta de aproveitamento, entre eles, os alunos da casa, muito em função de estar longe da família, essa barreira faz com que tenham dificuldade na adaptação e no aprendizado”.

Em sua visão (G2), o acompanhamento é feito de forma precária já que a UFPel não possui uma equipe multidisciplinar, composta de pedagogo e psicopedagogo, o que limita o trabalho de acompanhamento. Em sua concepção,

“a casa do estudante é um espaço de convivência importante para os alunos, ali eles estão convivendo, estão trocando experiências, é um momento de aprendizagem com outros colegas” (G2).

Contudo, apesar do evidente zelo por parte da instituição, E1 recorda que, “conforme os anos passam as nossas necessidades mudam e a instituição não atende essa mudança”.

Com a criação do PNAES e de programas de inserção de estudantes nas Universidades Federais do país, através de políticas de manutenção, houve um considerável aumento do número de alunos das IFES, principalmente em relação a alunos com dificuldades financeiras, quadro este que gera novas e maiores demandas também no contexto da assistência estudantil. Este cenário fica evidenciado no contexto da moradia estudantil da Instituição em análise, quando G2 ressalta que, “de 2008 para cá, houve um salto na demanda do auxílio-moradia, considerando-se o espaço físico disponível da casa”. Na concepção de E1,

“nos últimos anos, não foram desenvolvidos programas para a moradia estudantil, mas em compensação foi distribuído auxílio-moradia sem freios e a folha imobiliária da cidade cresceu absurdamente. Quando eu cheguei na cidade, tinha quatro ou cinco prédios, agora em cada esquina tem um prédio”.

Ainda, segundo G2, “o auxílio-moradia, em função dos recursos não tem dado conta nem para o número de estudantes que nos demandam, nem pelo próprio valor pago, o setor imobiliário de Pelotas está muito inflacionado, então os estudantes dividem o aluguel, nós temos por exemplo, apartamento com três dormitórios morando em oito alunos”.

E1 assevera, ainda, que

“a universidade tem financiado isso, nós queremos mostrar que o nosso problema é um problema social e que não estamos pedindo um professor, uma sala de aula, a gente está pedindo um lugar para morar”.

Sobre este aspecto, Andrés (2011) observa que o PNAES tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Observa-se, portanto, que o MEC, por meio do PNAES, tem preferido repassar às universidades, faculdades e institutos mantidos pelo poder público federal, recursos que são administrados localmente, seja para custear por bolsas próprias tais itens de assistência ao estudante, seja para ajudar no custeio dos restaurantes universitários e moradias estudantis das próprias instituições, que operam com regras próprias. Em outras palavras, por meio da pesquisa, foi possível constatar, igualmente, que a referida Instituição (UFPeI) possui programas de atendimento aos seus alunos, entre eles, moradia estudantil, auxílio-moradia, alimentação parcial e integral, auxílio transporte, auxílio pré-escolar, auxílio instrumental odontológico e bolsa permanência, os quais integram a sua política de manutenção de estudantes, apesar dos problemas até aqui identificados neste mesmo contexto.

5.2.2 Critérios de seleção

Para G2, o critério de seleção daqueles que integrarão à moradia estudantil na UFPeI refere-se ao cadastro socioeconômico. Nesta perspectiva, o próprio G2 diz que “obviamente a gente não analisa somente renda per capita, a gente analisa vários fatores socioeconômicos”.

Neste sentido, G2 relata ainda que

“fizemos um gráfico de 2008 para cá. Nele, a partir de 2010, constatamos um aumento da demanda para o número de vagas que temos para os programas de assistência, em função dos recursos financeiros, não temos como atender toda essa demanda, somente para o auxílio-moradia se inscreveram 458 alunos, atendemos somente 73 e não temos vagas na casa”.

Novamente, destaca-se que os critérios de seleção adotados pela UFPeI seguem aqueles estabelecidos pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que serve de parâmetro para as Universidade Públicas Federais (BRASIL, 2010a). Cada instituição tem sua metodologia, mas a base é a renda per capita. A UFPeI, através do Edital nº 04/2013 da PRAE,

estabelece os critérios para a concessão dos benefícios, e análise socioeconômica, observados os seguintes critérios: situação de moradia, situação de trabalho, constelação familiar, despesas familiares, renda per capita, bens móveis e imóveis, escolaridade dos membros da família e enfermidade grave (UFPEL, 2014).

5.2.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar

A UFPel possui programas de assistência estudantil voltadas à permanência e à manutenção de seus discentes nos respectivos cursos condizentes com a atual política nacional. Cita-se, moradia estudantil, auxílio-moradia, alimentação, auxílio transporte, auxílio pré-escolar, auxílio instrumental odontológico e bolsa permanência. De outro modo, a instituição oferece uma moradia estudantil precarizada e que não atende a atual demanda, tanto pela estrutura física, como pela falta do número de vagas, oportunizando desta forma, um aumento do programa auxílio-moradia.

No relato de G2, a estrutura física precária do prédio da moradia estudantil

“não atende o número de estudantes que a gente precisa, nem de forma adequada os que já estão sendo atendidos, é uma estrutura extremamente precarizada, tem cinco pavimentos, o elevador está estragado há anos e não temos acessibilidade”.

Já, para E1, além da estrutura física precária, ele cita que:

“o prédio não possui internet, não existe espaço de convivência, não temos sala de estudo adequada, a rede elétrica é sobrecarregada, sempre queimam os equipamentos, fios elétricos expostos, a falta d’água é constante, falta de espaço adequado para se cozinhar, precisamos de um prédio que seja construído para ser moradia”.

Os relatos anteriormente mencionados indicam que, apesar do esforço da UFPel em oferecer moradia aos seus estudantes, ela precisa ainda instituir políticas de manutenção mais eficientes, o que é solicitado pelo próprio PNAES (BRASIL, 2010a).

5.2.4 Fatores que afetam a gestão das moradias

Para Souza (2009), as universidades são formadas, basicamente, por um conjunto de pessoas, no qual as relações sociais e interpessoais extrapolam as estruturas prescritas no modelo racional burocrático. Assim, as instituições universitárias são consideradas organizações complexas, não só pela sua condição de instituição especializada, mas, principalmente, pelo fato de executar tarefas múltiplas. Cada atividade, embora interdependente em relação a outras, possui características sui generis que as diferem de outras organizações. Diante disso, buscou-se, através da coleta de dados, verificar os fatores que afetam a gestão da moradia da UFPel.

Nesse sentido, o entrevistado G1 relata que “atualmente está desativada a Associação dos Moradores da Casa do Estudante que era uma associação reivindicatória e fazemos várias reuniões com a proposta da gestão compartilhada com os estudantes”.

Mesmo se considerando a importância em existir uma estrutura responsável pela gestão e pelas decisões relativas à Moradia Estudantil, na UFPel, há limitações neste quesito, o que é especificado por meio da fala de G1, apresentada como segue:

“atualmente, está desativada a Associação dos Moradores da casa do estudante que era uma associação reivindicatória e fazemos várias reuniões com a proposta da gestão compartilhada com os estudantes”.

Ademais, foram relatados problemas de convivência ou de relacionamento e falta de participação dos alunos nas reuniões ou na busca de soluções para os problemas internos. A estrutura física precarizada é outro fator que afeta enormemente a gestão da moradia.

A falta de um conselho ou de uma associação de moradores é um fator complicador na gestão da moradia, uma vez que, no entendimento de Coradini, 2009, gestão significa participar na tomada de decisões, na organização e na direção de um espaço. A gestão está, portanto, relacionada com o envolvimento que os sujeitos têm dentro de uma organização para que sejam atingidos os objetivos do grupo. Para isso, tais sujeitos devem cumprir seus compromissos e desempenhar seu papel nessa organização, contexto em que se encontra um dos maiores entraves para que a moradia estudantil na UFPel alcance seus objetivos.

Outro aspecto insatisfatório refere-se à própria infraestrutura oferecida pela moradia.

O entrevistado E1 exemplifica esta problemática da seguinte forma

“além da falta de infraestrutura, temos a falta de internet gratuita no prédio inteiro, que faz que surja um comércio de internet aqui, que varia de R\$ 10,00 a R\$ 70,00, ou seja, estudante explorando estudante e de acordo com o PNAES, a gente teria direito a ter esse serviço gratuito”.

Para complicar, no relato do entrevistado G2, em relação ao auxílio-moradia,

“temos apartamentos com três dormitórios morando em oito alunos, para conseguir manter o seu aluguel e, ainda sobrar algum dinheiro para alimentação ou para material da faculdade, este auxílio não contempla essas necessidades”.

Nesta perspectiva, G2 lembra ainda, que o setor imobiliário de Pelotas está muito inflacionado.

Outro fator a desejar é a ausência de um programa de saúde/odontológico específico que atenda os moradores e os alunos do programa auxílio-moradia, já que não conseguiram vaga na moradia e que são pessoas teoricamente que tem o mesmo cadastro socioeconômico dos moradores. Apesar disso, o PNAES prevê em seu item IV, a) atenção à saúde, e em seu item V, a) inclusão digital, aspectos não contemplados pelo programa de assistência estudantil da UFPel

5.2.5 Diretrizes para a gestão das moradias das IFES

A partir do que foi analisado até o momento a respeito do sistema de moradia estudantil adotado pela UFPel, identifica-se as seguintes diretrizes para o seu aperfeiçoamento:

- a) Criar um Conselho de Moradores ou ativar a Associação dos Moradores da Casa Estudantil através de resolução ou portaria da UFPEL;
- b) Fortalecer as entidades representativas acadêmicas ligadas à moradia;

- c) Promover e incentivar a participação estudantil nos órgãos representativos da moradia.

Como ponto forte verifica-se que os programas de assistência estudantil da UFPel, em relação aos critérios adotados pela política do governo federal, estão em consonância com aqueles presentes em outras instituições, já que, o PNAES, através do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010a) e indica quais as áreas que as ações de assistência estudantil devem ser desenvolvidas pelas Instituições Públicas Federais do Brasil.

Já como pontos fracos, foram observados as seguintes características:

- a) Inexistência de um Conselho de moradia em funcionamento . No relato do entrevistado G1, verifica-se que “a Associação dos Moradores da Casa do Estudante que está desativada era uma associação reivindicatória”;
- b) Constatação de uma estrutura física precária da moradia. De acordo com o respondente G2, “a Casa do Estudante é extremamente precária, estamos em reformas, mas não atende o número de estudantes que precisam, nem os que lá estão, tem cinco pavimentos, o elevador está estragado a anos e não temos acessibilidade”;
- c) Ausência de um programa específico de saúde para os residentes. Para o respondente E1, “temos que entrar na fila de espera com servidores, docentes e outros estudantes. Já solicitamos que fossem colocado à disposição para os residentes serviços médicos e odontológicos. O pessoal do auxílio-moradia também necessita, eles possuem as mesmas condições socioeconômicas que nós”.

Neste trabalho, foi possível constatar que a Moradia Estudantil da Universidade Federal de Pelotas apesar dos esforços da Administração Central e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), necessita urgentemente de maiores cuidados em relação à estrutura física do prédio, inclusive, para dar maior segurança e conforto aos seus moradores. Os programas de assistência estudantil têm atendido uma

parcela dos alunos com vulnerabilidade socioeconômica, mas é necessário um aumento significativo desses atendimentos para que se contemplem mais estudantes em tais condições.

A seguir, é analisada a Universidade Federal do Rio Grande.

5.3 FURG

A moradia estudantil da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) é integrada por uma casa própria localizada no campus universitário com 67 vagas (figura 18), por dois prédios alugados próximos à entrada do campus com 171 vagas (figura 19), por uma casa no Centro da cidade do Rio Grande para estudantes da área de saúde com 13 vagas. Possui ainda uma casa no campus de Santo Antônio da Patrulha. A FURG dispõe ainda de uma casa denominada Alojamento Provisório para estudantes com extrema vulnerabilidade social, enquanto aguardam avaliação do cadastro socioeconômico, com 24 vagas, também localizado próximo à entrada do campus universitário. Nestas condições, tem um total de 275 vagas para estudantes de graduação.

O programa de moradia estudantil foi instituído pela Instrução Normativa 03/2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), amparada através do Plano Institucional - 2000/2006 (FURG, 2006), pela Resolução n° 008/2000 do Conselho Universitário (Consun), (FURG, 2000), e por seu Estatuto interno, sendo que a coordenação deste programa é feita pela Superintendência Estudantil (SUPEST), vinculada à PRAE, que exerce o acompanhamento e a supervisão da moradia juntamente com o Conselho Diretor da Associação de Moradores da Casa do Estudante da FURG (art. 5° da resolução n° 003/2009). O Conselho Diretor é composto por alunos moradores, com mais de 1 ano de moradia (FURG, 2013d)

Figura 11 - Moradia Estudantil da FURG - Campus Universitário



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2013).

A figura 11 ilustra o prédio da Moradia Estudantil da FURG localizado no campus universitário. Trata-se de um prédio construído recentemente e possui as condições necessárias para alojar seus residentes com qualidade e conforto. Como já comentado, esta edificação dispõe de 67 vagas e atende os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.

Figura 12 - Moradia Estudantil da FURG



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2013).

A figura 12 ilustra a Moradia Estudantil da FURG localizada na entrada do Campus Carreiros. Possui dois prédios com um total de 171 vagas para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, como dito anteriormente. Trata-se de um prédio que atende as necessidades de seus residentes e dispõe de serviços tais como segurança, portaria e limpeza.

5.3.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes

Em relação à disponibilidade de vagas, o entrevistado G1 destaca que, apesar de a moradia estudantil da FURG possuir um total de 275 vagas, distribuídas entre as casas próprias e alugadas, existe uma lista de espera para ingresso nela, mas com um novo processo em aberto para atendimento de todos. Ainda, G1 relata sobre a influência das características regionais sobre as demandas da moradia. Nestes termos, G1 diz que

“uma outra realidade é a realidade de nossa cidade, Rio Grande é uma cidade portuária, tem

um polo naval e nos últimos anos os valores de aluguel aumentaram muito. Então, hoje o estudante que vem de fora, mesmo que ele tenha condições de pagar um aluguel, ele não encontra moradia em Rio Grande”.

Nesse sentido, a moradia estudantil passa a ser de alta relevância para estudantes com dificuldades financeiras.

Já, quanto aos programas de assistência social, identifica-se a disponibilidade de facilidades, tais como o benefício transporte, benefício alimentação através do Restaurante Universitário, moradia, auxílio-creche para alunas com filhos de 0 a 6 anos, bolsa permanência, orientação psicológica, orientação pedagógica.

Contudo, por meio da pesquisa foi possível constatar que a FURG não possui o programa auxílio-moradia, pois preza por fornecer uma casa estudantil. Igualmente, no campus de Santo Antônio da Patrulha, a partir deste ano, já possui moradia. Em São Lourenço do Sul, já existe o projeto de construção de moradia estudantil e, em Santa Vitória do Palmar, está sendo construída mais uma unidade. Tais iniciativas revelam o esforço da Universidade em atender o que sugere o Fonaprace (2011), já que este argumenta que são necessárias políticas que privilegiem o atendimento de demandas básicas dessa população, como acesso à alimentação saudável e de qualidade – que pode ser ofertada pelos restaurantes universitários e seus associados -, moradia estudantil – com infraestrutura própria da IFES ou em sistema de colaboração com o mercado imobiliário, através das facilidades de locação e, finalmente, reforço acadêmico em disciplinas consideradas fundamentais, tais como matemática e português. Outras ações podem ser inseridas como o ensino de uma segunda língua – exigência do mercado de trabalho, cursos de capacitação e atualização em informática e banco de dados, facilidades no acesso ao transporte (vale-transporte), atendimento em serviços de saúde – médico-odontológico e, mesmo, oferecimento de remuneração – em forma de bolsa de estudo, que possibilitem a essa população o acesso a outros itens fundamentais do convívio social e formação profissional.

Também como facilidades, E1 recorda que, todas as moradias possuem serviço de portaria e vigilância, sendo que a limpeza, das áreas comuns, é feita por faxineiras contratadas pela instituição. Nesse sentido, E1 diz que “a instituição tem atendido todas nossas demandas, demora um pouco mais o aluno é atendido”.

Por meio da pesquisa, foi possível constatar que os moradores estão satisfeitos com o programa moradia estudantil da FURG, avaliando-o como sendo boa. Por exemplo, o entrevistado E1 afirma que, mesmo existindo problemas de convivência, “as pessoas sempre acabam se entendendo e tudo é resolvido aqui”. Novamente, E2 enfatiza a boa qualidade do programa de moradias da FURG, pois para ele

“em geral o serviço está sendo muito bem aplicado, a gente tem boas condições na moradia, uma relativa segurança, a gente tem portaria na casa, segurança somente à noite, a gente se sente bem acomodado”.

Ressaltando suas características positivas, G1 lembra que “a casa é dividida em alas masculinas e femininas”, além de a FURG disponibilizar uma casa totalmente projetada para alunos cadeirantes, faltando somente a instalação de um elevador. E, para completar, conforme G1, o programa é, também, vantajoso uma vez que

“possuímos ainda uma moradia provisória com 24 leitos para aqueles casos de emergência, para estudantes com extrema vulnerabilidade social e econômica que precisam aguardar o final do período do edital”.

Este quadro revela o esforço dos administradores da FURG em atender suas demandas em relação à questão das moradias, acompanhando o que indica o FONAPRACE (1996) ao apontar que, as universidades que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes, constataram que seu rendimento escolar médio foi igual, estatisticamente, ao dos alunos provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Isto comprova que é compensador investir na melhoria das condições e da qualidade de vida dos estudantes universitários carentes, assim, chega-se à constatação que o oferecimento de possibilidades concretas deste tipo de auxílio pode reduzir efetivamente o abandono no ensino superior.

Mesmo com tantas vantagens, no entender do entrevistado G1,

“hoje a maior dificuldade que a gente encontra principalmente nas casas fora de nosso campus,

nas casas alugadas, é uma questão de infraestrutura. Então, como são casas alugadas e não foram preparadas para ser moradia estudantil, não preparadas para um número tão expressivo de moradores, a infraestrutura deixa a desejar”.

Para o entrevistado E2 “o ideal seria remanejar alunos para outros apartamentos ou diminuir o número de vagas no edital”. Segundo E3,

“o ideal é que o estudante fique dentro ou mais próximo da universidade para ter realmente essa vida acadêmica mais acentuada, que se aproxime mais da universidade”.

Trata-se de um cenário que merece uma atenção especial, pois como o Fonaprace (1996) assevera que o local de moradia é o fator mais importante, uma vez que grande parte dos estudantes das IFES sai de suas cidades natais para buscar educação em uma cidade maior, tal como acontece em Rio Grande. Eles deslocam-se de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. Torna-se necessário, assim à FURG, criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à moradia dos alunos de baixa renda, como forma de garantir a permanência deles, no campus, dando-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica, contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral.

5.3.2 Critérios de seleção

Quanto aos critérios de seleção para fazer parte do programa de moradias da FURG, de acordo com o entrevistado G1,

“o requisito básico para passar por este subprograma, tem que estar em sua primeira graduação, ter situação de vulnerabilidade social e econômica comprovada e ser morador de regiões de fora do Rio Grande ou de difícil acesso à nossa cidade”.

O decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) estabelece os critérios de seleção e serve de parâmetro para as Universidades Públicas Federais (BRASIL, 2010a). Neste contexto, a FURG, através da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) realiza a avaliação do perfil socioeconômico dos alunos para verificar a possibilidade de inseri-los nos programas de assistência estudantil. Cada acadêmico realiza entrevista individual com o setor pedagógico, quando apresentam ao servidor responsável pela triagem toda a documentação exigida referente, basicamente, aos critérios divulgados pelo Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, que são: ser estudante de 1ª graduação ou pós-graduação regularmente matriculado na FURG; comprovar dificuldade socioeconômica para manter-se na universidade; apresentar frequência e rendimento acadêmico, e, estar matriculado, no mínimo, em 15 créditos das disciplinas obrigatórias do curso (graduação) (FURG, 2013e).

5.3.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar

Conforme já identificado, a FURG possui programas de assistência estudantil voltadas à permanência e a manutenção de seus discentes nos respectivos cursos condizentes com a atual política nacional.

Neste âmbito, a citada Instituição possui o programa de moradia estudantil atendendo satisfatoriamente seus moradores, como se observa por meio de alguns relatos colhidos para esta pesquisa.

No relato do entrevistado E1, por exemplo, “a casa é de boa convivência, e tudo que solicitamos somos atendidos, nossa casa é muito boa, perto de outras”.

Já, o entrevistado E2 relata que “a gente tem boas condições na moradia, uma relativa segurança, temos portaria, o ambiente é acolhedor, a gente se sente bem acomodado, a FURG nós oferece alimentação, tem RU, tem café da manhã, tem almoço, janta, a comida é de boa qualidade, no geral, o pessoal não reclama”.

De acordo com o relato de G1,

“temos os subprogramas e temos o programa institucional de desenvolvimento do estudante com três bases de ação que são: formação ampliada, assistência básica e apoio pedagógico,

e nessa assistência básica temos o subprograma de Moradia Estudantil”.

Portanto, todos os relatos sugerem que existe um consenso entre os entrevistados de que é satisfatória a atuação da FURG em relação às suas políticas de manutenção escolar, as quais, além de permitir a permanência do estudante na Universidade, ainda superam as suas expectativas.

5.3.4 Fatores que afetam a gestão das moradias

Na concepção de Coradini (2009), é inquestionável o papel da gestão no contexto da educação brasileira. Na atualidade, tem-se observado atenção à gestão na educação, pois se supõe que o sucesso de uma instituição de ensino depende de como é conduzida a sua forma de organização. Dessa forma, todos têm responsabilidades e compromissos com a melhoria da gestão, pois melhorando a gestão, está-se agregando valor de extrema importância às pessoas e à instituição de ensino. Nesta perspectiva, G1 adverte que

“na gestão da moradia a gente encontra algumas dificuldades no trabalho, uma delas é em relação ao uso e abuso de drogas e álcool e a própria convivência coletiva”.

Através desta pesquisa, pode-se constatar que a FURG trabalha com alunos através da gestão compartilhada, sendo que os estudantes tem total liberdade na escolha de seus leitos, organizam-se em grupos, levam as demandas do grupo para os gestores e possuem regimento interno elaborado por eles. Nas palavras do entrevistado E2,

“a gente faz eleição para a diretoria, que é composta de alguns estudantes, presidente, vice-presidente e secretários, cada um tem uma função na casa, todas as decisões são baseadas no coletivo e assembleia”.

Para E2, o índice de participação dos moradores é muito baixo nas assembleias e coletivos, diz ele que “a grande maioria não frequenta assembleia”.

Mas segundo o entrevistado E3, “a representação de cada casa é independente para que tenha autonomia e a FURG reconhece os coletivos”. Sendo que, no entender do entrevistado G1, esta

“é uma situação que nos dá muito mais trabalho, seria muito mais fácil determinar as normas, exigir deles, mas construir junto é muito melhor, muito mais educativo, este é o nosso papel dentro da instituição”.

Também, para o entrevistado E1, esta sistemática representa uma vantagem, posto que

“na moradia, a gente aprende a viver em grupo e com pessoas de pensamentos diferentes, isso é muito bom a nossa formação, para crescer e conhecer outros pontos de vista”.

Além disso, E2 lembra que

“em horários de folga dos estudos, o pessoal acaba saindo para o pátio que é a área coletiva, e acaba se encontrando, conversando, trocando experiências, rola também um póquer, isso é um fator muito importante para a formação do aluno, porque faculdade não é só aula, não é só trabalho, tem que ter interação, opinião, relacionamentos”.

Ainda, E2 faz o seguinte depoimento favorável:

“tem um projeto aqui da casa que é o INTEGRACEU, o pessoal faz oficinas de culinária e também de outras áreas, faz torneios, é para a integração do pessoal”.

Souza (2009) confirma a importância de tais características, pois, as universidades são formadas, basicamente, por um conjunto de pessoas, onde as relações sociais e interpessoais extrapolam as estruturas prescritas no modelo racional burocrático.

Pela pesquisa, pode-se constatar que os entrevistados reconhecem e elogiam a administração da FURG em trabalhar e reconhecer a

legitimidade dos grupos das moradias estudantis, oportunizando a eles autonomia e gerência administrativa das casas.

5.3.5 Diretrizes para a gestão de moradias das IFES

Com base no que foi exposto sobre o Programa de Moradias da FURG, elaboram-se algumas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, quais sejam:

- a) Fortalecer o Conselho e as entidades representativas acadêmicas ligadas à moradia;
- b) Promover e incentivar a participação estudantil nos órgãos representativos da moradia;

Em relação aos pontos fortes, têm-se os que seguem:

- a) Disponibilidade de Alojamento provisório. O respondente G1 relata que “para os casos de emergência e contempla também alunos com extrema vulnerabilidade social econômica”. O Alojamento Provisório da FURG disponibiliza 24 vagas e destina-se a estudantes enquanto aguardam o resultado da solicitação de seu cadastro socioeconômico e não tem condições econômicas de manutenção em residências particulares. Havendo aprovação de seu cadastro, o mesmo é alojado em uma das Moradias Estudantis da FURG;
- b) Existência de programas de assistência estudantil direcionados as expectativas dos estudantes. Para E2 “os serviços da moradia são bem aplicados, a gente sente-se bem acomodado, a FURG também nos oferece alimentação, a grande maioria não precisa cozinhar aqui, tem café da manhã, almoço e janta, a comida é de boa qualidade, no geral somos bem atendidos”;
- c) Realização de gestão interna das moradias, já que são administradas pelos moradores;
- d) Identificação de sentimento de união dos alunos em defesa das casas. Sobre esta realidade, E2 destaca que “temos nossos direitos e deveres, então se queremos reivindicar nossos direitos, temos que respeitar e cumprir certas normas”;

- e) Existência de moradia com acessibilidade, o que é ressaltado por G1 ao afirmar que “a casa interna no campus foi projetada com acessibilidade”;
- f) Definição de parceira com Centro Integrado de Prevenção ao uso e abuso de drogas. Sobre este assunto, G1 comenta que esta “é uma unidade da universidade que vem, faz acolhimento, dá palestras, por meio da qual o estudante recebe um atendimento psicossocial”;
- g) Construção de 3 novas casas para atendimento dos estudantes no programa de Moradia Estudantil;
- h) Numero de vagas superior à demanda, apesar de este cenário poder se alterar nos próximos anos. Quanto ao assunto, G1 relata que “o número de vagas que temos hoje é compatível, mas temos enfrentado um aumento considerável de estudantes oriundos de outros estados com vulnerabilidade social econômica, e ainda, outra realidade e a da cidade de Rio Grande, que é uma cidade portuária, tem um polo naval e nos últimos anos os valores de aluguel aumentaram muito”.

Já, quanto aos pontos fracos, foram observados os seguintes:

- a) Estrutura física insatisfatória das moradias alugadas. G1 enfatiza que “nosso maior problema com essas casas é a infraestrutura”. Apesar de não haver reclamações por parte dos residentes, G1 relata que a estrutura dos prédios alugados pela FURG para moradia estudantil não tem o caráter para moradores, são casas que não foram construídas para abrigar tantos alunos, é neste sentido que G1 dá o seu depoimento sobre este assunto. Mas, em contrapartida, os residentes se sentem acolhidos nas residências estudantis, o que denota, portanto, o trabalho dos gestores em atender os residentes nas suas necessidades.
- b) Falta de um programa específico de saúde para os residentes;
- c) Esforço reduzido em promover e incentivar o projeto INTEGRACEU.

Através desta pesquisa foi possível constatar que a Moradia Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande atende seus residentes em suas reais necessidades. Constata-se entre os estudantes uma satisfação em relação aos programas de assistência estudantil desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da FURG, em particular, o programa de Moradia Estudantil. No relato do entrevistado E3

“a FURG reconhece todos os coletivos, a administração central atende os alunos, inclusive nas greves, a reitoria está sempre de portas abertas aos estudantes, a universidade aqui é muito receptiva, o movimento estudantil da FURG senta com os gestores para conversar e não esporadicamente, é constante, temos falhas, mas sentamos sempre para conversar”.

A seguir, E3 ainda comenta que “a construção de uma universidade tem que ser feita dessa forma, entre a gestão, entre os alunos, porque são esses, os alunos, os grandes interessados na universidade”.

Na continuidade, faz-se a análise da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

A UFRGS mantém em funcionamento três Casas dos Estudantes destinadas à moradia de estudantes carentes oriundos de cidades do interior do Estado ou do país, que são:

- a) Casa do Estudante Universitário (CEU), campus Centro (figura 20);
- b) Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV), campus do Vale;
- c) Casa do Estudante da UFRGS (CEUFRGS), campus médico.

A instrução normativa 01/2013 (UFRGS, 2013d) dispõe sobre a Regulamentação do Programa de Benefício da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), sendo composta pelo conjunto de definições e critérios de manutenção de benefícios. Em seu art. 11º, tem-se que a

“Moradia Estudantil é um benefício oferecido em três modalidades, a saber:

- a) Vaga na Casa do Estudante Universitário – CEU, cujo processo seletivo é realizado através de avaliação socioeconômica específica para a concessão deste benefício, pela PRAE;
- b) Auxílio moradia: auxílio financeiro que visa custear parte das despesas com moradia, concedido a estudantes selecionados em processo seletivo para a Casa do Estudante Universitário e que aguardam a disponibilidade de vagas na CEU;
- c) Vaga na Casa do Estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária (CEFAV) e Casa do Estudante da UFRGS (CEUFRGS): unidades de moradia estudantil mantidas pela UFRGS e administradas em co-gestão com os moradores, cujo processo seletivo ocorre de forma autônoma.

Figura 13 - Moradia Estudantil da UFRGS



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2013).

A figura 13 ilustra a Moradia Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta moradia dispõe de vagas masculinas e femininas, e para concorrer a uma das vagas o estudante deve atender os requisitos e critérios de seleção divulgados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), através dos Editais, que são divulgados

semestralmente e atende estudantes regularmente matriculados na UFRGS.

5.4.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes

Através da pesquisa, foi possível constatar que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul possui políticas de manutenção aos seus alunos. Além do programa moradia estudantil, citam-se,

- a) Restaurante Universitário;
- b) auxílio-transporte;
- c) auxílio-moradia;
- d) auxílio-creche;
- e) auxílio material de ensino;
- f) auxílio-saúde;
- g) bolsa permanência;
- h) bolsa REUNI.

De acordo com o entrevistado G2, o número de vagas da moradia estudantil não é compatível com a demanda da UFRGS, pois “atualmente sempre a procura é maior”. As casas oferecem ainda serviços de laboratório de informática, pontos de rede nos quartos, portaria, serviço de segurança, manutenção para os quartos e manutenção no âmbito geral.

Neste aspecto, em seu relato G2 diz que

“toda essa estrutura funciona aqui dentro desta casa, pois temos vários setores para essa demanda de atendimento, desde a administração até a manutenção da casa”.

Todos os quartos são mistos e cada andar do prédio possui dois quartos individuais, para alunos que tem necessidade de ficarem sozinhos. Neste último caso, por exemplo, são alunos em final de curso. Segundo G2, a Casa do Estudante, campus centro (CEU) possui 396 vagas, 42 vagas para a Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEUFRGS), campus médico, e 104 vagas na Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV), campus do vale, todas localizadas em Porto Alegre (RS).

O cenário até o momento descortinado sobre o Programa de Moradias adotado pela UFRGS confere com o que Andrés (2011)

observa sobre o MEC que, por meio do PNAES, tem preferido repassar às universidades, faculdades e institutos mantidos pelo poder público federal, recursos que são administrados localmente, seja para custear por bolsas próprias tais itens de assistência ao estudante, seja para ajudar no custeio dos restaurantes universitários e moradias estudantis das próprias instituições, que operam com regras próprias.

Porém, na concepção do entrevistado E1 “temos uma carência muito grande de moradia estudantil aqui na UFRGS”. Também, E2 alerta para o fato de que a UFRGS deveria ter um local para alojar estudantes que aguardam a conclusão do processo de seleção para a moradia. Sobre sua própria experiência, E2 lembra que

“eu me inscrevi no edital que saiu em agosto, a aprovação veio somente em outubro, neste período a gente não recebe nenhum tipo de auxílio para manter-se em Porto Alegre”.

De outro modo, em seu entendimento, os serviços prestados pela UFRGS à moradia são bons, “mas sempre há o que melhorar” diz ele. Considera, também, como positiva, a convivência entre os moradores. Igualmente, na ótica de E3 “a moradia é a garantia para estar estudando hoje”. Mesmo assim, E3 mostra-se negativamente enfático ao relatar que,

“nossa moradia, comparada a outras casas, é razoável, mas ela é bem precária, imagina ficar um ano sem elevador e você morar no oitavo andar do prédio, sem falar das frequentes falta de água, a questão elétrica é muito antiga, devido a isso pegou fogo no elevador e a casa não tem saída de emergência, os móveis estão deteriorados, e não se tem notícias de uma licitação”.

E, continua, recordando que “já ficamos um final de semana inteiro sem internet, o que para a gente durante o semestre, durante o período de aula, é quase que pior que ficar sem água”.

E, para complicar, E3 conta, ainda, que

“recentemente, tivemos uma aluna que teve um filho e teve que sair da casa, foi um processo

complicado e difícil. Tem que ter um programa específico para atender as alunas mães”.

Na lógica do Fonaprace (2012), o processo de expansão universitária do Governo Federal, que vem ocorrendo neste início de milênio, tem se concretizado pela criação de novas universidades e do número de vagas oferecido pelas instituições já existentes. Com o número de vagas maior, é também maior a procura por políticas de permanência estudantil, fato ocorrido na UFRGS, o que tem impulsionado, nela, o fortalecimento de políticas que contribuam para a ampliação da oferta de oportunidades, no sentido de permitir que seus estudantes tenham a necessária qualidade de vida para que possam desenvolver, cada vez mais e melhor, as suas atividades relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Porém, como se pode perceber por meio de alguns relatos coletados, a exemplo das demais instituições aqui analisadas, a UFRGS enfrenta dificuldades em fazer com que a política de manutenção dos seus alunos atinja seus objetivos com plenitude. Observam-se, assim, desde problemas relacionados à infraestrutura até aqueles comportamentais e de relacionamento, o que nem sempre é visto como algo negativo pelos residentes da moradia estudantil.

O entrevistado E3 ilustra exatamente esta situação e, quando questionado sobre as dificuldades que enfrenta como morador, afirma que

“quando temos algum atrito, é sempre no sentido de aprendizagem, são pessoas diferentes convivendo no mesmo espaço e não teria como não haver conflitos, mas a nossa maior dificuldade é a falta de diálogo dos gestores com os moradores”.

Pela pesquisa, constatou-se ainda que uma das principais reclamações dos moradores é a falta de alimentação nos finais de semana e feriados, quando o Restaurante Universitário da UFRGS fica fechado.

5.4.2 Critérios de seleção

Em termos dos critérios de seleção adotados pela UFRGS, segundo G1,

“para se ter acesso à moradia o aluno passa por uma seleção, onde tem uma análise socioeconômica em que o rendimento per capita não seja superior a um salário mínimo e meio, conforme a legislação”.

A legislação que regulamenta e que serve de parâmetro para a UFRGS é o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e que dispõe das ações de assistência estudantil que são adotadas pelas IFES. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) realiza avaliação socioeconômica dos alunos e posterior agendamento de entrevista com as assistentes sociais. Os requisitos para inscrição são: ser calouro de 1ª graduação e estar matriculado em 50% dos créditos do semestre. No caso, se for veterano, não ter concluído mais de 75% dos créditos do curso. O preenchimento do cadastro socioeconômico é outro requisito indispensável para admissão do aluno no programa de moradia estudantil. Após, o aluno deverá entregar toda a documentação que comprove a realidade socioeconômica de todo o grupo familiar. A documentação servirá para avaliação (BRASIL, 2013a).

5.4.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar

A UFRGS possui programas de assistência estudantil voltadas à permanência e à manutenção de seus discentes nos respectivos cursos condizentes com a atual política nacional. Através do programa de moradia estudantil, atende seus alunos com vulnerabilidade socioeconômica, atendendo não somente uma demanda local, mas especialmente uma demanda nacional no que tange a possibilitar ao alunado brasileiro a chance de ele concluir o ensino superior com sucesso.

Neste sentido, há que se destacar um estudo realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL, 1996a), por meio do qual se identificou que cerca de 40% dos alunos ingressantes nas universidades, abandonavam seus

cursos antes da conclusão. Segundo esta Comissão, os fatores que influenciam na evasão e retenção são: aqueles que se relacionam ao próprio estudante; relacionados ao curso e à instituição; relacionado a fatores socioculturais e econômicos externos. Neste último, destacam-se: relativos ao mercado de trabalho; relacionados ao reconhecimento social da carreira; relacionados à desvalorização da profissão; vinculados às dificuldades financeiras dos estudantes; atualização frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade; ausência de políticas governamentais consistentes e continuadas, voltadas a graduação. Ainda, segundo esta Comissão, as ações assistenciais que vão ao encontro dessas questões são fundamentais para a permanência do estudante e o seu desenvolvimento acadêmico pleno (FONAPRACE, 2011b), fato que valoriza ainda mais a atuação da UFRGS neste âmbito.

5.4.4 Fatores que afetam a gestão das moradias

Coradini (2009) recorda que, todos os envolvidos nos espaços educacionais podem ser considerados como sendo seus gestores. Partindo-se dessa premissa, os residentes de moradias estudantis devem ter igualmente responsabilidades e compromissos com a melhoria da sua gestão, pois com a melhora da gestão, há possibilidade de se agregar às pessoas e à instituição de ensino. Tal entendimento justifica o depoimento de E1, ao compreender que “a gestão das casas estudantis deve ser feita pelos estudantes que nela residem”.

Outro fato que fortalece esta perspectiva é trazido por G2, ao recordar que

“a moradia possui uma associação dos moradores chamada de AMCEU que está desativada, não tem atuação. Ela representava os estudantes numa série de questões. E, o que estamos retomando é a representação por andar, isto é, são dois ou três moradores que se articulam entre si e representam aquele andar”.

Para o entrevistado G2, “é muito importante esse trabalho de representante de andar, porque os alunos trazem os problemas, assim o diálogo fica mais próximo”.

A UFRGS também trabalha com a auto-gestão da Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV),

campus do vale, e da Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEUFRGS), campus médico, na medida em que as Casas que integram a moradia possuem um regimento interno por meio da qual os estudantes realizam a sua administração. De outra forma, questões de infraestrutura e orçamentária são de responsabilidade da administração central da UFRGS. Esta participação estudantil na gestão das moradias, mesmo que limitada, é bastante valorizada por seus moradores, como se constata pelo relato do entrevistado E2, a seguir

“a participação do aluno na administração da moradia é importante, é um meio de ligação entre os moradores e a direção, o morador que participa comunica-se mais facilmente com os moradores e com os diretores”.

Novamente, também o entrevistado E2 considera ser “muito vantajoso à participação dos alunos na gestão das moradias”.

E, já que se torna importante, aos alunos poderem participar do processo de gestão da Moradia, na opinião de E3, “falta maior participação e organização dos alunos”.

O respondente E3 continua fazendo esta reflexão, ao afirmar que

“a instituição poderia ampliar o diálogo com os estudantes, levar em conta as nossas demandas, considerar a moradia como um espaço de urgência, a gente percebe que somos considerados sempre por último a ser pensado pela universidade, falta diálogo com a direção, com quem gere este espaço”.

G2 faz um alerta nesse sentido

“a nossa demanda como a grande maioria das casas atende alunos vindo do interior, eles vem com toda uma necessidade de atenção e principalmente, eles vem despreparados afetivamente, e assim, eles começam a mostrar sinais, a utilização de álcool e outras drogas são esses sinais”.

Para E3, ainda, já que

“estamos longe da família, numa situação um pouco mais complicada que os outros estudantes, a universidade poderia olhar mais de perto os problemas enfrentados pelos moradores”.

Apesar disso, a pesquisa permitiu identificar o empenho da UFRGS em resolver esta problemática, atendendo os alunos através de psicólogos e, quando necessário, os encaminha para profissionais fora da Universidade. A UFRGS possui, neste caso, programa auxílio-saúde.

Tais iniciativas conferem com o entendimento do Fonaprace (2012), pois é fundamental que as instituições contem com recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência dos seus alunos carentes, evitando com que eles, desistam de seus cursos, ou mesmo, retardem sua conclusão. A UFRGS compartilha dessa compreensão, buscando permitir, por meio dos seus programas de assistência estudantil e, sobretudo, através da Moradia estudantil, que tais alunos consigam desenvolver-se em sua plenitude acadêmica.

5.4.5 Diretrizes de gestão de moradias das IFES

Por meio da presente pesquisa, torna-se possível constituir algumas diretrizes a serem consideradas para o aperfeiçoamento da gestão de moradias na UFRGS, a exemplo das citadas a seguir:

- a) Fortalecer a AMCEU e as entidades representativas acadêmicas ligadas à moradia;
- b) Promover e incentivar a participação estudantil nos órgãos representativos da moradia;
- c) Criação de órgãos estudantis representativos definidos através de Resolução ou Portaria institucionais;

Já, como pontos fortes na gestão da Moradia Estudantil na UFRGS, são registrados os seguintes:

- a) Oferta de programas de assistência estudantil direcionadas às expectativas dos estudantes, em relação aos critérios adotados pela política do governo federal, estão em consonância com aqueles presentes em outras instituições;
- b) Realização de gestão interna das moradias, pois estas são administradas por seus moradores. De acordo

com o relato dos entrevistados, a gestão da casa é feita por representação por andar dos estudantes e com o regime de auto-gestão;

- c) Disponibilidade de serviços prestados pela universidade localizados dentro da moradia. Nesta perspectiva, no relato do entrevistado G2, ele diz que

“temos serviço de limpeza, que é terceirizado, portaria 24 horas, segurança, lavanderia, manutenção para os quartos, manutenção no âmbito geral, troca de lâmpada ou fechadura, por exemplo, é uma infraestrutura que contempla bastante a necessidade do morador. No segundo andar deste prédio funciona desde a administração da casa até a manutenção do prédio, qualquer problema é resolvido aqui”.

- d) Oferta de quartos individuais para alunos com necessidades especiais. Neste caso, de acordo com G2 “as pessoas tem necessidades específicas”;

Em contrapartida, há também pontos fracos a serem destacados, quais sejam:

- a) Número de vagas existente é inferior à demanda. Neste sentido, para atender, os alunos que não obtém sucesso no ingresso da moradia, são atendidos com o auxílio-moradia, G2 relata que “atendemos com o auxílio-moradia, o aluno fica na lista de espera enquanto aguarda vaga na moradia”;
- b) Falta de espaços acessíveis (acessibilidade). Para o respondente G2, “o prédio não possui acessibilidade, essa é uma grande preocupação”;
- c) Fechamento do Restaurante Universitário nos finais de semana e feriados. No entendimento dos respondentes, este é um problema muito sério. Um dos pesquisados, E3, é enfático ao lembrar que “o Restaurante Universitário é fechado aos finais de semana e feriados, trazendo problemas aos moradores”.

- d) Inexistência de um alojamento provisório para os estudantes que aguardam o deferimento do cadastro socioeconômico.

Os programas de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul contemplam várias ações, entre elas, o programa de Moradia Estudantil. Apesar de os esforços da equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), constata-se, ainda, uma insatisfação entre os entrevistados em relação a alguns programas que não são oferecidos pela UFRGS, entre eles, o de apoio às alunas mães, a oferta de alojamento provisório para alunos que não possuem condições socioeconômicas para manter-se em locais particulares, enquanto aguardam o resultado do cadastro socioeconômico e a abertura do Restaurante Universitário aos finais de semana e feriados. Afinal, para um aluno que possui vulnerabilidade socioeconômica, muitas vezes, tais facilidades significam a continuidade ou o abandono de seu Curso.

Na próxima seção, desenvolve-se a análise da Universidade Federal de Santa Catarina.

5.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Moradia Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está localizada no campus universitário desta instituição, e está vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), compreendendo a Casa do Estudante/CEU, módulos I e II e o prédio misto. É regulamentada pela Resolução nº 006/Cun/2003, através de seu regimento interno (UFSC, 2003).

Na UFSC, a Moradia Estudantil é dirigida e administrada por um conselho composto de moradores eleitos pelos mesmos e por dois servidores técnico-administrativos. É a instância legisladora, deliberativa e fiscalizadora moradia. A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação, seguida pelo Conselho de Moradores. A citada Moradia oferece 169 vagas distribuídas entre quartos masculinos e femininos.

Figura 14 - Moradia Estudantil da UFSC



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2013).

Figura 15 - Moradia Estudantil da UFSC



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2013).

As figuras 14 e 15 ilustram a Moradia Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina, localizada no campus universitário desta instituição. Para ingressar na moradia o estudante deve ter seu cadastro socioeconômico deferido pela Coordenadoria de Assistência Estudantil da UFSC. Este cadastro é preenchido pelo aluno, juntamente com a documentação exigida, e, após aprovação, o aluno tem acesso a todos os programas de assistência estudantil da UFSC, neste caso, também o programa Moradia Estudantil.

5.5.1 Disponibilidade de vagas e políticas de manutenção aos residentes

Considerando-se que, conforme lembra Fonaprace (1996), para as Instituições Federais de Ensino (IFES), os principais indicadores sociais de sobrevivência são moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho. Através desta pesquisa, foi possível constatar que a Universidade Federal de Santa Catarina possui políticas de manutenção aos seus alunos que atende estas demandas. Pois, além do Programa Moradia Estudantil, a Instituição oferece, ainda, o Restaurante Universitário, o auxílio-moradia, a bolsa permanência (transformada em bolsa estudantil), e o auxílio-creche. No entendimento do entrevistado E1,

“a moradia é de extrema importância para que o aluno permaneça na instituição e, que tenha oportunidade de completar seus estudos”.

Nesse sentido, baseando-se no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010a), da Presidência da República, que dispõe sobre o PNAES, verifica-se que, na UFSC, o Programa de Moradia atende as expectativas sociais e educacionais, uma vez que:

- a) oferece a oportunidade para que o estudante tenha condições de permanência na Instituição e, possa, assim, ter educação superior;
- b) auxilia a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência do estudante para que ele consiga concluir seu curso em nível superior;
- c) possibilita reduzir as taxas de retenção e evasão escolar na Instituição. Afinal, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 1996) aponta as dificuldades

socioeconômicas de parcela do segmento estudantil, como uma das causas externas de evasão e retenção, sendo compensador investir na melhoria das condições e da qualidade de vida dos estudantes universitários carentes, assim, chega-se à constatação que o oferecimento de possibilidades concretas deste tipo de auxílio pode reduzir efetivamente o abandono no ensino superior; e,

- d) contribui para a promoção da inclusão social pela educação superior, uma vez que atende justamente a uma parcela de estudantes que apresenta dificuldades econômicas.

Contudo, de acordo com o entrevistado G2, o número de vagas da moradia estudantil não é compatível com a demanda da UFSC. Em relação a esta realidade G2 afirma que,

“o que identificamos é que a demanda de estudantes que necessitam de uma vaga na moradia estudantil, é muito maior do que a quantidade de vagas oferecidas”.

Na visão de G2, deveria haver um diagnóstico da real demanda para a moradia, da real demanda para o auxílio-moradia. Referindo-se a esta problemática, G2 faz o seguinte desabafo:

“que interesses estão em jogo, já que moradia existe com muitas limitações de infraestrutura, a universidade amplia as cotas, expande a UFSC e não se expande a moradia estudantil”.

De outro modo, apesar de oferecer vagas em número insuficiente, as casas disponibilizam serviços de laboratório de informática, pontos de rede nos quartos, portaria, serviço de segurança, lavanderia, manutenção para os quartos e manutenção no âmbito geral. Neste aspecto, E1 revela consciência quanto ao papel da Moradia e dos recursos que ela possui, ressaltando que “todos esses direitos serviços são direitos dos moradores”. Assim, o direito à educação é confirmado por meio da constatação de G1, quando demonstra satisfação com o fato de que “a moradia é totalmente gratuita, todos os custos são da UFSC e

ela oferece vários serviços, incluindo sala de convivência com televisão e aparelho de DVD”.

Outra característica da Moradia da UFSC refere-se à forma usada para dispor os quartos, já que, nela, eles são distribuídos entre quartos masculinos e quartos femininos, possuindo aqueles para a inclusão de pessoas com deficiência, já que apresenta recursos de acessibilidade.

G1 relata ainda que “a universidade deveria ter um controle mais efetivo de quem está aqui dentro, é como se fosse uma cobrança de resultados, assim como os trabalhadores tem que pagar suas contas, o morador deveria realmente apresentar resultados mais efetivos em relação à sua participação e no seu aproveitamento escolar”.

Finalmente, nas palavras de E2

“a Universidade precisa enxergar a questão da moradia como prioritária, pois Florianópolis é uma cidade muito cara, sendo comum a especulação imobiliária que impede que muitos estudantes ingressem na UFSC”.

O cenário até aqui exposto revela o esforço da UFSC em garantir o direito à Educação aos alunos carentes por meio de um conjunto de alternativas de solução, entre elas a Moradia Estudantil. Mesmo assim, observam-se limitações, o que é comprovado pelo entrevistado E1 ao asseverar que “a moradia estudantil da UFSC ainda está muito longe de ser o que almejamos, que seria uma moradia digna, com qualidade”.

5.5.2 Critérios de seleção

De acordo com o entrevistado G2, todos os estudantes que tem acesso aos programas assistenciais da PRAE, possuem cadastro socioeconômico aprovado pela Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs), requisito fundamental para que o aluno possa receber tais benefícios. A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) da UFSC publica semestralmente edital com as normas e requisitos necessários para a aprovação do cadastro socioeconômico. Entre as exigências, consta a entrega de alguns documentos, como declaração do Imposto de Renda de todos os membros que possuem renda na família. Também, consideram-se situações de desemprego, problemas de saúde de situações graves do estudante ou de familiar, comprovante de dependência química e, ainda, se a família possui casa própria ou arca com o custo de aluguel. Assim, para ser selecionado, de acordo com G3

“o estudante deve preencher o cadastro socioeconômico com posterior entrega de documentos. É feita uma análise com critérios, que vão fazendo com que o índice socioeconômico desse estudante caia, e é mediante esse índice que é aprovado o cadastro, com a entrada do aluno nos programas da PRAE”.

Neste sentido, quanto menor o índice do aluno, maior sua vulnerabilidade socioeconômica. Atendendo tais critérios e havendo vaga disponível, o estudante solicitante tem seu pedido atendido.

5.5.3 Panorama geral em relação às políticas de manutenção escolar

A Universidade Federal de Santa Catarina possui programas de manutenção escolar, atendendo o que preconiza o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010a), da Presidência da República, que dispõe sobre o PNAES. No relato do respondente G2, a UFSC possui vários programas de assistência estudantil, além do Programa Moradia Estudantil, que se destina a alunos com vulnerabilidade socioeconômica, como a bolsa permanência (transformada em bolsa estudantil), que é uma bolsa que tem o foco para o estudante estudar; o auxílio-moradia, que se destina aos alunos que não conseguiram vaga na Moradia Estudantil ou preferem este auxílio; o auxílio-creche, para as alunas mães, com filhos de 0 a 6 anos; e, o Restaurante Universitário, que atende, inclusive, toda a comunidade universitária.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, apoiando a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). Viabiliza, desta forma, a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas

pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Tais propósitos são, assim, identificados na Universidade em estudo – a UFSC.

Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição, como já visto anteriormente, no item 5.5.2 – Critérios de Seleção. Criado em 2008, o programa recebeu, no seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, foram R\$ 203,8 milhões, a serem investidos diretamente no orçamento das IFES. Para 2010, a previsão é de que sejam destinados R\$ 304 milhões (BRASIL, 2010b).

5.5.4 Fatores que afetam a gestão das moradias

Antes de comentar sobre os fatores que afetam a gestão da moradia estudantil da UFSC, vale ressaltar que as ações assistenciais que vão ao encontro dessas questões são fundamentais para a permanência do estudante e o seu desenvolvimento acadêmico pleno, segundo a comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras (FONAPRACE, 2011b). Afinal, a importância de um Programa de Moradia como este ofertado pela UFSC reside no fato de que, justamente, os estudantes investem na escolarização como uma forma de transformar e transmutar para outra classe social, e buscar uma carreira, tendo, para isso, de deixar seu lugar de origem, para morar com outras pessoas em condições semelhantes, o que sugere a existência de condições suficientes para que isso possa acontecer.

Na busca deste propósito, observam-se, porém, certos intervenientes. O entrevistado G2, por exemplo, faz o seguinte relato:

“nós identificamos alguns problemas no plantão social, pois nós não conseguimos acompanhar todos os estudantes que tem cadastro socioeconômico. Assim, acompanhamos realmente aqueles que identificamos no plantão, daí fazemos o acompanhamento”.

Neste sentido, de acordo com G2, o plantão social “é um atendimento realizado pelo serviço social através da procura espontânea

do estudante de acordo com suas necessidades”. Quanto ao acompanhamento, G2 diz que

“consiste em atendimentos frequentes para verificação da evolução de determinado problema”.

Também, na visão do entrevistado E1, eram constatados muitos problemas de convivência, o que foi amenizado, com a implantação do novo prédio e a diminuição de residentes por quarto. Nestes termos, para E1, este problema diminuiu bastante, “a qualidade de vida está um pouco melhor, apesar do novo prédio ter muitos defeitos”.

Mesmo assim, G1 mostra-se insatisfeito em relação à atuação da UFSC, pois, segundo este entrevistado, não existe nenhum planejamento da instituição para enfrentamento dos problemas, uma vez que

“a gente resolve as demandas de acordo com o que vai chegando, mas, efetivamente um apoio ou projeto específico a gente não tem”.

O entrevistado G2 faz-se, igualmente, outro alerta, indicando a ausência de uma assistente social exclusivamente para atender os residentes na própria moradia estudantil, e vai além, afirmando que

“não temos uma equipe específica para estar acompanhando caso-a-caso, atendemos as demandas que chegam até aqui”.

O quadro descrito por G3 é também preocupante, o que é evidenciado por meio da seguinte fala

“identificamos vários problemas relacionados a drogas, uso de álcool, problemas de convivência, problemas psicológicos graves, que vão afetando a organização da própria moradia”.

Na continuidade, o entrevistado G1 conta: “a gente vê muitos problemas de convívio, problemas de vandalismo e também consumo de drogas”.

No contexto da gestão da gestão, G2 insiste em comentar sobre práticas adotadas para a resolução de problemas como os anteriormente citados, a exemplo da disponibilização de um serviço de psicologia

oferecido pela PRAE em que o aluno é encaminhado a profissionais da área, apesar de que, na concepção de G2,

“fazemos esse encaminhamento para as psicólogas e, muitas vezes, os moradores com problemas são encaminhados para a rede externa, não existindo um programa específico regulamentado para o estudante nessa situação”.

Diante de ocorrências como essas e da variedade de perfis dos estudantes, outra prática que chama a atenção no processo de gestão da Moradia, na UFSC, é aquela informada por G3:

“procuramos colocar nos mesmos quartos pessoas que já se conhecem, levamos em conta a afinidade, justamente para evitar maiores problemas”.

Afinal, como lembra G3, “muitos desistem da vaga da moradia justo por dizerem que não conseguiriam dividir um quarto com uma outra pessoa”.

A realidade constatada por meio das entrevistas especifica aspectos que precisam ser observados na gestão da Moradia Estudantil da UFSC, solicitando que, no mínimo, leve-se em consideração o que preconiza Fonaprace (1996), isto é, há que se cuidar de residência, posto que

“o local de moradia é o fator mais importante, pois grande parte dos estudantes das IFES sai de suas cidades natais para buscar educação em uma cidade maior. Eles deslocam-se de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. Torna-se necessário criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à moradia dos alunos de baixa renda, como forma de garantir a permanência do estudante no campus, dando-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica, contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral”.

Já, quanto à participação dos alunos na gestão das Moradias, na UFSC, G1

“não a identifica como uma participação positiva, as pessoas que estão no conselho não são facilitadores de trabalho, temos um regimento antiquado, não existe forma de controle das ações dos conselheiros e o regimento deixa a administração amarrada na cobrança de resultados dos residentes”.

Mas, na visão de E1 “o conselho está aí para isso, para resolver os problemas, e acho fundamental a participação dos alunos, o diálogo é sempre importante em qualquer instância”.

De outro modo, na lógica do entrevistado G2, os alunos

“desempenham seu papel muito bem, identificam problemas, fazem o controle das vagas ociosas, o que preocupa é o fato de ser sempre o mesmo grupo que está no conselho - seria muito salutar se houvesse renovação, para que não se caía sempre nas mesmas posições”.

Esta participação estudantil atende o que sugere o Fonaprace (2012), verificando-se que, apesar das dificuldades, a UFSC busca cumprir a sua missão na medida em que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária, sendo a participação dos alunos na gestão da Moradia uma prova disso. Além do mais, também com base no Fonaprace (2012), a Moradia torna-se uma expressão da UFSC, quanto aos seus princípios e valores, do mesmo modo que esta Instituição “é uma expressão da própria sociedade brasileira, abrindo também as contradições nela existentes”.

5.5.5 Diretrizes para o atual modelo de gestão

Até este momento, os relatos obtidos por meio da pesquisa, ao serem apresentados e analisados com fundamentos teórico-práticos, conduzem à identificação de pontos fortes e fracos que devem ser observados na gestão da Moradia Estudantil da UFSC. Dessa forma, são apontados os que seguem:

Na gestão da moradia da UFSC, registram-se os seguintes pontos fortes:

- a) Oferta de programas de assistência estudantil direcionados às expectativas dos estudantes, em

relação aos critérios adotados pela política do governo federal, estão em consonância com aqueles presentes em outras instituições;

- b) Realização da gestão das moradias pelos moradores através do conselho e da assembleia geral. Na visão do respondente E1, o conselho resolve assuntos emergentes, “o conselho está aí para isso, para resolvermos alguns procedimentos, mas, colocamos em primeiro lugar as assembleias, onde todos são ouvidos”;
- c) Existência de quartos com acessibilidade às pessoas com deficiência (PcD);

Da mesma forma, registram-se os pontos fracos:

- a) Existência de número de vagas existente inferior à demanda. Quanto a esta limitação, G1 relata que o número de vagas da moradia não é compatível com a demanda, pois “sempre temos candidatos para as vagas que temos aqui”;
- b) Ausência de um programa de saúde destinado especificamente para os residentes, o que é problemático, já que na ótica de G3, “quando temos um problema de saúde, os alunos são encaminhados ao Hospital Universitário, que passa a concorrer pelos recursos médico -hospitalares juntamente com a comunidade externa”;
- c) Falta de atualização do Regimento Interno. Na concepção do respondente G1, o regimento está antiquado, havendo a necessidade de sua atualização;
- d) Inexistência de um alojamento provisório para os estudantes que aguardam o deferimento do cadastro socioeconômico.

O registro de tais pontos fortes e fracos permite o delineamento de diretrizes consideradas necessárias ao aperfeiçoamento do atual modelo de gestão adotado pelo Programa de Moradia Estudantil da UFSC. Tais diretrizes podem ser, assim, elencadas:

- a) Fortalecer o Conselho de Moradores e as entidades representativas acadêmicas ligadas à moradia;

- b) Promover e incentivar a participação estudantil nos órgãos representativos da moradia;
- c) Ampliar e promover o diálogo com os residentes com o intuito de fortalecer o Conselho e a Assembleia Geral, incentivando a participação dos residentes nos órgãos estudantis deliberativos da moradia.

A Universidade Federal de Santa Catarina apresenta vários programas de assistência estudantil destinados aos alunos com vulnerabilidade socioeconômica. Nestes programas, encontra-se o de Moradia Estudantil, que está em vigor. A Moradia Estudantil a UFSC, apesar da inauguração de um novo prédio, ainda tem a insatisfação dos seus residentes. Nestes termos, os entrevistados, foram unânimes em afirmar que a UFSC está longe de ter um programa de moradia que possa contemplar as reais necessidades de seus residentes, que é uma moradia digna, com qualidade. Problemas crônicos, como a falta de vagas, e a falta de diálogo com a instituição, são relatado pelos alunos. Por meio da pesquisa, constata-se o interesse dos alunos quanto à sua participação no Conselho da Moradia e nas Assembleias. Por outro lado, existe a preocupação para que o Conselho não seja um mero recurso burocrático, no qual as decisões tomadas não são acatadas pelos gestores.

Na sequência, faz-se uma avaliação, na forma de um resumo, de todas as Universidades, no que tange às possibilidades de que oferecem de Moradias Estudantis. A partir daí, busca-se um entendimento geral a respeito do tema em estudo.

5.6 SÍNTESE DOS RESULTADOS

As Universidades Públicas Federais pesquisadas adotam o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que serve de parâmetro para o desenvolvimento de ações institucionais de assistência estudantil. Entre os vários programas assistência efetivados pelas universidades, está o programa de Moradia Estudantil (BRASIL, 2010a).

Quanto a este Programa, a pesquisa permitiu verificar que, tanto gestores como alunos, consideram que este programa precisa ser incrementado pelo Governo Federal e pelas Instituições com mais ações ou programas que contemplem as reais necessidades dos seus residentes, o que ficou evidente nos relatos obtidos com as entrevistas - programas estes que vão desde o atendimento a alunas mães, que possibilitam

aumento de vagas nas moradias, de melhora de infraestrutura física dos prédios que contemplem as necessidades dos alunos, oferecendo-lhes facilidades como lavanderias, cozinhas, segurança, portaria, limpeza, manutenção predial, enfim, um rol de serviços e atendimentos que propiciem ao alunado o desenvolvimento e o fortalecimento de sua dignidade enquanto cidadão e aluno de uma Universidade Pública.

Mas, a realidade encontrada nem sempre atendeu tais pressupostos. Por exemplo, nas universidades pesquisadas, entrevistados relatam a falta de diálogo dos gestores com os moradores, além da baixa participação dos alunos no processo decisório dos problemas das moradias. É relatado, também, que a infraestrutura dos prédios não atendem às expectativas dos estudantes, com exceção da moradia estudantil da FURG, que foi avaliada pelos entrevistados como satisfatória e de boa qualidade, podendo melhorar.

Todas as moradias estudantis têm em sua gestão a participação dos estudantes, seja por meio de conselhos, ou, ainda, pelas coordenações e associações. Esta participação dos alunos fica evidenciada pelos gestores em seus relatos, que ressaltam a importância desta atividade. Os alunos, por sua vez, tem neste processo, crescimento e amadurecimento na construção de um ambiente coletivo, como se pode observar no relato dos mesmos.

Na Universidade Federal de Rio Grande a gestão é tratada como gestão compartilhada. Para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul a participação dos estudantes é denominada de autogestão. Na Universidade Federal de Pelotas é tratada igualmente como gestão compartilhada. Já, na Universidade Federal de Santa Maria, a gestão é tratada e discutida no conselho de administração, e a Universidade Federal de Santa Catarina possui um conselho que, da mesma forma, analisa e discute seus problemas.

Em suas estruturas administrativas, todas possuem uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que através de Coordenadorias, Departamentos ou Divisão, fazem a administração e o acompanhamento dos alunos residentes. As Universidades estudadas possuem, ainda, setor de assistência estudantil, coordenação, divisão ou diretoria, composta por assistentes sociais, que fazem a análise do cadastro socioeconômico, para ingresso dos alunos na moradia.

Todas estão normatizadas por Resolução ou Instrução Normativa da Instituição. São mantidas pelas próprias universidades, com recursos públicos.

No item vagas, as que não possuem lista de espera para ingresso na moradia, é a Universidade Federal do Rio Grande e a Universidade Federal de Santa Maria. Todas as demais possuem lista de espera.

Duas instituições tem alunos de pós-graduação nas moradias, a Universidade Federal do Rio Grande a Universidade Federal de Santa Maria.

A Universidade Federal de Santa Maria atende estudantes de cursos técnicos do Colégio Politécnico e do Colégio Técnico Industrial.

Todas apresentam vagas para alunos intercambistas.

Duas não possuem acessibilidade, que são a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quanto aos programas de assistência estudantil, no geral, todas atendem os parâmetros do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Assim, também, os critérios de seleção são os definidos pela referida resolução, podendo, algumas instituições adotarem outros requisitos que julgarem necessários.

A falta de programas de saúde que contemplem os moradores também é relatado pelos entrevistados de todas as Universidades pesquisadas.

Constata-se que, a Universidade Federal do Rio Grande e a Universidade Federal de Santa Maria dispõem de um alojamento denominado “Alojamento Provisório” e “Alojamento União Universitária”, respectivamente, que servem para alojar alunos provisoriamente com extrema vulnerabilidade socioeconômica, e, que não possuem condições em arcar com despesas de aluguel, enquanto aguardam o resultado da análise do cadastro socioeconômico. Tais alojamentos são de grande importância para estes alunos, pois servem de suporte, enquanto aguardam o deferimento de seu cadastro. Já, nas instituições que não possuem este tipo de alojamento, os entrevistados relataram as dificuldades de se manterem nas cidades, arcando com despesas de aluguel, que não possuem condições para tais custos, tendo que ficar em quartos de colegas neste período, enquanto aguardam o deferimento dos seus cadastros. Ressaltaram ainda, a importância da criação de um programa desta natureza, que possa atender estes alunos.

Enquanto estrutura, é o item que se tem a pior avaliação, seja por parte dos gestores, seja por parte dos alunos. A Universidade Federal de Santa Maria tem uma estrutura física satisfatória nos prédios localizados no campus universitário. Já, o prédio localizado no Centro da cidade de Santa Maria encontra-se numa situação precária, necessitando de reforma física urgente. A Universidade do Rio Grande tem, nesta

avaliação, a melhor estrutura apresentada para os alunos. Possui um prédio novo, no campus, e os prédios localizados fora do campus universitário possuem razoável estrutura física, tendo boa avaliação pelos moradores. De outro modo, a Universidade Federal de Pelotas apresenta uma moradia com infraestrutura insatisfatória, posto que trata-se de um prédio antigo, sem condições adequadas para instalar seus moradores. Em contrapartida, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresenta uma moradia razoável, disponibilizando serviços localizados no próprio prédio, e, que, no entendimento dos gestores e moradores, trata-se de um processo facilitador na resolução dos problemas diários. Nas outras instituições analisadas, contudo, estes serviços estão localizados fora das moradias e são oferecidos pelas Prefeituras Universitárias. Neste quesito, a moradia vai concorrer com toda a instituição no item manutenção. Este cenário revela, ainda, que a Universidade Federal de Santa Catarina apresenta uma moradia razoável, apesar de não ser elogiada pelos seus moradores e de possuir um prédio recém-inaugurado.

Finalmente, diante dos resultados da pesquisa, são apresentadas algumas sugestões, como ações alternativas para a melhoria das gestões das Universidades pesquisadas.

5.7 QUADRO DESCRITIVO DAS MORADIAS ESTUDANTIS DO SUL DO BRASIL

QUADRO DESCRITIVO DAS MORADIAS ESTUDANTIS DO SUL DO BRASIL					
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR					
ITENS (objetivos específicos)	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL			
	UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	FURG - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Estrutura administrativa da Universidade / Moradia	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE Departamento de Assuntos Estudantis/Deae Coordenadoria de Assistência Estudantil/Coaes Restaurante Universitário/RU	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE Superintendência Estudantil/SUPEST Diretoria do Desenvolvimento do Estudante/Dides Núcleo de Assistência Estudantil/NAE Divisão de Apoio Estudantil/DAE Divisão de Alimentação, Alojamento e Transporte Estudantil/Daate	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE Coordenadoria de Benefícios Setor de Serviço Social Núcleo de Apoio Psicopedagógico Núcleo de Gestão de Programas	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil/PRAE Divisão de Seleção e Acompanhamento Pedagógico, Psicológico e Social/DSSSAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil/PRAE Núcleo de Atenção ao Estudante/NAE Setor de Bolsas Serviço Social e atendimento ao aluno nas unidades descentralizadas da UFSM

Descrição das resoluções das Moradias	Resolução 006/Cun/2003	Instrução Normativa 03/2009 da PRAE Plano Institucional 200-/2006 Resolução nº 08/2000/Consun (Conselho Universitário)	Res. 02, de 13 de fevereiro de 2012/COCEPE (Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão)	Instrução Normativa 01/2013 da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil/PRAE	Resolução 004/08 da PRAE
Estrutura da Moradia/ Descrição da Moradia	Módulo I, Módulo II, Módulo III – Casa do Estudante/CEU feminina – desativada, Módulo IV – Prédio antigo Módulo V – Prédio novo	Casas alugadas pela FURG perto do campus, no centro da cidade do Rio Grande, e prédio próprio no campus da FURG 1 prédio em Santo Antônio da Patrulha 1 prédio em construção em Santa Vitória do Palmar	Um prédio localizado no centro da cidade de Pelotas com cinquenta quartos, sendo quarenta e sete quartos, com capacidade para quatro alunos e três quartos, com capacidade para cinco alunos	CEU (Casa do Estudante Universitário) CEFAV (Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária) CEUFRGS (Casa do Estudante da UFRGS)	CEI I – centro da cidade CEU II - campus CEU III – alunos da pós-graduação
Vagas (total)	167	260	140	542	1826 (graduação) 76 (pós-graduação)
Manutenção da Moradia	mantida pela UFSC	mantida pela FURG	mantida pela UFPel	mantida pela UFRGS	mantida pela UFSM

Alunos	graduação	graduação/pós-graduação (5%)	graduação	graduação	Graduação, pós-graduação e estudantes dos cursos técnicos do Colégio Politécnico e Colégio Técnico Industrial
Sexo	masc/fem	masc/fem	masc/fem	masc/fem (quartos mistos)	masc/fem
Necessidades especiais (acessibilidade)	4 vagas	10 vagas	Não possui	Não possui	Possui vagas vinculadas a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Intercambistas	06 vagas	07 vagas (convênio PEC-G – Programa de Estudantes Convênio de Graduação)	04 vagas (convênio com o Departamento de Intercâmbio, cada aluno residente que entra no Programa Ciência sem Fronteiras, se acolhe um aluno intercambista pelo mesmo período que o residente ficar fora)	20 vagas	A UFSM aluga apartamentos no centro da cidade de Santa Maria para alunos intercambistas

Programas de Assistência	Moradia Estudantil Restaurante Universitário Bolsa Permanência (Estudantil) Auxílio-creche Auxílio-moradia Auxílio a Eventos	Programa Alimentação Transporte estudantil Moradia Estudantil Bolsa Permanência Auxílio Pré-escolar Restaurante Universitário Bolsa Permanência Auxílio Eventos	Auxílio alimentação integral e parcial Auxílio transporte Auxílio-moradia Moradia Estudantil Restaurante Universitário Auxílio Pré-escolar Auxílio Instrumental Odontológico Bolsa Permanência Auxílio deslocamento Auxílio a Eventos	Moradia Estudantil Restaurante Universitário Auxílio-transporte Auxílio-material de ensino Auxílio-saúde Auxílio-moradia Auxílio-creche Bolsa Permanência Bolsa Treinamento Auxílio Participação a Eventos	Moradia Estudantil Restaurante Universitário Bolsa Permanência Bolsa Alimentação Auxílio-creche Assistência Odontológica Auxílio a Eventos (Bolsa de Formação Estudantil)
Critério de seleção	Sócio-econômico	Sócio-econômico	Sócio-econômico	Sócio-econômico	Sócio-econômico
Diferencial		Alojamento provisório (para alunos com extrema vulnerabilidade social e econômica, enquanto aguardam o resultado do cadastro sócio-econômico)		Quartos mistos Quartos individuais	Alojamento União Universitária (para alunos com vulnerabilidade sócio-econômica enquanto aguardam o resultado da moradia estudantil)

6 CONCLUSÃO

Um dos maiores problemas enfrentados pelas IFES com relação às moradias estudantis é sua gestão, seja pelo número reduzido de vagas ou pela política de inclusão de moradores adotada pelas Instituições, ou até mesmo pela política adotada pelo movimento estudantil. Desta maneira, esta pesquisa foca-se na reflexão das políticas de gestão universitária direcionadas para as moradias estudantis, através de uma análise comparada das moradias das universidades federais do sul do Brasil.

Esta pesquisa, balizada pelo estudo da gestão das moradias estudantis das IFES do Sul do Brasil, teve como objetivo principal apresentar resultados práticos e teóricos que possam auxiliar e contribuir na gestão deste tipo de moradias. Para alcançar tal propósito, foram pesquisadas a moradia estudantil de cinco universidades, são elas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Neste sentido, a sua importância está fundamentada na identificação de fatores que afetam a gestão das moradias, subsidiando assim, futuros estudos na área que poderão servir de suporte para as instituições nas políticas de assistência estudantil, voltadas para os programas de moradia estudantil.

Colossi e Pinto (2004) asseveram que a Gestão Universitária, enquanto área de estudo preocupa-se com a estrutura, o funcionamento e o comportamento de pessoas e grupos que atuam nas organizações universitárias. A análise da estrutura e do funcionamento organizacional focaliza fatores tais como missão e objetivos, tamanho, sistemas hierárquico e de comunicações, métodos e procedimentos em organizações universitárias.

No entendimento de Coradini (2009), gestão significa participar na tomada de decisões, na organização e na direção de um espaço. A gestão está relacionada com o envolvimento que os sujeitos tem dentro de uma organização para que sejam atingidos os objetivos do grupo. Para isso, tais sujeitos devem cumprir seus compromissos e desempenhar seu papel nessa organização. A gestão compreende a administração; administração pode ser compreendida como o estudo e a implantação dos métodos de trabalho, juntamente com o seu controle, por meio dos quais se verifica a eficiência/eficácia da execução.

Neste contexto, o presente trabalho revelou que as Universidades aqui pesquisadas contemplam os pressupostos básicos da gestão,

quando, por exemplo, contam com a participação dos alunos residentes das Moradias Estudantis na sua administração. Neste processo, os alunos atuam, sobretudo, como coordenadores e/ou conselheiros das Moradias, e, ainda, como interlocutores entre os moradores e os gestores, o que, de acordo com o relato dos gestores entrevistados, é um processo facilitador e compensador, já que busca o estreitamento entre aluno e gestor.

As Instituições pesquisadas tem, neste processo, além da garantia do comprometimento dos alunos na manutenção e preservação do espaço público, como também permite ao aluno o poder de participar de decisões que estão diretamente ligadas ao dia-a-dia dos moradores. Este processo, além de enriquecer as relações entre os próprios moradores, também estabelece estreitas ligações com os gestores, sendo facilitador na resolução dos problemas. O morador sente-se valorizado e ouvido nas suas principais necessidades. Mas, para que isto aconteça, é necessário que o gestor tenha entendimento da importância da moradia estudantil e dos programas de assistência social para estes alunos. Verificou-se, igualmente, o quão se torna imprescindível o fortalecimento dos órgãos estudantis ligados as Moradias, que, no caso do grupo de instituições de ensino superior estudadas, refere-se ao Conselho dos Moradores. Daí, foi possível conferir sobre a importância das instituições de ensino superior que oferecem moradia estudantil em criar estímulos voltados a incentivar a participação dos seus moradores em conselhos, para que estes possam efetivamente representar os anseios e desejos dos seus participantes e moradores.

Ademais, com a pesquisa, notou-se claramente no relato dos entrevistados que o programa Moradia Estudantil é primordial ao aluno com vulnerabilidade socioeconômica, já que, sem este tipo de programa, tais alunos não teriam como concluir seus cursos nestas universidades. Neste caso, é preciso lembrar que municípios como Florianópolis, Santa Maria, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas tem seu mercado imobiliário altamente inflacionado, seja no período do verão, quando aumenta a população, como é o caso de Florianópolis, ou durante o ano, tendo em vista a procura por imóveis. Assim, tais alunos, que não tem como arcar com despesas de aluguel nestas cidades, necessitam de moradias estudantis para se abrigar enquanto realizam seus cursos universitários.

Outro aspecto percebido por meio do estudo foi que as Universidades pesquisadas, com exceção da Universidade Federal do Rio Grande e da Universidade Federal de Santa Maria, possuem um programa alternativo, denominado auxílio-moradia, que contempla alunos que não conseguiram vaga na moradia estudantil, mas que

possuem o mesmo cadastro socioeconômico dos residentes das moradias. Este auxílio serve para fornecer a este aluno um aluguel de um imóvel. Mas, como os valores estão muito abaixo do mercado imobiliário, estes alunos acabam por dividir quartos entre eles para poderem arcar com os custos do aluguel.

Em todas as moradias verificou-se que os alunos são eleitos para mandatos como representantes nos conselhos. Assim, na acepção de Coradini (2009), como já descrito no presente trabalho, a Gestão Universitária focada nas moradias estudantis é realizada através da democracia representativa.

Através desta pesquisa e da técnica de observação, deve ser ressaltado a defesa das moradias estudantis pelos estudantes. Apesar, de alguns estarem em situação precária de alojamento em suas moradias, o programa moradia estudantil é ressaltado pelos estudantes como primordial para suas formações. Estes estudantes, mesmo com enormes dificuldades, reconhecem na moradia estudantil, a possibilidade de um novo futuro. O espaço da moradia é visto como uma extensão de suas casas, onde são criados vínculos de amizade com outros moradores e com a própria moradia. Para estes moradores, os gestores, em sua maioria, não conseguem ter a visão do morador, e é aí, que reside o problema principal enfrentado pelos residentes, é a falta de visão do gestor em perceber que a situação de vulnerabilidade social não reside somente na questão da moradia do sujeito, mas também na efetividade de programas de apoio que incluam e contemplem as reais necessidades desse alunado. O gestor precisa reconhecer a Moradia Estudantil como uma extensão do aluno, como sua residência estudantil e não simplesmente como um alojamento. Sobre este ponto, há residentes que relatam ouvir de alguns gestores que, como a Moradia Estudantil é gratuita, não se pode reclamar das suas limitações, apesar de algumas evidências neste sentido. Neste caso, a moradia da UFPel, da UFRGS e da UFSC são citadas como exemplo.

Na continuidade da investigação, conseguiu-se perceber que, pelo relato dos gestores entrevistados de todas as instituições, os moradores referem-se igualmente a pessoas que chegam na instituição de ensino despreparadas afetivamente, que necessitam de um olhar aproximado de profissionais da assistência social e de pessoas envolvidas nesta relação (Assistentes Sociais, Pró-Reitores de Assuntos Estudantis, Diretores de Departamentos ligados a assistência estudantil, Coordenadores de Moradias Estudantis). Para as assistentes sociais das instituições, este “despreparadas afetivamente” refere-se a alunos com problemas sociais,

tipo de estruturação familiar, baixa renda da família, e, falta de convívio familiar.

Naturalmente que as facilidades oferecidas pelas moradias estudantis analisadas são notórias e fundamentais ao desenvolvimento acadêmico do estudante por ela beneficiado e, dessa forma, à sociedade como um todo. De outro modo, porém, verifica-se limitações a serem corrigidas, como a existência de certo sentimento de isolamento social entre moradores ou, até mesmo de discriminação, mormente, por serem moradores de residências estudantis. O referido evento ficou evidente no comentário de um dos entrevistados da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – (mais precisamente E1), pois para ele “é como se a Instituição quisesse esconder os pobres”.

Neste sentido, é imprescindível que este “olhar pelo morador” descrito pelos estudantes em seus relatos seja entendido pelos gestores como atendimento das necessidades dos moradores. Depreendeu-se desta concepção que somente propiciando dignidade a estes moradores é que se pode minimizar tal sentimento discriminatório relatado por eles, seja por meio de uma Moradia Estudantil digna, com todos os serviços e equipamentos que uma residência estudantil necessita, ou por intermédio de programas que atendam este estudante em outras necessidades, como alimentação, vestuário, transporte e bolsas.

Finalmente, tem que ser ressaltando o trabalho e o empenho dos servidores de todas as Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis das Instituições pesquisadas, uma vez que mostraram-se servidores envolvidos no processo de assistência estudantil e que se dedicam diariamente, em tarefa árdua, muitas vezes, sem o apoio e o retorno necessário para lidar com problemas estudantis.

Diante do exposto, vale concluir que a partir da concepção de Coradini (2009), que o tipo de gestão das moradias das universidades federais do sul do Brasil, é realizada através da democracia representativa, já que os alunos são eleitos para mandatos, como já descrito no presente trabalho. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) existe um Conselho de Moradores, onde os representantes são eleitos diretamente por eles, com mandato de um ano. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) existe uma Associação de Moradores da Casa do Estudante (que atualmente está desativada) onde a representação acontece por meio desta Associação. Em vista disso, é realizado reuniões periódicas com os moradores com a proposta de gestão compartilhada. Na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) está em vigor o Conselho Diretor da Associação de Moradores da Casa do Estudante, com alunos eleitos pelos moradores com mais de um ano

de moradia, sendo proposto a gestão compartilhada. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) as casas estudantis possuem regimento interno, por meio da qual os estudantes realizam a administração da moradia, denominada de auto-gestão. Finalmente, na Universidade Federal de Santa Catarina, a gestão acontece através de um Conselho de Moradores, onde os seus representantes são eleitos para mandatos de um ano.

6.1 SUGESTÕES

Através da pesquisa, torna-se possível destacar pontos que merecem particular atenção por parte da gestão universitária, de modo geral, em relação a todos os casos estudados, os quais são elencados a seguir:

1. Necessidade de incremento no programa moradia estudantil;
2. Conveniência na criação de novos programas voltados à permanência do estudante na universidade e à moradia estudantil;
3. Falta de diálogo entre os gestores e o público-alvo das moradias;
4. Premência em se ter a plena participação dos alunos na gestão das moradias;
5. Estrutura física das moradias inadequada às demandas dos estudantes;
6. Programa auxílio-moradia precisa ser otimizado;
7. Necessidades políticas que promovam a defesa das moradias;
8. Urgência em eliminar ou, ao menos, diminuir, o isolamento social sentido pelo aluno das moradias estudantis.

O programa moradia estudantil é de vital importância na vida acadêmica dos alunos, necessitando que o governo federal incremente com mais recursos e ações que visem a melhoria da vida acadêmica dos residentes das moradias estudantis. Sem este programa, estudantes que têm vulnerabilidade social aprovada e comprovada pelas instituições, não teriam condições de concluir seus cursos em virtude de não poderem arcar com custos de um aluguel imobiliário nas cidades das instituições pesquisadas. Neste sentido, as instituições devem propiciar aos seus moradores condições de habitação em suas moradias, que contemplem a estrutura física do prédio e diminuição do número de alunos por quarto. Devem ter ainda empresas licitadas ou Prefeituras

Universitárias que atendam manutenção predial, elétrica e jardins com atendimento exclusivo para as moradias. Sugere-se portaria 24 horas, segurança, lavanderias, cozinhas e áreas de recreação.

Novos programas devem ser criados pelas instituições com recursos do governo federal que contemplem, por exemplo, alunas-mães, que necessitam concluir seus cursos de graduação. Neste sentido, vagas nas moradias devem ser reservadas para estas alunas, ou ainda, que se construam ou se aloquem, a curto prazo, casas ou moradias para atendimento desta demanda. Neste sentido, as creches dessas instituições deverão reservar algumas vagas para estas alunas. Outras ações nas moradias estudantis podem ser adotadas pelas instituições como: laboratórios de informática, pontos de rede nos quartos, diminuição do número de alunos por quarto (que visa a autonomia e a convivência coletiva dos residentes) e finalmente, que os restaurantes universitários ofereçam seus serviços (almoço, jantar) durante todos os dias, inclusive feriados e finais de semana. Deve ser contemplado nestes restaurantes café da manhã para os estudantes. Todas as instituições devem criar o alojamento universitário, para estudantes que tenham extrema vulnerabilidade social e que não possuam condições de arcarem com custo de aluguel no período de avaliação do seu cadastro socioeconômico, enquanto aguardam seus ingressos em definitivo na moradia estudantil.

A participação dos alunos na gestão das moradias deve ser incentivada pelas administrações centrais e pelas Pró-Reitorias ligadas à moradia estudantil, já que os próprios gestores e alunos ressaltam a importância desta participação, relatando o estreitamento de laços entre aluno/gestor e a importância deste momento, sendo educativo e de construção política. O aluno se sente valorizado, prestigiado e participa das decisões da moradia. Assim, as instituições devem além do incentivo, promover mudanças em seus estatutos e regimentos que contemplem a participação desses alunos em conselhos, associações ou órgãos vinculados à moradia estudantil.

Quanto a estrutura física, as instituições devem providenciar melhorias contínuas nas moradias. No caso da UFPel e da UFSM (moradia do centro da cidade), estas devem ser avaliadas quanto ao custo/benefício de uma grande reforma. Caso não seja viável, as instituições devem a curto prazo, alocarem outras casas que possam ser transformadas em moradia estudantil contemplando as reais necessidades dos residentes, enquanto aguardam recursos e projetos para a construção definitiva de novas moradias. Já, o programa auxílio-moradia deve ser avaliado pelas instituições junto ao mercado

imobiliário em suas cidades, no sentido de prover ao aluno o valor de um auxílio que contemple o custo de um aluguel de um imóvel. A instituição poderá ainda, adotar critérios para a distribuição do auxílio-moradia, através de convênios ou contratos com imobiliárias, para a alocação de imóveis, que oportunize a estes alunos uma moradia.

Apesar de algumas moradias estarem em situação precária, a defesa destas moradias deve ser ressaltada como um dos principais pontos levantados pelos estudantes e moradores. Como estes estudantes enxergam a moradia como a única forma de transmutarem de nível social, a moradia passa a ser a extensão de suas casas, é onde eles vivem, convivem e passam os seus dias.

Foi observado também, um isolamento social, que foi descrito pelos alunos por terem cadastro socioeconômico social aprovado pela instituição, virem de famílias carentes ou ainda, por serem moradores das residências estudantis. Boa parte destes alunos, no relato das assistentes sociais possui um “despreparo afetivo” que é a falta de um convívio familiar ou convívio social. Este segmento de alunos necessitam de um “olhar aproximado” da instituição ou dos profissionais envolvidos na relação estudante/moradia. Neste sentido, alguns destes alunos se aproximam das drogas ou do álcool, e acabam por apresentar problemas graves tipo: depressão ou problemas psicossociais, como uma forma de transparecer que necessitam dessa aproximação ou desse “olhar aproximado” da instituição. Somente propiciando dignidade a estes alunos é que podemos minimizar tais situações, seja através de uma moradia digna ou através de programas de assistência estudantil que contemplem as reais necessidades desse alunado.

REFERÊNCIAS

ANDIFES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. 2011. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras**. Brasília, DF: Câmara dos deputados, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7284/aspectos_assistencia_andres.pdf?sequence=3>. Acesso em: 24 out. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1985.

BELOTTO, Aneridis A. Monteiro; RIVERO, Cléia Maria da Luz; GONSALVES, Elisa Pereira. **Interfaces da gestão escolar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 1999.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Organização do texto: Fernando de Mello Vianna. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 25 set. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Coleção de leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 31 maio 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 25 set. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2010a.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931 (Lei Francisco Campos). Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência, Rio de Janeiro, 18 abr. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BRASIL. Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jul. 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64824-15-julho-1969-406147-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 dez. 1993. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8742.htm>>. Acesso em: 15 set. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 set. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 25 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. 1996a. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 4 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras. [20--]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001613.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio. **Resumo técnico**: censo da educação superior 2007. Brasília: ME, 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf>. Acesso em: 25 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano nacional de assistência estudantil. 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. Pedagogia ao pé da letra. LDB atualizada. 1996b. Disponível em: <www.pedagogiaaopedaletra.com.br/posts/ldb-atualizada-2011-mec-ldb-atualizada-comentada-pdf-lei-939496/>. Acesso em: 3 ago. 2012.

CHAMPION, Dean J. **A sociologia das organizações**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1979.

CHAUÍ, Marilena. A universidade sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, 2003.

CISLAGHI, Juliana Fiúza; SILVA, Matheus Thomaz da. Plano Nacional de Assistência Estudantil e a expansão de vagas nas Universidades Federais: abrindo o debate. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: MARXISMO, EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO HUMANA, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC.

COLOSSI, Nelson; PINTO, Marli Dias de Souza (Org.). **Estudos e perspectivas em gestão universitária**. Blumenau: Nova Letra Gráfica e Editora, 2004.

CONTEE - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. **MEC: evasão é maior em universidades privadas**. 2009. Disponível em: <<http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu839.asp>>. Acesso em: 13 out. 2012.

COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL. Pró Reitoria de Assuntos Estudantis. **Relatório**. Florianópolis, 2012. (Relatório de atividades UFSC/2008/2009/2010/2011). Disponível em: <[http://prae.ufsc.br/programas de assistência estudantil/coordenadoria de serviço social](http://prae.ufsc.br/programas_de_assistencia_estudantil/coordenadoria_de_servico_social)>. Acesso em: 13 out. 2012.

CORADINI, Marlei Terezinha. **Gestão Universitária numa concepção democrática-participativa: o caso da UFSM**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Área de Concentração em Qualidade e Produtividade, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

DECKER, Felipe S. República de Estudantes [blog na internet]. **Casa do estudante oferece moradia gratuita**. [S.l.], abr. 2009. Disponível em: <<http://republicadeestudantes.blogspot.com.br/2009/04/casa-do-estudante-da-ufrgs-oferece.html>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ELPO, Mirian E. H. Collares. Avaliação da gestão universitária: velhos problemas e novas perspectivas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/Mirian%20E.%20H.%20Collares%20Elpo%20-%20Avalia%20E3o%20da%20Gest%20Universit%20Elr.doc>>. Acesso em: 23 maio 2013.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. 1996. Disponível em: <<http://fonaprace.andifes.org.br>>. Acesso em: 3 mai. 2011.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. 2011a. Disponível em:

<<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/index.html>> . Acesso em: 4 jun. 2011.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **FONAPRACE:** Revista Comemorativa 25 Anos histórias, memórias e múltiplos olhares, [S.l.], out. 2012. Disponível em:

<<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>> . Acesso em: 17 jan. 2013.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.** Brasília: FONAPRACE, 2011b. Disponível em:

<<http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/602372.pdf>> . Acesso em: 23 mar. 2013.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Proposta do FONAPRACE para um plano nacional de assistência aos estudantes de graduação das instituições públicas de ensino superior.** 2001. Disponível em:

<<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>> . Acesso em: 17 jan. 2013.

FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. 2013a. Disponível em:

<<http://www.furg.br>> . Acesso em: 20 set. 2013.

FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Estatuto da Casa do Estudante Universitário da FURG. [20--]. Disponível em: <<http://www.prae.furg.br/ceu/Estatuto.pdf>>. Pág 21>. Acesso em: 11 set. 2013.

FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. FURG. **História.** 2013b. Disponível em: <<http://www.furg.br>>. Acesso em: 20 set. 2013.

FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Núcleo de Assistência Estudantil (NAE). Atividades do núcleo: moradia aos estudantes. 2013e. p. 26. Disponível em: <<http://www.prae.furg.br/nae.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Plano Institucional FURG - 2000/2006. 2006. p. 21. Disponível em: <<http://www.prae.furg.br/nae.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2013. Acesso em: 15 ago 2013.

FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. FURG. Prae. Casa de estudante universitário. Resgatando a história da CEU. 2013d. Disponível em: <<http://prae.furg.br/ceu/historia.htm>>. Acesso em: 15 abr 2013.

FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. FURG. Pró-Reitorias. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae)**. 2013c. Disponível em: <<http://www.furg.br>>. Acesso em: 20 set. 2013.

FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Resolução nº 008/2000, de 20 de junho de 2000. Dispõe sobre o Programa de Apoio Institucional ao Estudante da FURG. Conselho Universitário, 20 jun. 2000. Disponível em: <<http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=delibera/consun/00800.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

GRENDLER, Paul F. **The universities of the Italian Renaissance**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2002.

LIMA, Linício C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 1, p.7-36, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13na1/a02v13n1>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **História das universidades**. São Paulo: Estrela Alfa, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MARQUES, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 55-789, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

MARRACH, Sônia Alem. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI JR., Paulo (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, mai./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

OLIVEIRA, Elisângela Maria. **Educação e neoliberalismo**: a educação brasileira frente às políticas neoliberais. 2010. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/wp-content/uploads/2010/10/2-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Neoliberalismo-Eliz%C3%A2ngela.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Editora Pioneira, 1997.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais. **Várias Histórias**, Belo horizonte, v. 23, n. 37, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a07.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

RANIERI, Nina. **Autonomia universitária**. São Paulo: Edusp, 1994.

ROESCH, Sylvia M. A.; BECKER, Grace Vieira; MELLO, Maria Ivone de. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **A autonomia universitária e a Constituição de 1988**. 1988. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cont88.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2012.

SENCE - SECRETARIA NACIONAL DE CASAS DE ESTUDANTE. **Cartilha de apresentação do Movimento de Casas de Estudantes.** 2011. Disponível em: <<http://sencebrasil.blogspot.com.br/p/sobre-sence.html>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SENCE - SECRETARIA NACIONAL DE CASAS DE ESTUDANTE. **Jornal da CEU (UFSC) Qualidade ou quantidade?.** ago. 2009. Disponível em: <<http://sencebrasil.blogspot.com.br/2009/08/jornal-da-ceu-ufsc-qualidade-ou.html>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SPOSATI, Aldaiza. Assistência X Assistencialismo X Assistência Social. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS e ABONG, 1., 1997, Brasília. **Anais...** Brasília, {S.n.}, 1997.

SILVA, Nilce da. Da ‘Revolução Francesa’ ao ‘Século XXI’: algumas notas acerca do sistema educacional francês. **História da Educação**, Pelotas, n. 23, set./dez. 2007. Disponível em: <[http://d3ds4oy7g1wrqq.cloudfront.net/dra-menindez/myfiles/RHE-23\[1\].pdf#page=95](http://d3ds4oy7g1wrqq.cloudfront.net/dra-menindez/myfiles/RHE-23[1].pdf#page=95)>. Acesso em: 11 nov. 2012.

SOUSA, Livia Mesquita de. **Significados e sentidos das casas estudantis: um estudo com jovens universitários.** 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

SOUSA, Livia Mesquita de; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão-exclusão. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a02.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

SOUZA, Irineu Manoel de. **Gestão das Universidades Brasileiras: uma abordagem fundamentada na Gestão do Conhecimento.** 2009, Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Editora Atlas, 1987.

UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. 2013.
Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Edital 04-2014.
Processo de seleção para ingresso por cotas sociais SISU – chamada oral. Editais UFPEL. 14 fev. 2014. Disponível em:
<<http://wp.ufpel.edu.br/prae/editais>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Resolução nº 02, de 22 de março de 2012. Aprova a proposta de normatização do programa auxílio moradia. **COCEPE**, Pelotas, 22 mar. 2012. p. 13.
Disponível em:
<<http://wp.ufpel.edu.br/prae/files/2010/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-02-2012-Programa-Aux%C3%ADlio-Moradia.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2013.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. 2013a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. A UFRGS. **Histórico**. 2013b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. A UFRGS. **UFRGS em números 2011**. 2011. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instrução normativa 01/2013. Dispõe sobre a Regulamentação do Programa de Benefício da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFRGS. 2013d. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/prae/legislacao/instrucao-normativa-01-2011>>. Acesso em 17 nov 2013. Pág 30.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Prae. **Casa do estudante**. 2013c. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/prae/casa-do-estudante>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. RESOLUÇÃO N. 004/08. Institui o Programa de Moradia Estudantil

para alunos do ensino médio, técnico e graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria e revoga a Resolução n. 003/03. 2008. p. 34. Disponível em: <<http://portal.ufsm.br/documentos/documentos/index.html?action=downloadArquivo&idArquivo=33>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. 2013a. Disponível em <<http://www.ufsc.br>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **PRAE**: relatório de gestão 2011. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/files/2013/06/Relatorio-de-Gest%C3%A3o-PRAE-2011.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Resolução 006/2003. Regimento Interno da Moradia Estudantil da UFSC. 2003. Disponível em: <<http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/sesoes-resolucoes>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Ufsc 50 anos**. 2013b Disponível em: <http://50anos.ueuo.com/?cat=23>. Acesso em 12 abr. 2013.

UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. 2013a. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. 2013b. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ceu3/histórico.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Edital nº 20 de 2013. Processo seletivo do benefício socioeconômico da pró-reitoria de assuntos estudantis da Universidade Federal de Santa Maria. **Editais UFSM**, 2013d. p. 7. Disponível em: <<http://sucuri.cpd.ufsm.br/editais/pdf/edital3451.pdf>>. Acesso em: 12 de ago. 2013.

UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estatuto da CEU II**. out. 2013c. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ceu2/site/?page_id=38>. Acesso em: 30 set 2013.

UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.

Resolução 004/08. Institui o Programa de Moradia Estudantil para alunos do ensino médio, técnico e graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria e revoga a Resolução n. 003/03. **Resoluções UFSM**, Santa Maria, 19 maio 2008b. Disponível em:

<<http://portal.ufsm.br/documentos/documentos/index.html?action=downloadArquivo&idArquivo=33>>. Acesso em: 09 out. 2013.

UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.

Resolução n. 006/08. Institui o Programa de Moradia Estudantil, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução n. 004/06. **Resoluções UFSM**, Santa Maria, 15 maio 2008a. Disponível em:

<<http://portal.ufsm.br/documentos/documentos/index.html?action=downloadArquivo&idArquivo=35>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa**. 2. ed. São Paulo. Editora Atlas, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

APÊNDICES

INSTRUMENTO PRELIMINAR DE COLETA DE DADOS

A partir da Fundamentação Teórica e para atender os objetivos específicos foram formuladas as perguntas abaixo de pesquisa para os responsáveis pela gestão das moradias estudantis indicados pelas IFES. Na acepção de Coradini (2009), como já descrito no presente trabalho, a Gestão Universitária focada nas moradias estudantis pode ser realizada através da democracia representativa ou da democracia participativa. Esta pesquisa deverá verificar que tipo de gestão é realizada nas casas estudantis.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista de Coordenadores / Responsáveis pela Gestão das Moradias

- a) Em sua instituição existem políticas públicas de assistência estudantil voltadas aos residentes da moradia estudantil? Quais?
- b) Você entende que a moradia estudantil é fator primordial de combate a evasão? Por que?
- c) O número de vagas da moradia é compatível para a demanda de sua instituição?
- d) Todos os moradores tem cadastro socioeconômico aprovado por Coordenadoria de Serviço Social ou órgão específico para este tipo de serviço?
- e) Quais os requisitos necessários para a aprovação desse cadastro?
- f) Os recursos disponibilizados pelo Governo Federal para moradia estudantil são suficientes? Caso negativo, porque?
- g) Que serviços a instituição oferece aos residentes da moradia estudantil?
- h) Quais são os principais problemas enfrentadas pela Instituição na gestão da moradia?
- i) Quais recursos a Instituição tem utilizado para enfrentar estes problemas?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista de Representantes Estudantis Indicados pelos Órgãos Representativos Vinculados à Moradia

Perguntas de pesquisa para os representantes estudantis indicados pelos órgãos representativos vinculados à moradia estudantil (conselho da moradia) e representante do Diretório Central dos Estudantes/DCE :

- a) Como você avalia os serviços oferecidos pela Instituição à moradia?
- b) Quais outros serviços que a Instituição poderia oferecer aos residentes?
- c) Além da moradia estudantil, você conhece outros programas de assistência estudantil destinados aos residentes?
- d) Como a moradia ajuda você na sua permanência na Instituição?
- e) Você considera a moradia como fator primordial para a sua formação?
- f) O número de residentes é compatível com o número de vagas da moradia?
- g) Quais os principais problemas que os residentes enfrentam na moradia?
- h) Qual sua sugestão para minimiza-los ou soluçona-los?